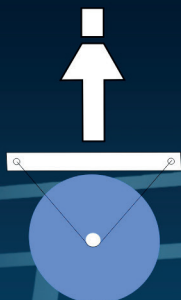


Alessandra B. Azevedo  
Aelson Silva de Almeida  
Maria Helena da Rocha Besnosik  
(Orgs.)



**SOCIEDADE  
INOVAÇÃO  
E  
TECNOLOGIA  
SOCIAL**



Editora UFRB



# **SOCIEDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA SOCIAL**

REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

VICE-REITOR

José Pereira Mascarenhas Bisneto



**Editora UFRB**

**SUPERINTENDENTE**

Sérgio Augusto Soares Mattos

**CONSELHO EDITORIAL**

Alexandre Américo Almassy Júnior

Celso Luiz Borges de Oliveira

Geovana da Paz Monteiro

Jeane Saskya Campos Tavares

Josival Santos Souza

Rubens da Cunha

Sérgio Augusto Soares Mattos (presidente)

Silvana Lúcia da Silva Lima

Wilson Rogério Penteado Júnior

**SUPLENTES**

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Robério Marcelo Ribeiro

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

EDITORA FILIADA À



**Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias**

Alessandra B. Azevedo  
Aelson Silva de Almeida  
Maria Helena da Rocha Besnosik  
(Orgs.)

# **SOCIEDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA SOCIAL**



Editora UFRB

Cruz das Almas - Bahia - 2019

Copyright©2019 Alessandra B. Azevedo,  
Aelson Silva de Almeida e Maria Helena da Rocha Besnosik (orgs.)

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

**Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica:**

Antônio Vagno Santana Cardoso

**Revisão e normatização técnica:**

Flora Bonazzi Piasentin

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio,  
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

S678 Sociedade, inovação e tecnologia social / organizado por Aelson  
Silva de Almeida; Alessandra B. Azevedo; Maria Helena da  
Rocha Besnosik – Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019.  
222 p.

Modo de acesso: < [www.ufrb.edu.br/editora/titulos-publicados](http://www.ufrb.edu.br/editora/titulos-publicados) >

ISBN: 978-85-5971-110-3 (e-book)

1. Tecnologia Social 2. Políticas públicas 3. Economia  
solidária 4. Cooperativismo I. Almeida, Aelson Silva de II.  
Azevedo, Alessandra B. III. Besnosik, Maria Helena da Rocha.

CDD 303

Ficha catalográfica elabora por: Ivete Castro CRB/1073



**Editora UFRB**

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro  
44380-000 Cruz das Almas – BA

Tel.: (75) 3621-7672

[editora@reitoria.ufrb.edu.br](mailto:editora@reitoria.ufrb.edu.br)

[www.ufrb.edu.br/editora](http://www.ufrb.edu.br/editora)

[www.facebook.com/editoraufrb](http://www.facebook.com/editoraufrb)

# SUMÁRIO

## **Introdução**

### **O Curso Sociedade, Inovação e Tecnologia Social**

*Aelson Silva de Almeida, Alessandra B Azevedo e Maria Helena da Rocha Besnosik* ..... 9

### **Trançando o futuro:** A experiência do trabalho coletivo com o artesanato em palha na comunidade de Jacunã - Bahia

*Gianluigi Airoidi* ..... 23

### **Metodologia participativa tecendo uma rede solidária**

*Kátia Aparecida Santos, Alessandra B. Azevedo* ..... 47

### **Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia:** Contribuição da Tecnologia Social Para o protagonismo das mulheres rurais no território do Sisal

*Selma Glória de Jesus, Aelson Silva de Almeida* ..... 75

### **Gestão de tecnologia social e economia solidária:** a Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos Solidários (IBEES)

*Thaize Santos Oliveira, Danívio Batista Carvalho de Vasconcellos e William de Araújo Figueira* ..... 109

### **Estudo de viabilidade para implantação de uma cooperativa de materiais recicláveis em Santo Antônio de Jesus – Bahia**

*Max Williams Ribeiro Cardoso, Antônio Oliveira de Carvalho* ..... 129

### **Bases de Serviços de Comercialização (BSC) no Território do Sisal – Bahia:** perspectivas e desafios para a comercialização da agricultura familiar

*Isael Pina Junior, Gildásio Santana Junior* ..... 155

**Tecnologias sociais no campo:**o caso da escola família agrícola da região de Alagoinhas – E fara – Bahia

*Cristina Souza Silva, Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima e Maria Cleonice Barbosa Braga*.....191

**Os autores**..... 221



# Introdução

## O Curso Sociedade, Inovação e Tecnologia Social

*Aelson Silva de Almeida*  
*Alessandra B Azevedo*  
*Maria Helena da Rocha Besnosik*

Na primeira década do século XXI, assistiu-se no Brasil a um crescente interesse pela Tecnologia Social (TS). Instituições governamentais, universidades públicas e privadas, movimentos sociais, organizações não governamentais, do terceiro setor e empresariais protagonizaram esse movimento, reconhecendo na TS uma alternativa capaz de contribuir para a inclusão social de milhões de brasileiros e promover a construção de uma sociedade mais sustentável.

Pode-se afirmar que já existe um acúmulo significativo de iniciativas e experiências voltadas à promoção de inovações sociais no país. Nesse sentido, destacam-se algumas iniciativas relevantes, a exemplo da criação do Prêmio e do Banco de Tecnologias Sociais pela Fundação Banco do Brasil, em 2001; da instituição da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, em 2003; da constituição da Rede de Tecnologia Social, em 2004, da criação do Instituto de Tecnologias Sociais, em 2001; e o lançamento de editais de extensão tecnológica pelo CNPq, a partir de 2004, e por parte da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 2009.

No Estado da Bahia, a atuação da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, no ano de 2007, foi muito oportuno para iniciar um processo de tentativa de formulação de políticas públicas para TS no Estado. O Primeiro Encontro de TS ocorreu em dezembro de 2008 na Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, com apoio da SECTI, organizado em conjunto com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Neste encontro, foi criado um Fórum Estadual, que contava com a participa-

ção de entidades do governo estadual, universidades, centros de pesquisas, escolas técnicas, movimentos sociais, dentre outras organizações, e tinha como objetivo fomentar a criação, disseminação e apropriação de Tecnologia Social no Estado. Infelizmente, este processo foi abortado, em função da substituição dos gestores na SECTI e das opções políticas do próprio governo de Estado.

Outra ação governamental de relevância para o fortalecimento das iniciativas de TS no Estado da Bahia consistiu na concessão de financiamento para projetos de inovação social por entidades como a FAPESB, através de editais e chamadas públicas. São editais voltados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, mas também ao incentivo à difusão e disponibilização de TS em empreendimentos solidários.

Apesar dos avanços no apoio à formação de redes sociais e concessão de financiamentos direcionados à promoção de projetos inovadores em TS no país e no Estado da Bahia, existe ainda uma considerável carência de profissionais com preparação para atuar nessa área. Ou seja, há uma necessidade, tanto em nível estadual quanto nacional, de formar especialistas habilitados em gerir projetos de gestão de TS, em atuar na formulação, gestão e fomento de políticas públicas de TS e que saibam compreender e avaliar criticamente a relação entre ciência, tecnologia e sociedade.

Por outro lado, nas universidades brasileiras, existem ainda poucos grupos que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas a este campo do conhecimento. Ademais, são poucos os cursos de pós-graduação no país que abordam esta temática, a exemplo do curso de mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo, criado em 2007, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, criado em 1995, e do Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica da UNICAMP, criado na década de 1980.

Contudo, as universidades públicas têm passado por um processo de mudança conceitual da Extensão Universitária, na tentativa de provocar uma ruptura com o assistencialismo. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas - FORPROEX tem trazido para a

discussão a proposta de uma extensão engajada e comprometida com a troca de saberes, em que o diálogo passa a se constituir a mola mestra das ações extensionistas. Dessa forma, o FORPROEX abre espaço para ampliar, no interior das universidades, as discussões e as proposições para o desenvolvimento de propostas sobre Tecnologia Social (FORPROEX, 2012).

Os debates, no interior das Pró-Reitorias de Extensão da UFRB e da UEFS e no Fórum Estadual de Tecnologia Social, provocam a necessidade da criação de um curso que contribuísse com a formação de profissionais que atuassem na área da Tecnologia Social. Aproveitando a oportunidade de um edital em 2009, lançado pela FAPESB, foi submetido e aprovado um projeto para um curso de Especialização. A implementação do curso *lato sensu* Sociedade, Inovação e Tecnologia Social foi visto com grande expectativa pelos parceiros, pois respondia à demanda latente de formação de profissionais na área de TS. A UFRB, juntamente com a UEFS, universidade parceira desta proposta, possuíam a estrutura adequada para a implementação desse curso, além de contar com profissionais com formação na área específica de inovação social e em áreas afins. Essas universidades também desenvolvem projetos de extensão universitária e participam na formação de uma rede de empreendimentos solidários, especialmente vinculados à Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários, existentes nas duas universidades.

Desde a sua fundação em 2005, a UFRB tem desenvolvido ações para a consolidação de um ambiente favorável à inovação social, contribuindo para sua consolidação como instituição referência nessa temática. Dentre as principais ações, pode-se destacar a filiação da UFRB à RTS, a criação de uma Coordenadoria de Tecnologia para Inclusão Social em sua Pró-Reitoria de Extensão; a criação de um curso de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, com ênfase em Empreendimentos Solidários e de um curso de Tecnólogo em Agroecologia e a formação de uma Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBA.

Buscando atender às expectativas dos atores envolvidos com a temática da TS na Bahia, o curso foi elaborado com o objetivo geral de promover a formação de profissionais (gestores públicos, assessores, técnicos, dirigentes

e lideranças de Empreendimentos Econômicos Solidários e de outras experiências coletivas) para atuar no processo de inovação, fomento, desenvolvimento, disponibilização e apropriação de Tecnologias Sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade sustentável.

Assim, o curso trazia em sua concepção, o entendimento da Extensão construída no FORPROEX (2012, p.15):

A extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

A proposta deste curso se diferenciava dos cursos de especialização numa perspectiva acadêmica. Em geral, se pretende um profissional especialista em determinada área, que absolve os ensinamentos dados pela academia e que saiba elaborar um trabalho de final de curso que dê conta das normas estabelecidas para se realizar uma pesquisa. A reflexão sobre o objetivo do curso buscava outro caminho que era tornar esses sujeitos conhecedores da sua realidade e capazes de agir sobre ela.

Compreende-se que a Tecnologia Social existe independente das universidades, mas alguns conhecimentos são necessários no sentido de melhor empoderar os sujeitos que delas fazem uso para melhor aproveitar suas potencialidades.

A proposta era sim diferenciada. Todo o curso deveria ser pautado nas experiências dos seus participantes e o trabalho final deveria apresentar as reflexões realizadas durante todo o processo. Não apenas um trabalho que retratasse que se sabia fazer uma monografia, mas um trabalho que pudesse trazer uma contribuição, que provocasse alguma mudança na realidade estudada.

Buscou-se, portanto, discutir conhecimentos teóricos e metodológicos sobre o desenvolvimento da ciência e tecnologia a partir de uma reflexão crítica, analisando os principais instrumentos técnicos, jurídicos e metodológicos sobre Tecnologia Social; capacitar o público do curso para elaborar, gerir e avaliar políticas, planos, programas, estudos e projetos em

TS; promover a elaboração de propostas de extensão tecnológica em instituições nas quais os discentes estivessem vinculados; estabelecer parcerias com entidades que atuam em TS, contribuindo para a consolidação da Rede de Tecnologia Social; contribuir para a integração de ações voltadas para TS nas universidades, amadurecendo o debate teórico e fortalecendo uma massa crítica sobre a temática; fortalecer os empreendimentos econômicos solidários, através da ampliação do conhecimento e do uso de TS; fomentar o debate sobre as inovações sociais e tecnológicas; contribuir para a criação e o fortalecimento da Rede de Tecnologia Social da Bahia.

A ciência moderna e o modelo de racionalidade que a caracteriza surgiu a partir da revolução científica, basicamente sob o domínio das ciências naturais. Este modelo de ciência afirmou-se progressivamente, em contraposição ao senso comum e às chamadas humanidades, tornando-se segundo Santos (2004) um modelo totalitário na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautam pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas.

Alguns autores como Kuhn (1975) e Santos (2006), já nas décadas de 1970 e 1980, identificaram e analisaram os paradigmas da ciência a partir de seus contextos sociopolíticos e históricos. Antes disso, no período pós Primeira Guerra Mundial a ciência moderna começara a receber as suas primeiras críticas, seja pelo excesso de especialidades que levou a uma fragmentação das áreas de conhecimento, seja pelo distanciamento das ciências em relação à sociedade.

Acreditava-se que a partir da revolução industrial (século XVIII) a tecnologia científica traria melhores condições de vida para as populações. No entanto, essa se mostrou, em certa medida, ineficaz pelo menos para a maior parte das populações historicamente excluídas, socialmente e economicamente. O discurso de conforto e bem estar social para as sociedades, propagada pelo capitalismo que se ancorava nas ciências entrou em crise quando, com o passar das décadas, a realidade que se apresentava era o de crescimento do nível de excluídos e miseráveis em todo o mundo e de aumento do número e gravidade dos impactos ambientais negativos como poluição do ar, água e solos.

A ciência moderna, portanto, não conseguiu dar respostas aos inúmeros problemas sociais, econômicos e ambientais que se apresentavam. Ora, se essa ciência não atende à sociedade, os pressupostos epistemológicos e metodológicos que fundamentam o desenvolvimento da ciência e tecnologia precisariam ser revistos. É dessa constatação que surge o movimento por uma tecnologia alternativa; a tecnologia ou inovação social.

Segundo Dagnino, Brandão e Novaes (2004, p. 34), a tecnologia é compreendida em sentido amplo, englobando desde o desenvolvimento de uma máquina (hardware) até as formas de compreender o processo produtivo e a concepção de sistemas de processamento de informação (software) passando pelas tecnologias de gestão em organizações ou instituições públicas e privadas (orgware). De acordo com Winner (1987) apud Dagnino (2009, p. 57), uma tecnologia ou inovação tecnológica possui três dimensões distintas: uma referente ao artefato em si, uma referente ao conhecimento relacionado a este e uma referente à organização social que se desenvolve em conjunto a este. Inovação é um termo que tem várias conotações e definições, mas em todas elas envolvem transformações geradas a partir da criatividade humana, através de uma invenção ou ideia tecnicamente viável. Uma inovação tecnológica é normalmente entendida como a aplicação de uma invenção que resulta na introdução de produtos, métodos de produção ou processos tecnologicamente novos ou em melhorias significativas em produtos e processos existentes. Para o pensamento schumpeteriano, as inovações tecnológicas compreendem novas maneiras de combinar os fatores de produção, que seriam perseguidas pelos capitalistas pela sua capacidade de gerar descontinuidades no nível tecnológico existente, garantindo temporariamente ao inovador uma posição de liderança no mercado.

Por outro lado, a Lei de Inovação nº 10.973 (2/12/2004) define o conceito de inovação como a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços. A definição legal do conceito, portanto, reconhece que políticas, programas e projetos ligados à inovação não devem estar restritos ao setor comercial/empresarial.

Para Dias e Novaes (2010) o conceito de inovação remete, fundamentalmente, à criação ou melhoria de um produto, processo ou forma de organização (produtiva, administrativa, etc.) com uma motivação necessariamente comercial.

É importante ressaltar que a ideia de inovação e de tecnologia, na maioria dos conceitos, está ligada ao mercado capitalista. No entanto, considera-se que o conceito de mercado deva ser ampliado de forma a abranger também os mercados de economia solidária. Dessa forma, compreendemos que a discussão de Inovação e Tecnologia deva ultrapassar o campo apenas do mercado capitalista/ convencional. Nesse contexto, é relevante atentar para o conceito de inovação social, que é usado para fazer referência ao conhecimento intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades de uma determinada sociedade, em especial aqueles setores sociais menos favorecidos. Sem ser excludente em relação ao conceito de inovação tecnológica, o conceito de inovação social se propõe a utilizar o potencial científico e tecnológico de uma região para a promoção de um estilo de desenvolvimento distinto daquele dominante, que é socialmente perverso, economicamente excludente e ambientalmente insustentável.

No Projeto de Lei nº 3.444/2009 que institui a Política Nacional de Tecnologia Social e no Programa de Tecnologia Social define-se Inovação Social como a criação de novas tecnologias sociais, assim como a introdução de melhorias, avanços e aperfeiçoamentos em tecnologias sociais já existentes.

Diante de uma economia cada vez mais globalizada, as dinâmicas tecnocientíficas globais têm impactado diretamente a esfera da localidade. Santos (2004) define a economia globalizada como uma estrutura de relações econômicas que abarca todo o planeta, em que as condições de vida de uma localidade estão influenciadas pelas relações econômicas que mantém com o resto do globo.

É o estágio supremo da internacionalização, a ampliação do sistema-mundo de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos.

Como consequência dessa compressão, tempo espaço, regiões e localidades estão passando por processos de reestruturação/ estruturação em sua base local de produção, revisitando o seu território, identificando as suas potencialidades para descobrir novas formas produtivas através do uso da criatividade. Dessa forma, as diferentes regiões e localidades estão se adequando às novas exigências do mundo globalizado, o que traz novos desafios que necessitam ser superados como a organização da produção, a melhoria tecnológica dos processos produtivos, a geração de emprego e renda, o aumento da autoestima e a inclusão social.

No Brasil, a Tecnologia Social emerge como forma de dinamizar o desenvolvimento nas comunidades locais, reconhecendo seu papel de produtoras de conhecimento e tecnologias e promovendo sua inclusão social. Nesse sentido, a TS tem o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações periféricas.

De acordo com Buarque (1999), o desenvolvimento local dentro da globalização é uma resultante direta da capacidade dos atores e da sociedade locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e a sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades, diante de um contexto de rápidas e profundas transformações. No novo paradigma de desenvolvimento, isto significa, antes de tudo, a capacidade de ampliação da massa crítica e da informação.

Fundamentado nos pressupostos acima, o curso se propôs a discutir a inovação tecnológica, ele mesmo foi pensado numa estrutura de gestão inovadora em sua interinstitucionalidade, multidisciplinaridade, troca de saberes e proposta político-pedagógica.

A temática da inovação tecnológica, particularmente no que se refere à Tecnologia Social exige uma abordagem multidisciplinar, articulando saberes das áreas de ciência, tecnologia, inovação, sociedade, gestão, políticas públicas, dentre outras. Nesse sentido, o curso apresentou uma ampla grade de disciplinas que abordaram as principais temáticas para o aprofundamento e reflexão do aluno. O corpo docente foi composto por mestres e doutores com experiência em áreas afins.



O curso se evidenciava na articulação entre os atores e seus saberes. Os saberes do poder público, da academia e da sociedade civil foram retroalimentados com vistas à formação de uma visão crítica com o objetivo de amadurecer o debate em torno da temática, capacitando profissionais para atuar em instituições públicas e privadas, alimentando, assim, as práticas e as políticas de apoio e fomento à Tecnologia Social.

O curso Sociedade, Inovação e Tecnologia Social procurou desenvolver uma metodologia participativa, que além das atividades de formação teórico metodológica, contou com uma forte complementação de base investigativa, interativa e de socialização do conhecimento do corpo docente, discente e da sociedade de um modo geral.

Por meio de seminários temáticos e relatos de experiência das instituições envolvidas, a partir do corpo discente, foi possível aprofundar a relação da universidade com a sociedade. Em função da própria metodologia que se definia com encontros mensais com alunos de várias localidades, foram utilizadas ferramentas de EAD durante todo o curso para dar suporte tanto aos discentes quanto aos docentes, estimulando uma interação contínua no processo de formação, particularmente no período de alternância. Foram disponibilizados no AVA recursos de fórum de discussão, upload e download de arquivos, informações e conteúdos sobre a temática no Brasil e no mundo.

A Formação teórico-metodológica (382 horas) teve o objetivo de discutir de forma participativa os conceitos e as práticas relacionadas à TS. As atividades de formação teórico-metodológica foram distribuídas em 13 disciplinas organizadas em três módulos: MÓDULO I: Ciência, Tecnologia, Sociedade e Inovação (4 disciplinas); MÓDULO II: Aspectos Metodológicos das Tecnologias Sociais (4 disciplinas); MÓDULO III: Gestão das Tecnologias Sociais (5 disciplinas).

Refletindo o caráter inovador da proposta, as atividades complementares promoveram a reflexão crítica a respeito das práticas, especialmente das instituições envolvidas. Nesse sentido, foram realizadas diferentes atividades:

-Relato de experiências em Tecnologia Social: foi disponibilizado a cada aluno do curso espaço para a apresentação de suas experiências.

-Visitas técnicas: foram realizadas com o objetivo de conhecer experiências em TS desenvolvidas no estado da Bahia, particularmente, no entorno das IES gestoras.

-Seminários externos: os discentes e os docentes organizaram 02 seminários abertos à comunidade acadêmica e à sociedade, de um modo geral. Os eventos foram realizados nas IES gestoras, contando com palestrantes renomados da área de Inovação e Tecnologia Social.

Como resultado parcial de todo o empreendimento para a realização do Curso, fica um razoável legado escrito, cujo conteúdo reflete o propósito original de formação de especialistas em Sociedade, Inovação e Tecnologia Social. Ou seja, os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs, expressam a possibilidade de atuação dos novos especialistas em suas distintas instituições no campo da gestão, da proposição, do desenvolvimento e da apropriação de TS. Aliás, são os TCCs o material deste livro, uma coletânea de trabalhos que traduz bem o sentido da proposta, evidenciando, em sua maioria, o resultado da práxis dos que fizeram o curso, inserida no contexto dos sujeitos e das organizações que desenvolvem ações cuja tecnologia se aproxima dos referenciais epistemológicos e metodológicos da Tecnologia Social.

O artigo “Trançando o futuro: a experiência do trabalho coletivo com o artesanato em palha na comunidade de Jacunã – Bahia” discute a experiência do empreendimento de economia solidária da Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã, enfatizando as dimensões da produção coletiva e da inovação de produtos. O artesanato em palha nesta comunidade é oriundo do saber tradicional, fundamental para a geração de renda na comunidade. O texto busca relacionar a análise da experiência aos conceitos de economia solidária e tecnologia social.

No artigo “Metodologia participativa tecendo uma rede solidária” as autoras demonstram como a aplicação da metodologia participativa de formação e planejamento usada pela Associação de Formação e Comunicação

Pérola Negra, associada ao acesso a políticas públicas de inclusão produtiva, contribuiu para a criação de uma rede de comercialização formada por empreendimentos econômicos solidários. O texto descreve a importância dos vínculos formados entre o grupo e o facilitador e como empreendimentos econômicos solidários estão, através de redes, acessando políticas públicas de geração de renda, contribuindo para o desenvolvimento local e territorial.

Outra experiência de rede é apresentada no trabalho intitulado “Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia: contribuição da tecnologia social para o protagonismo das mulheres rurais no Território do Sisal”. Nele a TS apresenta-se enquanto uma metodologia, e como contribui para o protagonismo das mulheres produtoras rurais e os impactos gerados na construção de uma sociedade com igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, ou seja a metodologia participativa é considerada uma ferramenta para a emancipação dos sujeitos de direitos, tendo como referência as mulheres rurais do município de Santaluz na região Semiárida da Bahia. Elas estão organizadas em Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, articuladas em rede enquanto uma alternativa para o fortalecimento da geração de trabalho e renda.

A TS enquanto uma metodologia de incubação utilizada pela Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos Solidários – IBEEES é também objeto de estudo do artigo “Gestão de tecnologia social e economia solidária: a Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos Solidários – IBEEES”. O estudo revela que as ações da incubadora partiram de uma demanda social, cuja metodologia está, de modo geral, estruturada em modelo flexível para atender as especificidades do público envolvido, pautada em formas democráticas no processo de tomada de decisão, na qual a formação política e as práticas de solidariedade, quando bem consolidados, foram facilitadores nesse processo.

O próximo texto, na verdade, é um “Estudo de viabilidade para implantação de uma cooperativa de materiais recicláveis em Santo Antônio de Jesus – Bahia”. Este trabalho analisou a viabilidade técnica e econômica para implantação de uma cooperativa de materiais recicláveis, apontando

os possíveis impactos sociais e socioambientais que o empreendimento potencialmente gerará, sua viabilidade econômica e consequente geração de renda para as famílias beneficiárias. Este modelo de gestão de materiais recicláveis, que integra e sociabiliza pessoas em estado de vulnerabilidade social nos conduz a interpretar como uma nova forma de tecnologia social, pois resolve problemas sociais, com características principais de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e reapplicabilidade.

O trabalho “Bases de Serviços de Comercialização (BSC) no Território do Sisal – Bahia: perspectivas e desafios para a comercialização da agricultura familiar” discute o papel das Bases de Serviços de apoio à Comercialização (BSCs) na tentativa de otimizar o processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar. As BSC são uma iniciativa do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, que é operacionalizado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. O estudo aponta que o formato da BSC oportuniza o estudo das principais cadeias produtivas do território, identificando a potencialidade de comercialização dos principais produtos do território, mas tem fragilidade no processo de implantação que precisa ser revisto.

Por fim, o artigo “Tecnologias sociais no campo: o caso da Escola Família Agrícola da Região de Alagoinhas – EFARA” evidencia como a tecnologia social se faz presente no espaço da EFA e como vem contribuindo no desenvolvimento local. Os autores concluem que a alternância é uma tecnologia social, na medida em que exige outra lógica de aprendizagem voltada para a realidade do aluno e também por promover o desenvolvimento de práticas/técnicas que também são tecnologias sociais tais como a produção de sabão, hortas medicinais, produção de adubo orgânico dentre outras.

## Referências

BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília: IICA, 1999.

DAGNINO, R. Enfoques sobre a relação ciência, tecnologia e sociedade: neutralidade e determinismo. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2009. Disponível em <http://www.campus-oei.org>.

DAGNINO, R; BRANDÃO, F. C; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Brasília: RTS, 2004. p. 15-74.

DIAS, R. B; NOVAES, H. T. Contribuições da economia da inovação para a reflexão acerca da tecnologia social. In: DAGNINO, R. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. Campinas: Kome-di, 2010. p. 155-174.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: Forproex, 2012. Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2012>.

KUNH, T. (1962) A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 145-172.

SANTOS, B. S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2004.



# **Trançando o futuro:**

## **A experiência do trabalho coletivo com o artesanato em palha na comunidade de Jacunã - Bahia<sup>1</sup>**

*Gianluigi Airoidi*

### **Introdução**

Economia solidária, empreendimento econômico solidário e tecnologia social são os conceitos entrelaçados na análise da experiência que trança, na palha, “outra economia”, ou seja, um modo diferente de produzir bens e gerar riqueza, “outro modo de produção”, baseada na propriedade coletiva de bens e que utiliza “outras metodologias e saberes”. Discute-se neste artigo a experiência do trabalho coletivo da Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã, no município de Jaguarari, no norte do Estado da Bahia, apresentando resultados do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Sociedade, Inovação e Tecnologia Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, desenvolvido entre março e agosto de 2012. O objetivo geral do estudo foi descrever e analisar a experiência do trabalho coletivo com o artesanato em palha das mulheres da comunidade de Jacunã, enquanto empreendimento econômico solidário, focando seus processos de produção e inovação.

Desde o surgimento do povoado, as mulheres desta comunidade produzem objetos de artesanato a partir da palha de arirí. Trata-se de uma atividade econômica complementar à renda familiar, e, ao mesmo tempo, uma “terapia para ocupar o tempo e a mente, para relaxar”, que permite, segundo as artesãs, alimentar os laços comunitários. A produção sempre foi explorada por atravessadores que pagavam um preço irrisório pelo

---

1- Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Sociedade, Inovação e Tecnologia Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista. Orientadora: Profª Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran Passos.

artesanato. Em busca da valorização de seus produtos, as artesãs começaram a se reunir, a produzir coletivamente e a buscar meios para diversificar e melhorar a produção no intuito de criar novos canais de venda. Assim, em 2008, foi criada a Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã.

O primeiro objetivo específico desta pesquisa foi sistematizar o trabalho coletivo dessa comunidade para, em seguida, identificar e caracterizar a Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã como empreendimento econômico solidário. Levantou-se informações sobre a história da comunidade, em especial no que diz respeito ao trabalho com o artesanato em palha, como este trabalho surgiu e de que forma esta arte é repassada de geração em geração. Dessa maneira, o estudo contribui também com a sistematização e o registro de saberes populares e tradicionais que, por vezes, não são devidamente valorizados nos produtos artesanais.

O segundo objetivo específico foi investigar os processos de produção coletiva e de inovação dentro da Associação. Pretendeu-se, assim, entender as motivações que levaram à sua criação, como é desenvolvido o trabalho e a gestão coletiva, como são divididas as tarefas, o processo decisório e como são comercializados os produtos. Investigou-se ainda, o processo de inovação do artesanato.

A temática é atual e relevante, uma vez que está relacionada ao desenvolvimento comunitário e a iniciativas que apontam para o fortalecimento de comunidades tradicionais, criando, assim, alternativas ao êxodo rural.

O texto está organizado da seguinte forma: nesta seção, fez-se uma introdução ao tema bem como foram apresentadas as escolhas metodológicas do trabalho; na próxima seção, busca-se apresentar, de forma articulada, os conceitos discutidos e entrelaçados na análise da experiência. Na terceira parte, há uma breve caracterização socioeconômica do território e município no qual a comunidade de Jacunã se insere. Destaca-se em seguida os principais aspectos da análise da experiência; e, por fim, as considerações finais do texto.



## **Escolhas metodológicas**

Para a realização do estudo, revisou-se a literatura sobre o surgimento e organização de empreendimentos de economia solidária no Brasil, buscando caracterizar a Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã como empreendimento econômico solidário. A revisão da literatura também abarcou os conceitos de tecnologia social e inovação, sendo conduzida pelas reflexões durante as primeiras entrevistas exploratórias. Assim, a realização do estudo foi apontando a necessidade de trazer à luz conceitos e abordagens teóricas.

Foi construído um quadro analítico, conforme proposto por Quivy e Campenhoudt (1998), para discutir os conceitos de produção coletiva e inovação. Os dados coletados foram organizados e analisados a partir deste quadro, que tem como conceitos centrais a produção coletiva e a inovação; o primeiro com as dimensões da produção, da comercialização e da divisão das despesas e dos lucros, e o segundo com as dimensões da inovação na produção, na comercialização e a relação entre inovação e saber tradicional. Os dados sobre a Associação (a respeito da qual não há nenhum trabalho anterior) foram obtidos por meio de observação direta do trabalho do grupo e da comunidade, uma entrevista semiestruturada em profundidade com a presidente da Associação e várias conversas informais com artesãos nos meses de maio e junho de 2012.

## **Escolhas teóricas**

A partir do conhecimento exploratório acerca da experiência, buscou-se analisá-la à luz de um referencial teórico que permitisse discutir os principais aspectos envolvidos na organização do trabalho coletivo e na inovação de produtos. Assim, a análise da experiência relaciona economia solidária, empreendimentos econômicos solidários e tecnologia social conceitos que têm em comum a característica da contestação, ou seja, muitas vezes são construídos mediante o contraste com outros conceitos – economia solidária x economia capitalista; empresa solidária x empresa capitalista; tecnologia

solidária x tecnologia convencional. É preciso superar a dicotomia e também a construção via negação. Entende-se que os conceitos estabelecidos não “dão conta” da realidade apontada, por isso, faz-se necessário ampliar a compreensão do que seja economia, empreendimento econômico e tecnologia.

Buscando compreender o fenômeno de expansão de experiências de economia solidária, diversos pesquisadores e intelectuais têm sistematizado, analisado e problematizado experiências, contribuindo para a construção de um marco teórico-analítico sobre economia solidária. Destacam-se no Brasil os trabalhos de Paul Singer, Euclides Mance, Luiz Inácio Gaiger, Genauto França Filho, Gabriel Kraychete, além de instituições de apoio e fomento que têm produzido e publicado documentos importantes sobre a temática.

Alguns autores acreditam que a economia solidária pode contribuir para geração de renda e ocupação dos setores excluídos pelo capitalismo, embora não seja capaz de romper e superar este modelo; outros a veem como um instrumento político de enfrentamento à lógica capitalista, que possibilite a construção de novas formas de sociedade, alternativas à dominante, resgatando, assim, os ideais dos projetos cooperativistas do século XIX. Mesmo que ainda não haja clareza sobre seu projeto político-ideológico, a economia solidária, inclusive enquanto movimento social, tem crescido no Brasil, o que é facilmente notado pelo número de empreendimentos e de trabalhadores em todo o país e pelas suas formas de auto-organização política (redes e fóruns).

De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Empreendimentos Econômicos Solidários - EES são organizações coletivas supra-familiares, que realizam atividades econômicas de produção de bens, prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo solidário, como, por exemplo, associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos etc.; atuam no meio urbano e/ou rural, exercendo coletivamente a gestão das atividades e a repartição dos resultados. São organizações permanentes, podendo ser em funcionamento ou em fase de implementação e que possuem um grupo de participantes constituído e atividades econômicas definidas, podendo ter ou não um registro legal.

Conforme o mapeamento de economia solidária realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES (2005) em parceria com o FBES, a maior parte dos grupos se constituiu entorno da busca de uma alternativa ao desemprego, de uma fonte complementar de renda ou ainda de outros ganhos por meio da união em uma organização associativa. Todos esses fatores foram apontados pelas artesãs em Jacunã durante o período de observação e entrevistas.

Outra característica apontada no mapeamento, que também condiz com a realidade da Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã, é que os EES contam, na maioria dos casos, somente com recursos dos próprios empreendedores. Esse é um fator limitador ao surgimento e desenvolvimento de empreendimentos.

De acordo com Kraychete (2000), os EES são caracterizados pela propriedade comum, entre os associados, de instalações, máquinas, equipamentos e resultados do trabalho. As relações entre trabalhadores de uma empresa capitalista são diferentes daquelas entre os participantes de empreendimentos de economia solidária. A primeira caracteriza-se pela heterogestão, ou seja, uma gestão hierárquica, e estes últimos, pela prática da autogestão ou da gestão democrática onde, para que a atividade funcione, é preciso que cada um dos participantes do grupo assuma, de comum acordo, compromissos e responsabilidades (KRAYCHETE, 2000; SINGER, 2002). Para Singer (2002), a principal diferença entre economia capitalista e solidária é a forma de gestão de seus empreendimentos. Coraggio (2002) lembra que a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada à lógica da reprodução da vida da unidade familiar o que, certamente, deve impactar na forma de gestão desses empreendimentos.

França Filho (2001) apresentou contribuição significativa para compreensão da dinâmica dos EES. O autor traça o que seriam as características básicas desse tipo de organização: a) Pluralidade de princípios econômicos – articulação de distintas fontes de recursos (mercantis, por meio da venda ou prestação de serviços; do poder público, através das várias formas de subsídios e subvenções; e, os oriundos das práticas recipro-

tárias, como o trabalho voluntário, as doações e as mais diversas formas de troca-dádiva); b) Autonomia institucional – independência em relação outras instituições, evitando formas de controle externo; c) Democratização dos processos decisórios – existência de mecanismos de decisão coletivos ou baseados no ideal da participação democrática dos seus associados; d) Sociabilidade comunitário-pública – segundo o autor, se apresenta muito mais como uma hipótese de que esses empreendimentos desenvolvem um modo de sociabilidade singular que mistura padrões comunitários com práticas profissionais;

e) Finalidade multidimensional – ao lado da dimensão econômica, tende a integrar as dimensões social, cultural, ecológica e/ou política, no sentido de projetar-se num espaço público.

A Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã busca promover a cooperação entre as mulheres da comunidade rural de Jacunã para viabilizar a atividade de produção e comercialização de produtos artesanais fabricados a partir da palha, inserindo-se nas iniciativas de Economia Solidária, enquanto valoriza o trabalho associado, a cooperação e a autogestão. Tais iniciativas, de acordo com Silva e Faria (2010), “[...] visam promover a cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo.” (p. 65).

Vários desafios são enfrentados pelos EES – inclusive por essa Associação, conforme relatos das artesãs, sendo os mais apontados no mapeamento: acesso ao crédito e ao fomento, apoio técnico e comercialização. Entre as demandas dos grupos de economia solidária também está “[...] acesso a conhecimentos e tecnologias para o fortalecimento e viabilidade dos empreendimentos econômicos solidários, nas suas várias formas e expressões, considerando seus valores e princípios autogestionários, de sustentabilidade e de solidariedade.” (SILVA; FARIA, 2000, p. 66).

Quanto a este último desafio, cabe retomar a discussão na Iª Conferência Nacional de Economia Solidária - Iª Conaes, em 2006, quando a

plenária reconheceu a necessidade de uma matriz científica e tecnológica comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário, isto é, que seja capaz de repensar “o desenvolvimento econômico e tecnológico, não como fins, mas como meios de promover o desenvolvimento humano e social em todas as suas dimensões”. Entende-se, portanto, que é essencial o desenvolvimento de tecnologias sociais “[...] na busca da superação dos limites do atual modelo de desenvolvimento, proporcionando a expansão das capacidades criativas e criadoras necessárias à solução de problemas ou satisfação de necessidades [...]” (SILVA; FARIA, 2010, p. 68) e ainda que

Os EES, considerando suas características específicas, demandam conhecimentos e tecnologias adequadas a práticas de produção cooperada, de autogestão nos processos de trabalho e a outras finalidades orientadas pela eficiência social da atividade econômica e pela solidariedade na partilha dos resultados, incluindo a valorização dos saberes e da cultura local (SILVA; FARIA, 2010; p. 68).

A reorganização socioeconômica muda a forma de produção do conhecimento; a produção/distribuição do conhecimento e a redução das desigualdades sociais são aspectos igualmente necessários e indispensáveis (MACIEL, 2001). De acordo com Rutkowski e Lianza (2004) “Deve-se caminhar para compreender a inovação tecnológica como um conceito ligado à renovação dos valores da vida, como aprendizagem dos cidadãos e dos atores sociais que vise a um desenvolvimento humano em equilíbrio com a natureza.” (p. 180). É nesse sentido que, mais a seguir, será discutido o processo de inovação na Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã.

Experiências mostram que a tecnologia pode servir para atender as necessidades da população; pode ser direcionada para um modelo de desenvolvimento que vislumbre oferecer, de forma sustentável, qualidade de vida para a coletividade (RUTKOWSKI, 2005). Segundo Rutkowski (2005), para definir este tipo de tecnologia, que coloca, em primeiro lugar, as dimensões humanas e sociais, criou-se o termo Tecnologia Social - TS.

A TS é, segundo o Instituto de Tecnologia Social - ITS, um “[...] conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou

aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (p. 130). A Rede de Tecnologia Social – RTS inclui nessa definição, além de técnicas e metodologias, produtos.

Quem oferece uma abordagem interessante a respeito do conceito de tecnologia social é Dagnino (2009), o qual afirma que

Tecnologia social (TS) é o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre determinado processo de trabalho engendrado pela propriedade coletiva dos meios de produção, pelo controle autogestionário e pela cooperação voluntária e participativa, permitindo a redução do tempo necessário ao fabrico dos produtos e a repartição concertada dos resultados (p.315, grifo nosso).

Para Dagnino (2009), o objetivo principal da TS é possibilitar o desenvolvimento de tecnologias alternativas à tecnologia convencional, produzida pela e para a empresa privada. A tecnologia convencional é, portanto aquela que serve aos objetivos da economia capitalista, enquanto a tecnologia social é funcional a “outra economia”.

Dagnino (2009) ilustra as particularidades que a TS deveria ter para tornar-se funcional à “outra economia”. Partindo do ambiente produtivo, o primeiro e mais importante elemento é o controle, ou seja, a habilidade relativa ao uso de um conhecimento intangível ou incorporado a artefatos tecnológicos. O controle constitui um traço inerente a qualquer processo de trabalho. O segundo, também pertencente ao ambiente produtivo, é o de cooperação, que consiste no ato de agir em conjunto com outro(s) visando a um benefício percebido como mútuo.

O terceiro, relativo ao contrato social, é o de coerção, ou seja, o ato de compelir alguém a uma ação ou escolha diretamente ou por meio de mecanismos ideológicos. O quarto, pertencente a esse contexto, corresponde à forma de propriedade dos meios de produção ou do trabalho morto que, nos processos de trabalho grupais, pode ser coletiva ou privada, resultando, neste caso, na venda de força de trabalho ou trabalho vivo.

Tecnologia é o resultado da ação de um ator social sobre um processo de trabalho por ele controlado (DAGNINO, 2009). Na TS, o controle é um atributo inerente a qualquer forma de produzir e, portanto, a abolição da propriedade privada dos meios de produção não é suficiente para se ter empreendimentos econômicos solidários. Segundo o autor, o tipo de controle das relações sociais fundamentadas na propriedade privada fica impregnado na forma de produzir tecnologia capitalista e funciona com um obstáculo à mudança social.

Para Dagnino (2004) e Rutkowski (2005), a TS é mais adequada à realidade dos EES, uma vez que não coloca o lucro em primeiro lugar, mas considera as dimensões humana, social, ambiental, cultural. Ela é orientada para a geração de trabalho e renda; é desenvolvida para e com aqueles que a irão utilizar, o que faz com que as soluções tecnológicas encontradas sejam adequadas as suas necessidades e realidades; é replicável, de baixo custo e utiliza o conhecimento local.

É interessante observar que Rutkowski e Lianza (2004) sugerem que os saberes das pessoas envolvidas nos empreendimentos econômicos solidários podem ser considerados TS: “Como formas alternativas de produção, tais empreendimentos trazem formas alternativas de conhecimento, baseadas, muitas vezes, em visões diferenciadas do mundo, que devem ser respeitadas e até reconhecidas como inovações.” (p. 183)

Discutindo a inovação em micro e pequenas empresas, De Paula (2010) faz algumas ponderações importantes para pensar a inovação de produtos, que é, segundo ele, a modalidade de inovação mais evidente, é o modo principal para se diferenciar no mercado. O autor salienta a importância da inovação na produção em pequena escala:

Os pequenos empreendimentos produzem em pequena escala, o que geralmente implica numa significativa redução da sua competitividade em termos de preço final do produto. Isso não significa que a pequena produção seja economicamente inviável. Apenas evidencia que os pequenos negócios precisam investir decisivamente em inovação (p. 53).

Para desenvolver novos produtos, na maioria das vezes, são necessários grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento, contudo, há exceções, como é possível perceber mais adiante na experiência analisada.

### **Análise da experiência**

A Associação de Artesões de Palha de Jacunã está localizada no município de Jaguarari, no Centro Norte Baiano. Compreender a experiência em foco requer, primeiramente, uma compreensão do contexto socioeconômico em que ela se insere. Por isso, a seguir é apresentada uma breve caracterização do Território do Piemonte Norte do Itapicuru, do município de Jaguarari e, por fim, da comunidade de Jacunã.

A formação do Território Piemonte Norte do Itapicuru - TPNI inicia-se no fim do século XVI, quando portugueses pertencentes à Casa da Torre organizavam expedições ao Rio São Francisco e às minas de ouro da região de Jacobina. O TPNI foi definido politicamente enquanto território de identidade e unidade de planejamento em 2007 (BITENCOURT; LIMA, 2010). Está localizado no centro norte da Bahia e tem clima semiárido, (ANEXO 1). É composto por 09 municípios<sup>2</sup> com uma população total de 260.744 habitantes, dos quais 45,12% moram na área rural (CENSO 2010, IBGE). No território se encontram diversas comunidades quilombolas, sendo 57 reconhecidas pela Fundação Palmares. Menos da metade dos domicílios têm abastecimento de água e somente 35,7% possui esgotamento sanitário. Quanto à renda familiar, 63,8% das famílias ganha até 01 salário mínimo e a taxa de analfabetismo é de 28,3%.

Jaguarari é uma cidade de 30.342 habitantes, dividida em 06 distritos, 16 povoados e 132 comunidades (ANEXO 2). Situa-se na região da caatinga, distante 409 km da capital do estado. Segundo histórias populares, os primeiros habitantes da região foram índios Pataxós. O nome da cidade é de origem indígena e significa “onça pequena” (Jaguar = onça e ari = pequena).

Inserida no chamado “Polígono das Secas”, tem clima semiárido, com longos e prolongados períodos de estiagem. A economia, condiciona-

---

2- Os municípios que compõem o TPNI são: Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim.



da pelas condições climáticas, é baseada principalmente no setor primário (agricultura, pecuária e extrativismo). A agricultura baseia-se em culturas de subsistência e, a pecuária, com rebanhos de pequeno porte<sup>3</sup>.

Sobretudo por conta da mineração e em decorrência de uma população relativamente pequena, o PIB per capita do município é bastante elevado, sendo de R\$ 7.996,34 (SEPLAN/SEI, 2008), o maior do Território; dado que não significa, porém, uma distribuição da riqueza entre a população do município, (ANEXO 3). Se analisado em relação à proporção de pobres e o índice GINI<sup>4</sup>, que demonstra o distanciamento entre pobres e ricos, pode-se afirmar que o município ainda apresenta desigualdades e a renda está concentrada em uma pequena parcela da população.

A 14 km da área urbana de Jaguarari está o povoado de Jacunã, ligado a sede do município por uma estrada de chão com trechos rochosos e íngremes. Há informações de que Jacunã seja uma das mais antigas fazendas do município com mais de 200 anos de existência (A História na Mão..., 1988).

Moram atualmente no povoado aproximadamente 400 famílias<sup>5</sup>, com uma média de 5 filhos cada. Trata-se de uma comunidade muito carente que enfrenta várias dificuldades sociais, econômicas e educacionais; a maioria dos idosos são analfabetos ou semianalfabetos; há ainda um forte êxodo rural, principalmente de jovens, em direção aos grandes centros.

Sua economia consiste na criação de pequenos rebanhos de animais, agricultura de subsistência e artesanato em palha, que corresponde a cerca de 35% a 40%<sup>6</sup> da renda. A agricultura é uma importante atividade econômica, porém, enfrenta a irregularidade das chuvas. A mamona e a mandioca são mais resistentes à seca e, por isso, plantadas em maiores quantidades, sendo que a mamona é cultivada exclusivamente para comerciali-

---

3- Informação obtida em conversa informal com um técnico da Associação de Assistência Técnica e Assessoria aos Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares- CACTUS.

4- O Coeficiente de Gini é uma medida utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda; consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade.

5- informação oral obtida com os agentes comunitários que atuam na comunidade de Jacunã.

6- Informação oral obtida por meio de entrevista com a presidente da Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã.

zação. São os empregos municipais (originados, na sua maioria, em contratações temporárias), os programas de distribuição de renda do Governo Federal (70% das famílias recebem o Bolsa Família)<sup>7</sup> e as aposentadorias, que garantem a sobrevivência das famílias.

Funcionam no povoado uma unidade do Programa Saúde da família - PSF, uma escola municipal (ensino fundamental), uma creche municipal e um Centro Digital de Cidadania. Há também um Centro Comunitário, duas igrejas católicas, poucos pontos comerciais que vendem exclusivamente gêneros alimentícios e vários bares ao redor da praça central, que funcionam como ponto de encontro para os jovens. Há uma associação de moradores e atuam na comunidade vários grupos religiosos ligados à Igreja Católica.

O povoado tem eletricidade e rede de esgoto; há calçamento somente ao redor da praça central. Uma grande conquista da comunidade foi a água encanada, que chegou ao povoado em 2002, como resultado da atuação da associação de moradores em parceria com o governo estadual e organizações internacionais.

Posto isso, há elementos importantes para pensar os desafios enfrentados pela organização do trabalho coletivo nesse contexto, bem como as repercussões do fortalecimento de saberes e práticas tradicionais como alternativa de geração de renda na comunidade.

### **A Associação de Artesões de Palha de Jacunã**

“Somos aquilo que produzimos e produzimos aquilo que os nossos antepassados foram.”<sup>8</sup>

O trabalho com o artesanato em palha na comunidade se desenvolveu desde o surgimento do povoado, devido ao fato de ter antigamente na região muitas matas virgens, onde se encontrava, em abundância, a matéria-prima (ariri<sup>9</sup>). Os primeiros moradores da comunidade trouxeram consigo

---

7- Informação oral obtida com a Secretária de Ação Social do Município de Jaguarari.

8- Artesã Presidente da Associação das Artesãs da Palha de Jacunã (informação oral).

9- Nome científico: *Syagrus coronata*. Família botânica: *Palmae*. Características da planta: Flores pequenas, amarelas, em cachos que surgem predominantemente de maio a agosto.

a arte de trabalhar a palha, algo que foi se difundindo e hoje é praticado pela maioria das mulheres que reside na localidade.

A princípio eram produzidos objetos para utilização no dia a dia das famílias e, posteriormente, passaram a ser vendidos chapéus, vassouras e esteiras. A transmissão da técnica se dá de geração em geração, dentro da própria família, principalmente entre as mulheres. A técnica foi aprimorada em cursos de capacitação oferecidos pela Prefeitura Municipal e pelo esforço das artesãs, que têm buscado inovar com criatividade na produção de novas peças, atentas às demandas do mercado.

A matéria-prima principal, a palha do arirí, é coletada em matas fechadas, terrenos localizados a 40 km da comunidade (APÊNDICE 3). É necessário alugar um caminhão para realizar a colheita do material. A palha passa por diversas transformações até que fique em condições de manuseio: lasca, secagem ao sol e raspagem. O armazenamento é feito na própria residência das artesãs.

A produção é toda manual, usando-se apenas pequenas ferramentas como agulhas e fôrmas de madeira, utilizadas para costurar as tranças de palha e produzir chapéus (APÊNDICE 4). As fôrmas (moldes) e as linhas de caroa e/ou sisal são adquiridas na própria comunidade e os demais itens (tinta, facas, agulhas, tecidos, zíper, botões e velcro) são comprados no comércio local.

A Associação surgiu no ano de 2008, após um curso promovido pela Secretaria de Assistência Social do Município, que apresentou experiências coletivas de produção de artesanato em palha. O curso teve como objetivo fazer com que as mulheres de Jacunã conhecessem técnicas de produção de novos produtos e melhorassem a produção dos objetos que tradicionalmente já produziam. Após o curso, um grupo de vinte e cinco mulheres, com o acompanhamento de assistentes sociais da Prefeitura, elaborou o estatuto e, em 23 de abril de 2008, criou a Associação.

As participantes do grupo são todas mulheres entre 30 e 60 anos, a maioria é casada, mãe e com baixo nível de instrução. Hoje fazem parte do grupo 15 mulheres. A Associação é aberta ao ingresso de novos participantes, sendo a forma de admissão de novas pessoas definida por estatuto. Dentre as parcerias do grupo, estão a Prefeitura Municipal de Jaguarari,

o Centro Cultural Assistencial da Paróquia de Jaguarari – CECASP e o Grupo Regional de Economia Solidária de Senhor do Bonfim – GREPS.

O grupo atualmente tem produzido diversas peças, dentre elas vassouras, esteiras/tapetes de variadas formas e dimensões, chapéus, bolsas de diversos modelos, carteiras, chaveiros diversificados, suportes para painéis, jogos americanos, porta joias, kit bebê, cestas diversas e lembranças para casamento, batizado, primeira eucaristia e outros eventos, além de diversas miniaturas utilizadas, principalmente, como decoração. As mulheres estimam a renda anual com a venda do artesanato em palha em R\$ 16.500,00<sup>10</sup>. O grupo produz, em média, mensalmente: 750 chapéus rústicos, 60 chapéus decorados, 45 esteiras, 45 bolsas e 150 miniaturas (chaveiros e lembranças).

Para discutir os conceitos de produção coletiva e inovação, foi utilizado um quadro analítico que tem como conceitos centrais a produção coletiva (APÊNDICE 1) e a inovação (APÊNDICE 2); o primeiro, com as dimensões da produção, da comercialização e da divisão das despesas e dos lucros; e, o segundo, com as dimensões da inovação na produção, na comercialização e a relação entre inovação e saber tradicional.

### **Produção coletiva**

Relações econômicas orientadas pela cooperação, ao invés da competição, apontam para uma sociedade mais igualitária (SINGER, 2002). A trajetória do grupo das mulheres que formou a Associação mostra que foi essa inspiração - uma sociedade mais igualitária - que motivou as mulheres a trabalhar coletivamente ao invés competirem entre si, o que desvalorizava o artesanato e favorecia o atravessador.

O trabalho coletivo de produção de artesanato em palha se insere numa via sustentável-solidária (FRANÇA FILHO, 2008), a qual, no enfrentamento da pobreza e na promoção do desenvolvimento local, aposta em soluções baseadas em iniciativas empreendedoras coletivas.

Como relatado pelas mulheres, a venda do chapéu simples foi, por vários anos, muito importante enquanto “meio de sobrevivência”, comple-

---

10- Valor estimado pelas mulheres que fazem parte da Associação a partir da venda média mensal.

mentando a renda de muitas famílias apesar de serem vendidos a atravessadores por preços muito baixos. Buscando mudar esta realidade, no decorrer dos últimos 10 anos, as artesãs começaram a pensar na possibilidade de melhorar e diversificar a produção e de confeccionar produtos que pudessem agregar maior valor ao produto e diversificar as vendas.

A Associação foi organizada com o objetivo de melhorar e diversificar a produção e agregar valor, melhorando, desta forma, a renda das famílias. De acordo com a presidente do grupo, a Associação tem o objetivo de fortalecer o trabalho realizado de forma coletiva. Todas participam da produção, desde a retirada e transformação da matéria-prima até a confecção dos produtos. Existem, porém, algumas tarefas que são divididas com base nas habilidades específicas de cada artesã, como a preparação de determinados tipos de trança. Ressalta-se ainda que o processo envolve todos os membros da família. Embora seja um trabalho exercido principalmente pelas mulheres, alguns homens se encarregam de retirar a matéria-prima e as crianças participam da produção<sup>11</sup>.

Singer (2002) afirma que diferentemente da empresa capitalista, “A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão.” (p. 18). A prática da autogestão “[...] exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa.” (SINGER, 2002, p. 19). Esse desafio foi relatado nas entrevistas, quando foram apontadas dificuldades para fazer reuniões e tomar decisões. As artesãs se interessam mais em produzir do que em participar de encontros de formação, planejamento ou reuniões. Contudo, busca-se construir as decisões de forma democrática, levando à assembleia todas as decisões, conforme o estatuto da Associação. Contudo, Nunes (2006) problematiza que participar implica na participação no processo de discussão e colocar em prática as decisões tomadas para solucionar os problemas discutidos, o que se constitui um desafio.

---

11- Ressalta-se que o envolvimento das crianças não se caracteriza como trabalho, e sim como processo de aprendizagem.

Kraychete (2002) afirma que são numerosos os casos em que empreendimentos associativos apresentam viabilidade econômica, mas enfrentam situações que podem inviabilizar o processo porque as questões associativas não foram resolvidas. Isto porque, segundo o autor, muitos empreendimentos associativos apresentam uma estrutura organizacional frágil, dependendo de uma pessoa ou instituição de apoio e fomento, fator que pode recriar, dentro do grupo, relações que reforcem antigos e novos laços de dependência.

### **Comercialização e divisão de resultados e despesas**

As artesãs comercializam as peças na sua própria residência. Os produtos são, além disso, expostos e vendidos na casa da presidente da Associação, em feiras livres semanais realizadas nas cidades de Jaguarari e Senhor do Bonfim e em exposições, feiras e eventos regionais ou nacionais. As mulheres também produzem sob encomenda, sobretudo no período das festas juninas quando as vendas aumentam significativamente. Para a divulgação dos produtos, foi criado recentemente um blog; as mulheres produziram também um banner e etiquetas, utilizados em eventos e exposições.

O resultado das vendas é distribuído de diferentes formas. Quando há encomendas, cada artesã recebe proporcional à quantidade de produtos que confeccionou; quando há venda de produtos expostos em feiras fora do município, a artesã que produziu a peça vendida recebe a maior parte do valor da venda e a artesã responsável pela venda recebe uma porcentagem. As vendas individuais são apuradas por cada artesã.

Para o pagamento das despesas de funcionamento, há uma mensalidade. Além disso, as artesãs repartem os custos eventuais para a participação em eventos de comercialização ou capacitações. Ressalta-se que as artesãs têm que arcar ainda com os custos relativos à retirada da palha que hoje em dia é realizada em uma comunidade distante mais de 50 km de Jacunã, e, portanto, é necessário pagar pelo deslocamento até o local.

### **Tecnologia Social e inovação de produtos**

Conforme relatado em outra seção deste texto, o termo inovação utilizado aqui não deve remeter a “alta tecnologia” ou “tecnologia de pon-

ta”. O conceito de inovação que mais é adequado aos pequenos empreendimentos é relacionado às tecnologias sociais, que De Paula (2010) define como “[...] soluções de baixo custo, de fácil reaplicação, desenvolvidas em interação com as comunidades locais, adaptadas às diversas realidades territoriais e capazes de gerar inclusão social” (p. 54).

Considerando os EES como formas alternativas de geração de trabalho e renda, é preciso, como observado por Rutkowski e Lianza (2004).

desenvolver um sistema nacional de inovação capaz de oferecer a esses empreendimentos a possibilidade de sobreviver, mesmo quando submetidos à concorrência capitalista. É necessário formular modos próprios de pensamento e ação capazes de permitir sua atuação em escala local, regional, nacional e mesmo global (p. 182).

Rutkowski e Lianza (2004) consideram que as ações e políticas de apoio e fomento aos empreendimentos solidários estabelecem condições institucionais e motivacionais para tais empreendimentos, mas não ajudam os associados a desenvolver instrumentos de gestão, comprometendo a sustentabilidade dos mesmos. Assim, eles identificam

[...] a necessidade de desenvolver tecnologias e um conjunto de ferramentas de gestão e de produção que permita romper os limites técnicos dos empreendimentos solidários para, por exemplo, implementar inovações mais radicais – como o lançamento de novos produtos –, explorar novas oportunidades de mercado e aumentar a escala de produção, reduzir custos e melhorar a qualidade, ultrapassando a capacidade de somente criar inovações, que, às vezes, são desenvolvidas e são importantes para garantir uma posição no mercado, mas insuficientes para manter uma vantagem competitiva por longo tempo (RUTKOWSKI; LIANZA, 2004, p. 177).

Para falar dos processos de inovação dentro da Associação, são comentados a seguir quatro produtos confeccionados pelo grupo (APÊNDICE 5).

Chapéu, bolsa e esteira são peças que sempre foram produzidas na comunidade, fazem parte do saber tradicional da mesma e o processo de produção é transmitido de geração em geração. A forma de produzir estas peças

passou por algumas inovações, surgindo até novas peças a partir destas. O chapéu rústico é um das primeiras peças produzidas na comunidade e é a peça que ainda hoje tem a maior produção e é vendida em maior quantidade. A peça surgiu da necessidade de proteger os trabalhadores rurais do sol. Foram os primeiros moradores do povoado que a criaram; desde então, a tradição da produção desta peça é passada de mãe para filha, em toda a comunidade.

A partir do chapéu simples, visando ampliar o uso, antes restrito à zona rural, e conquistar o mercado feminino, sobretudo do litoral, se pensou em enfeitar o chapéu com cores, enfeites (como laços e flores) e mudar o modo de costurar a aba, deixando-a com aspecto parecido com ondas, dando mais leveza e beleza ao chapéu. Surgiu, assim, o chapéu Maria Bonita. A ideia foi trazida por uma das mulheres do grupo, que, na maioria das vezes, participa de feiras em outros locais; depois de confeccionar uma amostra, mostrou às outras artesãs, que aprenderam com ela o novo modelo de chapéu. A partir daí, todas as mulheres contribuem com ideias para melhorar e diversificar o produto. É da cultura local e do dia-a-dia da comunidade que nascem as ideias e os enfeites para estilizar o chapéu.

A esteira também faz parte da tradição da comunidade e é produzida desde o seu surgimento; é comum encontrar essa peça nas casas da comunidade. Antes, era produzida somente a esteira redonda, utilizada nas casas para sentar, fazer as refeições ou até para se deitar, quando não há cama. Acostumado a dormir na esteira, o marido de uma das artesãs teve a ideia de fazer um tapete mais macio, utilizando tranças sobrepostas, procurando deixá-la mais confortável. A peça agradou aos clientes, sendo utilizada para se deitar ou para ser colocada na sala. As mulheres aprenderam uma com a outra a produção desta peça.

Além desta, observou-se também mudanças na confecção da bolsa. A peça tradicional é chamada de “bocapiu”, feita da trança simples e utilizada pelas famílias para ir à feira e fazer compras. Com o passar do tempo, se percebeu a necessidade de melhorar a peça, acrescentando um trançado especial, muito parecido com a renda e, assim, surgiu a bolsa de passeio e a bolsa de passeio rendada. Com esta mudança, a peça foi valorizada, passando a ser comercializada por um preço



maior. É utilizada para passeios, tendo uma boa aceitação no mercado. A ideia surgiu na interação com outros grupos e produtos em feiras.

Além destes produtos que fazem parte da tradição da comunidade, iniciou-se recentemente a produção de outras peças, entre estas o chapéu em miniatura, utilizado no período das festas juninas como enfeite para as tampas de garrafa de licor. Um cliente encomendou a peça com uma argola de chaveiro e percebeu-se que a ideia era interessante para diversificar a produção. Um chaveiro especial é o chaveiro mucunã, que é uma semente típica da região, de formato arredondado, que tem a forma de um rosto. O acabamento é feito com esmalte, pintando olhos, lábios e nariz, e o cabelo é feito com a fibra do sisal, outra planta típica da região.

Percebe-se, portanto, que inovações na concepção dos novos produtos passaram por diferentes processos: da interação com outros grupos, da tentativa de conquistar novos mercados, da interação com os clientes e da necessidade dos próprios moradores da comunidade em aprimorar as peças. Destaca-se que a TS pode ser resultado de um processo de aprendizado entre comunidades ou intra comunidade.

## Conclusões

A pesquisa analisou o trabalho coletivo das mulheres que fazem parte da Associação de Artesãos de Palha de Jacunã, suas características e desafios, na produção e comercialização das peças produzidas a partir da palha. O presente texto tentou contribuir com o esforço de articulação teórico-conceitual entre economia solidária e tecnologia social na análise de tal experiência. Essa é uma temática de pesquisa recente e há pouca literatura nesse caminho, o que constituiu, ao mesmo tempo, um desafio e uma contribuição deste trabalho.

Pode-se afirmar que o trabalho coletivo das artesãs da Associação de Artesãos de Palha de Jacunã se insere no contexto dos empreendimentos de economia solidária que estão se desenvolvendo e consolidando cada vez mais no Brasil, como alternativa de geração de renda, inclusão social e organização das relações de trabalho. A criação de alternativas à geração de

renda nesta comunidade cria condições para dinamizar o desenvolvimento local, possibilitando que jovens vejam nos saberes tradicionais novas formas de trabalho, que podem indicar uma alternativa ao êxodo rural.

Discutindo estratégias de desenvolvimento local, em contraposição à via insercional-competitiva, fundada na ética da competição, a qual propõe como solução para o desemprego o empreendedorismo apoiado pelo microcrédito orientado, França Filho (2008) aponta a via sustentável-solídária de desenvolvimento, construída por meio de soluções coletivas, e não pautadas no empreendedorismo individual.

Logo, suas soluções de enfrentamento devem ser coletivas, isto é, baseadas em novas formas de regulação das relações econômico-sociais. É assim que tal concepção enfatiza a importância dos territórios [...]. Considerando-se como premissa fundamental, nessa visão, a valorização de soluções endógenas a partir da ideia de que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas (p. 223).

A experiência da Associação na comunidade de Jacunã parece apontar para isso.

O trabalho coletivo na Associação é organizado; todos participam e têm total conhecimento acerca de todas as atividades e processos envolvidos. Por outro lado, a participação e construção da gestão democrática do empreendimento é um desafio, como em qualquer outro empreendimento, dados os desafios à prática da autogestão.

A arte de trabalhar a palha na comunidade de Jacunã é uma manifestação do saber popular, passado de geração em geração desde o surgimento do povoado. A formação da Associação, em 2008, fortaleceu esse saber, que sempre foi importante para a renda das famílias, e contribuiu para a diversificação da produção e sua comercialização.

A organização coletiva possibilitou a produção de novas peças e aperfeiçoou a produção das peças que já sabiam confeccionar, diversificando e agregando, assim, valor à produção. O grupo conseguiu, deste modo, alcançar novos mercados, aumentando a comercialização dos produtos e a

renda das mulheres envolvidas. A troca de experiências dentro do grupo, a participação em feiras, eventos e capacitações, contribuiu ainda para que as mulheres discutissem entre si e com outras pessoas sobre as dificuldades e as possibilidades de crescimento do grupo.

De acordo com Dagnino (2009), tais empreendimentos, ao promoverem - por meio de suas características baseadas na participação, solidariedade e na busca pela autogestão-questionamentos à forma de produzir, além de demandarem novas tecnologias, são motor crucial da tecnologia social, podendo atuar como um parceiro na produção material e na geração de tal tecnologia. Como observado por De Paula (2010),

Dar visibilidade a experiências deste tipo, evidenciar a importância da inovação em seus diversos aspectos, inclusive a inovação nas formas de organização dos pequenos empreendedores, valorizando o cooperativismo e a gestão participativa, é outra forma de pensar o papel da ciência e da tecnologia para a competitividade e a sustentabilidade dos pequenos negócios (p. 57).

Quanto ao processo de inovação, foi possível perceber que um produto funcional confeccionado manualmente foi transformado em artesanato, em artigo de moda, acompanhando, na sua customização, formas e tendências. Essa forma de inovação fortalece o saber, contribuindo, ao mesmo tempo, para sua preservação e renovação. Ela também fortalece laços comunitários em função da sua construção coletiva. Também é importante ressaltar que a produção do artesanato já fazia parte do cotidiano dessas famílias.

Muitas questões observadas na rica experiência da Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã não foram discutidas nesse texto e há ainda outras questões de pesquisa para aprofundar, como uma análise de gênero, da percepção sobre a melhoria da qualidade de vida da população da comunidade e a sustentabilidade ambiental dessa atividade. São outros olhares sobre o caso que podem orientar futuras discussões.

Extrapolando os resultados acadêmicos, a realização desse estudo pode fortalecer a Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã, divulgando

a sua experiência e valorizando seu trabalho, elevando, assim, a autoestima das mulheres envolvidas. O trabalho pode ainda contribuir com o fortalecimento de outros EES que podem se inspirar e aprender com a experiência aqui analisada. A experiência do trabalho coletivo com o artesanato em palha na comunidade de Jacunã parece trançar o futuro, construindo um caminho sustentável para o desenvolvimento comunitário.

## Referências

A HISTÓRIA NA MÃO: TENTATIVA DE RETRATO DE JAGUARARI. Livro editado pela Paróquia São João Batista de Jaguarari, em comemoração aos seus 50 anos, 1988.

BITENCOURT, R. B.; LIMA, T. M. O. Diagnóstico da realidade cultural e da gestão de políticas públicas de cultura do município de Jaguarari, Território Piemonte Norte do Itapicuru – Bahia, Salvador, 2010.

CORAGGIO, J. Questões debatidas. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 133-141.

DAGNINO, R. Tecnologia Social. In: HESPANHA, P. et al. Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: CES, 2009, p. 315-321.

\_\_\_\_\_. (Org.) Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. A tecnologia social e seus desafios. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 187-209.

DE PAULA, J. O desafio da inovação para as micro e pequenas empresas. In: Tecnologia social e desenvolvimento sustentável: contribuições da RTS para a formulação de uma política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília/DF: Secretaria Executiva da RTS, 2010, p. 53-57.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. Disponível em: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=61&Itemid=57](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57). Acesso em: 15 de junho/2012.

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE J. A economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. O&S, Salvador, v. 15, n. 45, abr./jun. 2008.

GAIGER, L. Questões debatidas. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 191-198.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2010, primeiros resultados. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. CENSO Populacional 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. CENSO 2000. Contagem da População, 2007, PIB 2004 e INEP 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>. Acesso em: 07 jul. 2012.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 117-133.

MACIEL, Maria Lúcia. Hélices, sistemas, ambientes e modelos: os desafios à sociologia da inovação. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, n. 6, jul./dez. 2001, p. 18-29.

MANCE, Euclides André. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

NUNES, Débora. Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades. Salvador: UNESCO / Quarteto, 2002.

OLIVEIRA, B. As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro. 2006, 175f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

POCHMANN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. Mercado de trabalho, IPEA, p. 23-34, ago. 2004.

QUIVY, Raymond; CHAMPENHOUDT, LucVan. Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M; GUTIERREZ F. (Org.). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1999. p. 34-58.

RUTKOWSKI, J. E.; Rede de Tecnologias Sociais: pode a tecnologia proporcionar desenvolvimento social? In: LIANZA, S.; ADDOR, F (Org.). Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre/RS: Editora UFRGS, 2005.

\_\_\_\_\_; LIANZA, S. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia? In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 167-186.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2000.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA – SEPLAN; Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos – SEI. Mapa do Território Piemonte Norte de Itapicuru. Disponível em: <[http://www.territoriosdabahia.org.br/includes/mapa\\_itapicuru.php](http://www.territoriosdabahia.org.br/includes/mapa_itapicuru.php)>. Acesso em: 25 jul. 2012.

SILVA, R. M. A. da; FARIA, M. S. de. Tecnologias sociais e economia solidária. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. Tecnologia social e desenvolvimento sustentável: contribuições da RTS para a formulação de uma política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília/DF: Secretaria Executiva da RTS, 2010, p. 65-70.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES. Resultados do GT do Mapeamento da SENAES realizado em 2005. Disponível em: <[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)>. Acesso em: 15 jun. 2012.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

# Metodologia participativa tecendo uma rede solidária

*Kátia Aparecida Santos  
Alessandra B. Azevedo*

## Introdução

A partir da década de 1990, a economia solidária vem crescendo e se fortalecendo no país. Nesses 22 anos, muita coisa mudou, inclusive a percepção de que a atuação de redes e ações articulando as cadeias produtivas, tanto a montante como a jusante do empreendimento, são fundamentais para que a outra lógica da economia proposta pela economia solidária se consolide e os ganhos tangíveis e intangíveis possam ser distribuídos por todos.

Desde a entrada do Governo Lula, em 2003, os movimentos sociais têm participado de maneira mais ativa na elaboração de políticas públicas. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003 foi um marco na luta dos movimentos sociais, que, através de ações articuladas, conseguiram criar uma secretaria ligada diretamente ao Ministério do Trabalho. Vale destacar o apoio a Redes e Cadeias Produtivas, Atividades Comerciais (Feiras locais, regionais e estaduais) e as Finanças Solidárias.

Outra política importante da SENAES foi o mapeamento contínuo da economia solidária, realizado em todo território nacional, desde 2005. Ele foi realizado com a parceria de inúmeras instituições do terceiro setor que estão envolvidas com a economia solidária e por universidades que, em uma ação em rede, buscaram dimensionar o tamanho e as características da economia solidária no país. Dados do Sistema Nacional de Economia Solidária – SIES revelaram que mais de 1,7 milhões de pessoas, integrantes de empreendimentos de economia solidária, movimentaram mais de R\$ 6 bil-

hões anualmente (SIES). O mapeamento também contribuiu para divulgar a Economia Solidária em outros países como: Argentina, Canadá, Alemanha e Áustria, que reaplicaram essa tecnologia e estão mapeando empreendimentos. No que tange ao marco legal da economia solidária, está em rede nacional uma campanha de recolhimento de assinaturas para conseguir criar a primeira lei brasileira que reconheça o direito de trabalhadores associados.

Na Bahia, as políticas públicas de economia solidária guardam uma correlação com a SENAES, tendo como diferencial o Programa Vida Melhor e a aprovação de uma lei estadual de economia solidária. Esta política está detalhada no corpo do artigo. É possível notar que atualmente tanto as políticas federais, estaduais, municipais assim como os órgãos de fomento, como FAPESB e FINEP, buscam sempre estimular a atuação em rede dos empreendimentos econômicos solidários através de seus editais.

Neste sentido, vale ressaltar que as principais redes no Brasil surgiram na década de 1990, com o objetivo de criar espaços de trocas de experiências, formação, produção e comercialização, fazendo um intercâmbio entre empreendimentos das zonas urbana e rural. É possível visualizar redes que vêm fortalecendo a atuação colaborativa entre os empreendimentos, tais como a UNISOL Cooperativas, fundada em março de 2000; a UNICAFES, fundada, no Brasil, em 21 de junho de 2005; a cadeia ecológica do algodão solidário, na qual participam trabalhadores(as) organizados(as) que integram empreendimentos da economia solidária de 4 estados: ADEC – Ceará, COOPERATIVA AÇAÍ – Rondônia, COOPERTEXTIL – Minas Gerais, COOPSTILUS – São Paulo. São homens e mulheres desempenhando a função de agricultores, coletores de sementes, fiadoras, tecedores e costureiras, que cobrem todos os elos da indústria têxtil – do plantio do algodão à confecção da roupa. Dessa cadeia, nasceu, em 2006, a marca Justa Trama, que já exporta para Itália e Espanha, da qual todas as cooperativas são proprietárias.

Além do princípio de preservação do meio ambiente, a Justa Trama também consegue, com a produção direta das cooperativas e, portanto, sem o atravessador, agregar valor a todos os elos, com ganhos de 50% a



100% acima do mercado, fazendo, assim, acontecer uma justa distribuição de renda. Além dessas, outras redes que valem a pena mencionar são a Rede Abelha, rede na cadeia da apicultura e meliponicultura dos estados do Nordeste do Brasil, que já existe há 14 anos; a Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária nasceu em 2004 e é uma articulação de trabalhadoras e trabalhadores urbanos e rurais; a Rede Bodega de Produtos Sustentáveis do Bioma Caatinga, que é uma rede de iniciativa e coordenação da AGEN-DHA (Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia), criada em 2002; e a Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia – Rede Arco Sertão, fundada em 2002 e composta pelo Território da bacia do Jacuípe, Sisal e portão do Sertão.

Estas redes estão ligadas por várias vias que perpassam a sustentabilidade, pois elas fortalecem o movimento de economia solidária e desse modo se fortalecem, acessam juntas as políticas públicas, trocando experiências pautadas nas bases da participação, buscando resolver problemas comuns e divergentes de suas localidades, assim como se unem em busca de parcerias, recursos, clientes e fornecedores.

Todo esse movimento de formação de redes e de políticas públicas e criação de leis vêm gradativamente abrindo espaço para que os empreendimentos, entidades de apoio e fomento e organizações da sociedade civil organizada participem desde a elaboração até a implantação dos programas provenientes das políticas. Quando essa parceria ocorre através de metodologias participativas, o resultado da apropriação do processo pelo grupo é mais rápido, porque eles se sentem atores ativos no processo e corresponsáveis.

A hipótese do trabalho apresentado nesse artigo é que quanto maior o grau de participação dos atores em todas as etapas, maior o comprometimento com o desenvolvimento das ações, o que contribui para o amadurecimento econômico e social do grupo e a emancipação do empreendimento.

O artigo apresenta três grupos produtivos e um grupo que presta assessoria. Os grupos são: Associação de Formação e Comunicação Pérola Negra, Associação Sol Nascente, Arte Rede Solidária – ARSOL e Associação das Rendeiras de Dias D'Ávila-BA

– RENDAVAM. Estes grupos atuam em rede e todos contam com a assessoria da Pérola Negra.

Os grupos estão localizados na Região Metropolitana de Salvador, em bairros periféricos, onde a população vive em estado de vulnerabilidade social. São empreendimentos, formados majoritariamente por mulheres, nasceram da necessidade de geração de renda e produzem alimentos ou artesanatos, com exceção da Pérola Negra, criada em 2007, que é formada a partir de um grupo universitário que decidiu trabalhar com assessoria nas áreas de formação, planejamento, comercialização, gestão e marketing social.

Este artigo analisa como a aplicação da metodologia participativa de formação e planejamento usada pela Associação de Formação e Comunicação Pérola Negra, atrelada ao acesso a políticas públicas de inclusão produtiva, contribuiu para a criação de uma rede de comercialização formada por empreendimentos econômicos solidários.

Essa análise foi feita por meio do método dedutivo. Na primeira etapa foi realizada uma revisão de literatura que permitiu uma melhor compreensão do que são métodos participativos e como eles são usados no processo de capacitação e planejamento de grupos produtivos. A coleta de dados foi feita através da técnica de grupos focais<sup>1</sup>, encontros e reuniões de planejamento e avaliação com os grupos e lideranças comunitárias. Em seguida, levantou-se informações sobre o histórico dos quatro empreendimentos pesquisados, através da elaboração de uma linha do tempo, buscando entender como ocorreu o processo de criação dos grupos. No desenrolar do trabalho vieram à tona informações que nos permitiram entender a influência de fatores internos e externos, desenhando-se, assim, o contexto do trabalho grupal. No início, os encontros com os grupos ocorriam semanalmente. Após seis meses, passou a ser quinzenal, após um ano, mensal, e quando acontecia o aumento da demanda de produção, os grupos solicitavam encontros extras.

---

1- Grupos Focais são pequenos grupos de pessoas reunidas para avaliar conceitos e identificar problemas, sendo necessário haver um facilitador que administre o diálogo e estimule um ambiente de troca onde as pessoas se sintam à vontade para compartilharem suas ideias e opiniões. Tem como objetivo central identificar sentimentos, percepções, atitudes e ideias dos participantes a respeito de determinado assunto.

## **Apresentação das redes**

A Associação Pérola Negra teve origem em outubro de 2007 a partir da idealização de alunos do curso de comunicação da universidade... motivados pela primeira autora, que trabalhava na Secretaria de Trabalho, Emprego Renda e Esporte do Estado da Bahia – SETRE.

A Associação realizou vários trabalhos assessorando empreendimentos econômicos solidários, Ana área de comercialização, além da produção de peças de comunicação (cartão de visitas, banners, folders, folhetos, rótulos, placas de identificação, cartilhas, camisas, faixas e etiquetas). A Pérola promove eventos como desfiles, seminários, palestras e feiras. Em 2008, durante a reunião de avaliação da Primeira Feira Acadêmica e Solidária (FASOL), surgiu a necessidade de se criar uma rede de comercialização com os empreendimentos presentes. Daí, nasceu a rede ARTE REDE SOLIDÁRIA (Arsol), composta por 30 empreendimentos da Região Metropolitana de Salvador, que produzem artesanato, reaproveitamento de tecido, acessórios, confecção, bolsas, reciclagem de garrafa PET e papel, alimentos processados, lanches e refeições.

Com a criação da Arsol, pretendeu-se minimizar os problemas estruturais dos empreendimentos, otimizando toda a cadeia produtiva, resultando em ampliações nas possibilidades de comercialização. Após quatro meses de atividades, os membros da Arsol concluíram que além da formação articulada com instituições ligadas à Economia Solidária, era fundamental organizar uma rede autogestionária, com abrangência territorial na Região Metropolitana de Salvador - RMS, onde os empreendimentos promovessem trocas de serviços e saberes e o coletivo reunido pudesse se mobilizar para solucionar os problemas das diversas cadeias produtivas envolvidas. Hoje a rede já pode medir os valores não mensuráveis<sup>2</sup> atingidos.

---

2- Valores não mensuráveis - A Rede Arsol, em 2010, realizou o sonho de vários associados dos trinta empreendimentos de participar de um espaço físico de comercialização autogestionário, quando ingressou no Centro Público de Economia Solidária - CESOL. Esses empreendimentos, por falta de documentação, não tiveram oportunidade de participar desse espaço nos anos anteriores. Essa conquista possibilitou o acesso a outros espaços e outras políticas públicas de comercialização. A participação nesses espaços leva o estreitamento dos vínculos entre os associados, enriquecendo a rede com investimento no crescimento do capital social.

Um dos resultados dessa ampliação das ações da rede foi a criação da Associação das Rendeiras de Dias D'Ávila-BA - Rendavan, a qual foi criada a partir da iniciativa de uma integrante da rede Arsol que resolveu replicar em seu município a metodologia usada pela rede. Fundada em 21 de fevereiro de 2009, constituída por um grupo de 33 mulheres da cidade de Dias D'Ávila, a Rendavan visa atender à necessidade de difundir e resgatar a arte e a cultura da renda de bilros e bordados a mão, garantindo a valorização do trabalho manual, e a geração de renda para mulheres do município. Seus principais produtos são de renda de bilros (toalhas de mesa, boloros, estolas, vestidos e pano de bandeja) e tecidos com aplicação de renda e bordado (batas femininas e masculinas, vestidos, pano de copa, toalhas de banho e estolas).

Na busca de gerar renda, a Rendavan organizou, junto com as sócias, uma grade de formação que teve como objetivo qualificar e socializar as técnicas de renda de bilro e bordado para várias mulheres e, desse modo, constituir uma frente produtiva qualificada. Com este objetivo, a Rendavan demandou também instrutores do Instituto Visconde de Mauá, SEBRAE e SESOL<sup>3</sup>, organizando, assim, sua linha de produção e preparando associados e pessoas da comunidade para o mercado.

Uma das maiores conquistas da Rendavan foi a realização da Feira de Economia Solidária de Dias D'Ávila – I FESD'ÁVILA<sup>4</sup>. Efetuada sem recursos financeiros, foi articulada com parceiros da rede municipal e estadual.

Em 2009, a Pérola Negra promoveu, na Faculdade da Cidade, um seminário sobre comercialização e comunicação, sendo, ao final do evento,

---

3- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

4- I FESD'ÁVILA - Esta feira agregou empreendimentos de 6 municípios, (Ponto seguimento) durante (Durante) três dias(Vírgula) os grupos trocaram experiências e fecharam negócios, colocando em prática o trabalho em rede, (Sem vírgula) e os princípios de economia solidária, (Sem vírgula) com a preservação da Praça, local da feira, com hospedagem solidária, e fornecimento de alimentação produzida por empreendimentos locais. As apresentações culturais foram de artistas locais que doaram sua arte, prestigiando, divulgando e valorizando, na feira, a cultura local. Essa conquista está na base da sustentabilidade social, a qual chamamos de capital social.

procurada pela Associação Sol Nascente – ASN<sup>5</sup>. O grupo desejava mudar sua atuação, assumindo um perfil de geração de renda. Com a assessoria da Pérola Negra e fazendo uso do método participativo, um núcleo de produção de temperos foi instalado, aumentando o número de sócios de dez para trinta. A mobilização para tanto envolveu de forma participativa a difusão de conhecimentos entre os próprios integrantes do grupo, assessorias para a estruturação, como o estudo de viabilidade econômica, planejamento e ação. Com parcerias municipais, territoriais, estaduais e nacionais, passou a atuar como empreendimento de economia solidária, acessando as políticas públicas de geração de renda, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, comercializando temperos prontos, sequilhos, biscoitos, bolos e polpas de frutas.

Além da articulação local, a Sol Nascente também se integrou a Arsol, passando a ingressar no Fórum Baiano de Economia Solidária e no movimento social Via do Trabalho<sup>6</sup> que teve um papel importante na articulação de fornecedores e compradores para a sua produção, assim como atuou ativamente como ponte unindo os atores urbanos aos rurais e fortalecendo os grupos pesquisados no campo da produção e comercialização.

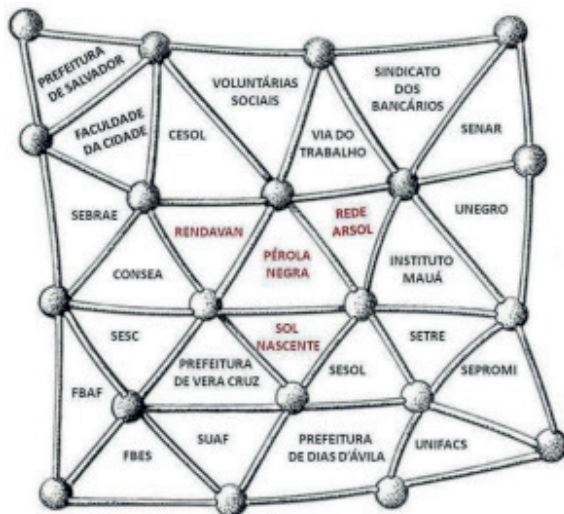
Segue uma figura que ilustra a rede em que os empreendimentos estudados estão inseridos. Vale destacar que é possível visualizar parcerias municipais, estaduais, federais e com outros empreendimentos.

---

5- Tratava-se de um grupo com perfil assistencialista, que atendia à comunidade de Vera Cruz com doações de alimento, creches-escola, grupos de estudos, dentre outros.

6- Movimento Social Via do Trabalho – MSTV - Segmento representativo do mundo do trabalho, não temático ou de questão única, tanto no meio rural quanto no urbano, formado através da estruturação dos produtores e produtoras livres e associados, no interior de uma complexa cadeia de organizações, buscando interligá-las num único projeto coordenado atuante na sociedade em toda sua diversidade cultural, sua multiplicidade étnica e extensão territorial.

Figura 01



Empreendimentos Pesquisados Com Sua Base De Fortalecimento

Fonte: Elaboração própria

## Trabalho em rede

As redes pesquisadas estão interligadas entre si, fortalecendo-se mutuamente, trocando experiências, acessando as políticas públicas e espaços de formação e comercialização coletivamente. Quando uma rede ou empreendimento recebe uma demanda que ela não pode cumprir em tempo hábil, articula-se com outras redes para a realização das tarefas, compartilhando os trabalhos e as sobras/lucro; são redes dentro de redes.

“O trabalho em rede possibilitou que vários grupos participassem da chamada pública do Espaço Solidário no Centro Público do Estado. Como representante da Rendavan. Empreendimento que é proponente nesse Espaço, posso dizer que com trabalho coletivo conseguimos aumentar a renda das associadas”. Dinóelia Trindade.

A Tabela 1 apresenta a caracterização dos grupos estudados. É possível verificar que as redes estão envolvidas simultaneamente nos mesmos projetos.

A Pérola, Arsol, Rendavan e Sol Nascente compartilham de recursos oriundos de três projetos, porém a Sol Nascente que tem uma atuação mais forte entre o urbano e o rural com os agricultores familiares, com mais dois projetos nesta área, beneficia, no momento da produção, os outros grupos, estimulando, desse modo, a autopeise, que é a capacidade de criar-se ou recriar-se, fortalecendo-se mutuamente. Observa-se também um aumento significativo no rendimento bruto das associações e das associadas, que faturam hoje uma quantia superior ao dobro do seu rendimento inicial por hora trabalhada. Foi identificado que os grupos estudados, partindo do zero, gradativamente foram se envolvendo em redes, participando ativamente de ambientes sociopolíticos onde encontram ferramentas de acesso a políticas públicas inclusivas.

**TABELA 01**  
**CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS ESTUDADOS**

REDES PESQUISADAS	Nº DE SÓCIOS	PRODUTO	ANO DE FUN- DAÇÃO	REDES ENVOLVIDAS		PROJETOS (LIGADOS À GERAÇÃO DE RENDA)		RENDIMEN- TOS ANUAIS		RENDA PER CAPTA	
				2007 (R\$)	2011 (R\$)	2007 (R\$)	2011 (R\$)	2007 (R\$)	2011 (R\$)	2007 (R\$)	2011 (R\$)
Associação Pérola Negra	06	Serviço	2007	00	05	00	03	420,00	5.600,00	200,00	700,00
Arte em Rede Solidária	25	Artesana- to/alimen- tação	2009	00	06	00	03	5.400,00	14.000,00	400,00	1.600,00
Associação Sol Na- scente	30	Temperos prontos	2007	00	09	00	05	300,00	36.000,00	150,00	700
Associação das Rendei- ras de Dias D'ávila-Ba	33	Rendas, bilo/bor- dados	2009	00	06	00	03	5.000,00	20.000,00	600,00	1.600,00

Fonte: Elaboração Própria

## Compreendendo melhor alguns conceitos

Quando se busca na literatura aprofundar os conhecimentos e compreender por que a atuação em rede e uma determinada metodologia contribuem mais que outra e por que elas vão impactar nos resultados de um programa de política pública é possível perceber que para entender o diferencial que algumas políticas têm, é preciso ir além da análise da política simplesmente como instrumento. É preciso entender como ela foi elaborada e de que maneira ela foi conduzida. Uma ferramenta que tem sido consenso entre os teóricos que são fundamentais para dar voz aos atores diretamente envolvidos nos programas é a metodologia, que precisa ser construída em conjunto para que o grau de comprometimento de todos aumente.

A metodologia participativa busca a atuação efetiva dos participantes no processo educativo sem considerá-los meros receptores, nos quais são depositados conhecimentos e informações, como aborda Freire (1996) no que ele chama de Pedagogia Bancária. O enfoque participativo é fundamentado na escuta e valoriza os conhecimentos e experiências dos participantes, envolvendo-os na discussão, identificação e busca de soluções para problemas que emergem de suas vidas cotidianas.

É uma forma de trabalho didático e pedagógico baseada no prazer, na vivência e na participação em situações reais e imaginárias, onde através de técnicas de dinâmica de grupo, jogos dramáticos e outros, os participantes conseguem, por meio de fantasia, trabalhar situações concretas.

A metodologia participativa abordada por Freire (1996) busca construir conhecimentos com os envolvidos nos empreendimentos, objetivando torná-los atores que visam o bem da comunidade onde estão inseridos e por consequência o bem da sociedade como um todo, gerando multiplicadores. A aplicação de uma metodologia participativa, quando associada à uma política inclusiva, é capaz de transformar a realidade na qual os sujeitos estão inseridos.

Nesta abordagem de Freire, pode-se afirmar que entre os grupos estudados, destacou-se a Rendavan, que absorveu a tecnologia social do pro-



cesso participativo da Rede Arsol, reaplicando em sua comunidade, buscando a eficácia na solução dos problemas do empreendimento, com simplicidade e baixo custo. A associação ganhou autonomia, passando a acessar políticas públicas de geração de trabalho e renda, contribuindo, assim, com a transformação social e desenvolvimento local.

Dagnino (2009) define tecnologia social como produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis desenvolvidos na interação com a comunidade, que representem efetivas soluções de transformação social. As seguintes características identificam uma tecnologia social: a) baixo custo operacional; b) simplicidade funcional; c) facilidade de manejo; d) eficácia na solução dos problemas cotidianos; e) uso em pequena escala; f) reaplicabilidade, isto é, a possibilidade de ser aplicada em outros contextos sociais com a mesma eficácia.

Assim como elencado por Dagnino, que na tecnologia social a metodologia precisa ser participativa e o beneficiário precisa participar da construção da tecnologia, Gramsci (at Nunes, 2009, 15) apresenta dois conceitos que precisam ser levados em consideração no momento da intervenção em uma comunidade: o “consentimento ativo” e a “vontade coletiva”, já que as ideias não ‘nascem’ de forma espontânea no cérebro de cada indivíduo. Elas possuem um centro de formação, de irradiação, de difusão e de persuasão: um grupo de homens ou mesmo um indivíduo que as elaborou e as apresentou sob a forma política da atualidade. O autor descreve ainda aspectos importantes na organização de um grupo:

“As pessoas aprovam sua dedicação, lhes rendem homenagens e os apoiam. Nesse caso, normalmente existem pessoas que admiram os que assumem mais responsabilidades do que os outros e reconhecem que elas são úteis, pois fazem avançar as coisas, mobilizam os demais, os menos capazes ou menos disponíveis. Esses líderes são, às vezes, reconhecidos rapidamente, existe um reconhecimento mútuo, uma cumplicidade na ação, um “consentimento ativo”, em que líderes e “liderados” caminham juntos, cada um em seu papel, para um objetivo comum” (GRAMSCI at NUNES, 2006, 62).

É possível visualizar os conceitos de Gramsci, Freire, Dagnino e Nunes na metodologia utilizada pela Pérola Negra, que prima pela participação ativa dos atores e foi sendo aprimorada no decorrer das atividades, contribuindo, assim, para os avanços dos grupos. Assim, a aplicação efetiva e engajada de metodologias participativas no processo de formação e planejamento contribui para a formação de redes, à medida que em sua aplicação despertam no sujeito a confiança em sua capacidade de decisão e transformação da sua realidade.

No âmbito da formação, esses aspectos comunitários precisam ser levados em consideração para que a participação de todos os membros do grupo seja efetiva. Segundo Nunes (2006, 101), o objetivo da metodologia participativa é favorecer a integração das pessoas, desconstruir o ambiente do grupo e promover pequenas vitórias coletivas. Nos quatro grupos estudados, observou-se a importância do papel das lideranças em todo o processo de criação dos grupos que se inicia na mobilização chegando à formação. É visível que cada comemoração das conquistas alcançadas fortalece os vínculos tanto entre eles como entre eles e o facilitador.

Essas pequenas vitórias são fruto de uma tomada de consciência que, para Paulo Freire (1996), não é dada e sim construída em cada um através de sua relação com os outros. Freire (1996) lembra ainda que o engajamento dos líderes revolucionários, assim como dos educadores, numa luta maior foi precedido da convicção da necessidade de lutar. Nesse sentido o autor expõe:

A conscientização implica superar a esfera de apreensão espontânea do mundo, para alcançar uma esfera crítica na qual a realidade se torna um objeto passível de conhecimento e na qual o homem assume uma posição epistemológica [...] a conscientização é um compromisso histórico [...] não pode existir fora da práxis, ou seja, sem o ato ação-reflexão. Essa unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser e de transformar o mundo que caracteriza os homens (FREIRE, 1979, at Nunes, 19).

Dessa forma, o autor aborda não só o caráter político da comunidade, mas também a necessidade de que o facilitador comunitário seja também imbuído de propósitos revolucionários.

Os formadores, que utilizam a metodologia participativa e extraíram esse método da Pedagogia do Oprimido de Freire (1996), promovem, nos empreendimentos, a reflexão sobre os problemas que cercam seu núcleo produtivo, sua comunidade ou sua cidade. Conseguem, desta forma, descobrir, junto aos sujeitos envolvidos no processo, as soluções para os problemas elencados, soluções essas que precisam respeitar valores como solidariedade, generosidade, cooperação e união, libertando-se, assim, de um ciclo vicioso de dominação.

Trazendo essas ideias para o fazer grupal cotidiano, é preciso que o facilitador de grupos domine algumas técnicas para que possa fazer uso delas de maneira flexível, adaptando-se a cada caso, pois cada grupo apresenta uma natureza própria, estruturando-se conforme as características individuais de cada um dos participantes. Portanto, é importante observar e perceber a fase ou o momento em que os grupos se encontram.

É muito importante analisar o grau de coesão, pois existem grupos que se formam pela primeira vez, outros que já possuem contatos anteriores entre seus elementos e, em todos eles, faz-se necessário desenvolver o vínculo com o facilitador, aplicando técnicas de apresentação que permitirão ao mesmo o conhecimento entre as pessoas e a psicodinâmica do grupo.

A estrutura básica de procedimento na aplicação das técnicas durante um trabalho de grupo é apresentada por Lopes, Luz, Azevedo e Moraes 2007, que, de forma sintética, descrevem sua metodologia em três etapas: a fase de apresentação, onde a proposta de trabalho é exposta; e o vínculo entre o facilitador e o grupo é criado e é feito um levantamento de expectativas; a segunda fase consiste na apresentação e exploração do tema e do feedback; e num terceiro momento é realizado o encerramento com a avaliação do processo e técnicas de fechamento. Essa metodologia contribui para o protagonismo dos atores envolvidos, quando se estabelece um laço de confiança entre o facilitador e o grupo.

Nessa metodologia, mais importante que os instrumentos e ferramentas utilizadas são o envolvimento e o respeito ao saber local e a cada experiência trocada. Tudo isso é importante para fortalecer as iniciativas e gerar os vínculos que proporcionem o protagonismo de cada envolvido. A

Associação de Comunicação e Formação Pérola Negra, que acompanha a Rede Arsol, A Associação Sol Nascente e a Rendavan, desenvolveu um método participativo próprio que pode ser dividido em três momentos distintos: sensibilização, organização das ações e adequação formal dos grupos. Essas etapas não acontecem necessariamente nesta mesma ordem e nem possuem transições bem delineadas, sendo essa divisão mais para efeito de compreensão do sistema do que para efeitos práticos.

Uma vez envolvidos pela proposta, inicia-se a fase de organização das ações. As estratégias escolhidas podem e devem variar de acordo com a demanda, mas dois fatores precisam ser priorizados: o protagonismo e o respeito à subjetividade humana. No caso narrado, os grupos foram quase sempre divididos em Grupos de Trabalho - GT, os quais eram compostos por, no mínimo, três pessoas. Inicialmente, havia encontros semanais que seguiam mais ou menos o seguinte roteiro: abertura com dinâmica, a discussão do tema do dia escolhido na reunião anterior e a apresentação das conquistas de cada GT em relação à tarefa que lhes foi confiada.

Iniciar com a discussão do tema do dia é importante, pois em se tratando de homens e mulheres trabalhadores, a objetividade dos encontros não pode ser negligenciada sob pena de gerar desinteresse e abandono do encontro. A apresentação das conquistas dos GTs, mesmo que não haja grandes avanços, incentiva o protagonismo dos envolvidos e valoriza o esforço de cada indivíduo, fortalecendo a ideia de pertencimento ao grupo. Garantir que haja sempre dinâmicas de grupo é importante, uma vez que este é um momento onde se pode cuidar dos seres humanos envolvidos na tarefa.

Outro ponto importante é mesclar nesses encontros momentos deliberativos com formação, isto é, aproveitar o momento da formação para buscar e trazer soluções para problemas reais dos grupos ou comunidades onde os mesmos estão inseridos, oportunizando, desse modo, o acesso a informações cruciais para seu desenvolvimento. Sendo o público trabalhado de baixa renda e de baixa escolaridade, é preciso cuidar para que eles te-

nham acesso a informações as quais nunca tiveram e que são indispensáveis para uma tomada de decisão eficiente.

Conforme os grupos vão amadurecendo, tanto na eficiência na realização das tarefas quanto na coesão grupal, as reuniões se tornam mais espaçadas chegando a um mínimo de um encontro mensal.

Como consequência natural da ampliação das redes, os grupos vão buscar parceiros, e, para tanto, vão se adequando ao formato exigido para acessar as políticas públicas e o mercado de um modo mais amplo. Regimento interno, estatuto e formalização começam a ser demandados. A partir desse ponto, os grupos tornam-se mais independentes, sem necessariamente se desvincular completamente da assessoria, já que os vínculos estabelecidos durante o trabalho são, sobretudo, vínculos humanos. Esses grupos desenvolvem-se dentro do sistema capitalista, mas buscando construir outra lógica de produção, relações de trabalho e consumo. Esse movimento, no Brasil, é chamado de economia solidária.

Um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. Uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (Ministério do Trabalho – Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES).

Uma complementação possível a esse conceito pode ser encontrada na obra de Azevedo:

“Conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços, etc – que compartilham alguns traços constitutivos essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem

uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas” (AZEVEDO, 2007, 139).

Os traços de mutualismo e autogestão se encontram implícitos nos grupos pesquisados, quando em suas ações respeitam diversidades, a valorização do ser humano, a capacidade produtiva de cada indivíduo, decidindo em assembleias a definição de papéis e escolha de perfis para a atuação nos espaços políticos, na produção, formação e comercialização. A Arsol, a Sol Nascente e a Rendavan, através da tecnologia social absorvida da Pérola Negra, reaplicam em seus núcleos essa tecnologia e conseguem conduzir os mesmos para o desenvolvimento.

De acordo com Moura e Meira (2002), o termo Economia Solidária sintetiza um conjunto de experiências de empreendimentos democráticos e autogestionários, que são construídos como alternativa ao desemprego e ao modelo capitalista.

A partir dessas duas ideias, pode-se entender economia solidária como uma prática real e, ao mesmo tempo, um projeto de sociedade, que busca uma nova racionalidade econômica, privilegiando a satisfação das necessidades individuais e coletivas e o respeito ao meio ambiente (Nunes, 2009). Ao atingir temas vinculados ao mecanismo da produção, da distribuição, do consumo, da prestação de serviços, das finanças, da moeda e da troca, de modo autogestionário e cooperativo, a economia solidária exige produção e adequação de conhecimentos no âmbito da geração de renda. Os empreendimentos que aderem a esse princípio possuem um modo particular de organização e produção assim sistematizado por Azevedo:

Consideramos como ‘empreendimento de economia solidária’ toda iniciativa econômica que incorpora trabalhadores(as) associados(as) em torno dos seguintes objetivos/características: (1) caráter coletivo das experiências (não são, portanto, formas de produção e consumo individuais, típicas da “economia informal” em seu sentido estrito), (2) generalização de relações de trabalho não assalariadas, (3) exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.), e (4) “inserção cidadã” das

iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com as outras iniciativas de economia solidária e denúncia de mecanismos antiéticos de mercado (AZEVEDO, 2007, 140).

Os empreendimentos econômicos solidários “Primeiramente, combinam a busca de eficiência e viabilidade com o aprimoramento dos princípios cooperativos e democráticos; combinam, por um lado, sua autonomia de gestão com uma atitude de responsabilidade e de envolvimento social; por fim, conjugam a obtenção de resultados econômicos com outros benefícios no plano da educação, da qualificação profissional, da cultura e assim por diante” (Gaiger at ou apud Azevedo, 2000: 177, 2006:134).

Nesses grupos pesquisados, é visível perceber inúmeros benefícios para além do econômico. Por exemplo, a Associação Sol Nascente, além de introduzir na comunidade um Centro Digital de Cidadania, uma Biblioteca Comunitária e um Ponto de Cultura, promoveu seminários e palestras com temas, tais como violência contra a mulher (lei Maria da Penha), assistência técnica rural, políticas públicas de geração de renda, princípios e práticas de economia solidária e promoção da educação de jovens e adultos, levando a comunidade à reflexão da consciência crítica a cerca dos seus direitos, gerando na mesma uma postura mais combativa.

A Sol Nascente é um estímulo de vida para este lugar, forma cidadãos. Antes de me associar, havia parado de trabalhar porque me aposentei, sentia muita falta da convivência com outras pessoas. Tomei o curso de informática, temperos processados e horta orgânica. Fiz também curso de sequilhos e polpas em feira de Santana no SENAR junto com meu filho Marcos. A prefeitura deu o transporte. A associação entrou para o Conselho de Segurança Alimentar do município. Fiquei muito feliz por ter tirado a DAP, agora podemos comercializar nossos produtos, e posso gerar renda para ajudar na escola de meus netos. Raimunda Santana.

Segundo Novaes (2011, p. 446), a economia solidária designa uma grande diversidade de atividades organizadas a partir dos princípios de soli-

riedade, cooperação e autogestão, seja pela recriação de práticas tradicionais, seja pela emergência de formas inovadoras. Trata-se de um movimento que busca afirmar a sua identidade, plataforma de luta e reivindicações, que ganha fôlego e se estrutura em princípios associados a valores humanistas, materializados na efetivação de iniciativas econômicas solidárias de geração de trabalho e renda, instituições de assessoria e fomento e políticas públicas nas três esferas de governo.

No Brasil, a diversidade da economia solidária abriga desde grupos informais de costura ou artesanato até grandes fábricas recuperadas, passando também por cooperativas urbanas de serviços, cooperativas de agricultura familiar em assentamentos da reforma agrária, organizações de finanças solidárias, ou redes e cadeias produtivas (mel, algodão, metalurgia, etc.), dentre outros. Trata-se, fundamentalmente, de formas coletivas baseadas na cooperação ativa entre seus membros, que buscam, através da solidariedade, instituir iniciativas econômicas de geração de trabalho e renda nas áreas urbanas e rurais.

Com a articulação de diversos atores, essa resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à busca pela sobrevivência, mas que vão, além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais no lucro e acúmulo de capital indiscriminado.

Percebe-se que o Brasil, nessa última década, vem ultrapassando as dimensões de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito à sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, e orientando-se para a articulação nacional, a configuração de redes locais e o estabelecimento de uma plataforma comum. A criação dessas duas instâncias, somada ao fortalecimento do campo da economia solidária no interior da dinâmica do Fórum Social Mundial, consolida a recente ampliação e estruturação desse movimento.

Nos últimos anos, percebe-se um crescimento (ou desvelamento) de experiências de produção, consumo, distribuição ou crédito que se organizam



a partir dos princípios da autogestão, do coletivismo, da solidariedade e da propriedade coletiva dos meios de produção pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as). Esse vasto campo de experiências da Economia Solidária envolve ainda uma pluralidade de entidades públicas, organizações da sociedade civil, setores do sindicalismo, universidades e, mais recentemente, iniciativas de políticas públicas nas diferentes esferas de governo que apoiam as organizações econômicas solidárias e contribuem para sua expansão e fortalecimento.

A partir dessa compreensão pode-se analisar a criação e execução de políticas públicas no Brasil. A análise das políticas públicas iniciou-se nos anos 30, nos Estados Unidos, com Harold Lasswell. Para ele, o objetivo do movimento era produzir, através da atividade acadêmica, “conhecimento ‘de’ e ‘para’ política”, visando auxiliar a tomada de decisão do governo. A partir da década de 50, foram criados programas acadêmicos voltados ao entendimento das políticas públicas e instituições governamentais, que tinham a finalidade de entender as políticas públicas e suas qualidades (Cavalcanti, 2007).

Como dito anteriormente, em 2003, em iniciativa inédita em âmbito mundial, foi criada pelo então Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Jaques Wagner, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, com o intuito de apoiar ações ligadas ao fomento da Economia Solidária. E, para a função de Secretário, assume o Professor Dr. Paul Singer, uma grande referência em economia solidária no Brasil.

No âmbito do Governo do Estado da Bahia, de forma igualmente inovadora, foi criada a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), em 2007, vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). Sua criação parte de uma manifestação encaminhada através de uma carta do Fórum Baiano de Economia Solidária ao então Governador eleito Jaques Wagner, que reivindicava a criação de uma esfera institucionalizada no Estado para assumir a responsabilidade de implementar uma política estadual de apoio e fomento à economia solidária na Bahia. Surge, então, a SESOL, tendo como foco destacado em seu planejamento “poten-

cializar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento, geração de trabalho e renda e inclusão social – II. Com os programas Bahia Solidária<sup>7</sup> e Vida Melhor<sup>8</sup>, guardando uma estreita correlação com a estratégia adotada pelo Governo Federal, a SESOL representa um marco institucional da economia solidária na Bahia” (Lei 10.549/2006).

Nesse contexto, foi aprovada no dia 29 de novembro de 2011, a Lei 18.636/2010, cuja proposta inicial foi elaborada pela SETRE. A lei cria a Política Estadual da Economia Solidária e o Conselho Estadual de Economia Solidária. Ao ser instituída por lei, a política pública tem o potencial de oportunizar ao público beneficiário o acesso a um direito universal e perene, e não partidário e de governo.

Com a aprovação da lei 18.636/2010, os Atores do Ambiente de Economia Solidária – os Empreendimentos, as Redes de Empreendimentos, os Consumidores, as Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento, os Fóruns, juntos à Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte vêm ampliando e consolidando o Comércio Justo e a presença dos empreendimentos solidários na economia, contribuindo com o desenvolvimento econômico e social da Bahia.

Dados da Revista SETRE<sup>9</sup> revelam que, de 2007 até os dias atuais, são mais de 2,7 mil empreendimentos atendidos com 37,7 mil pessoas beneficiadas diretamente com ações de políticas públicas, tais como editais públi-

---

7- **Programa Bahia Solidária** - ações de fomento que levam investimento e assistência técnica a empreendimentos solidários e à articulação setorial destes empreendimentos em redes de produção e comercialização, agregando valor aos produtos e escoando esta produção. A operacionalização desse programa é feita através das três coordenações que compõem a Sesol: Coordenação de Fomento (COFES), Coordenação de Formação e Divulgação (COFD) e Coordenação de Finanças Solidária

8- Programa Vida Melhor - Um conjunto de estratégias que busca incluir sócio produtivamente, pelo trabalho decente, até 2015, pessoas em situação de pobreza e com potencial de trabalho na Bahia, com vistas à sua emancipação. É direcionado aos baianos, na faixa etária de 18 a 60 anos, prioritariamente inscritos no CadÚnico, pertencentes a famílias com renda mensal de zero até meio salário mínimo por pessoa (R\$ 272,50).

9- Revista Setre Edição Especial – Economia Solidária – Geração de renda e desenvolvimento com responsabilidade – junho 2012. Tratava-se de um grupo com perfil assistencialista, que atendia à comunidade de Vera Cruz com doações de alimento, creches-escola, grupos de estudos, dentre outros.

cos, feiras, cursos e pelos Centros Públicos de Economia Solidária, com investimento de R\$ 9,4 milhões, nesses seis anos de existência. A possibilidade de acesso a essas políticas públicas é por diversas vezes decisiva na criação e consolidação de empreendimentos como os estudados nesse trabalho.

As redes de empreendimentos solidários são coletivos de coletivos, sendo cada empreendimento uma rede de pessoas especializadas em diferentes tipos de produtos, comprometidas em encontrar soluções para alguns dos problemas comuns à maioria dos empreendimentos, que vão desde a aquisição de matéria prima a preços satisfatórios, comercialização e distribuição de produtos. As associações e cooperativas funcionam como rede, quando acessam políticas públicas, utilizando-se de documentação de um empreendimento, em benefício de vários outros. Esse “guarda-chuva” agrega vários pequenos grupos de produtores, que associados, fortalecem a cadeia produtiva local.

Segundo França (2009), na prática, as redes locais de economia solidária tendem ao caráter misto, pelo fato de que, raramente, se encontra alguma experiência limitada a um âmbito geográfico específico, por razões, inclusive, de sustentabilidade da própria rede, que tende a conectar-se com outras redes através da expansão de suas atividades. Os grupos atendidos na sua prática reforçam essa teoria descrita por França, quando participam junto a outras redes, fóruns e empreendimentos em espaços de articulações políticas na busca de conhecimentos, parceria, clientes e fornecedores.

Castro (2010) menciona CAPRA, quando diz que o “padrão de organização” básico de todo ser vivo é em rede. “Em todas as escalas da natureza, encontramos sistemas vivos alojados dentro de outros sistemas vivos – redes dentro de redes”. Os componentes de uma rede são responsáveis por transformar ou substituir outros componentes, criando ou recriando-se a si mesmas, como explica Castro:

“A articulação destas experiências democráticas apresenta-se como um novo projeto político de sociedade, e dentre o vasto universo de práticas de economia solidária destaca-se a ação das Redes Locais de Economia Solidária, que reconhece a importância de reorgani-

zar as economias locais como mecanismo de possibilitar o desenvolvimento sustentável de territórios” (Castro, 2010, 30).

Essas “experiências democráticas” podem ser pensadas de forma mais abrangente: pensar a lógica do trabalho em rede, da produção coletiva, das relações estabelecidas consigo mesmo, com os outros, com a família, com a comunidade, com o ambiente natural e social (DUVOISIN, 2002).

Em meados de 1970, surgem diversas iniciativas no Brasil que incorporam uma nova forma de entender o fato econômico, através de diferentes formas de cooperação e solidariedade, atualizando a tradição do movimento cooperativo sindical e trazendo uma nova dimensão típica dos movimentos sociais. Castro (2010) afirma que a articulação dessas experiências democráticas apresenta-se como um novo projeto político de sociedade e, dentre o vasto universo de práticas de economia solidária, destaca-se neste estudo a ação das Redes Locais de Economia Solidária, que reconhece a importância de reorganizar as economias locais como mecanismo de possibilitar o desenvolvimento sustentável de territórios.

Segundo Castro (at França, 2009), uma Rede Local de Economia Solidária (RLES) é resultado da articulação de diversas iniciativas solidárias com o objetivo de constituir um circuito próprio de relações econômicas e de intercâmbio de experiências e saberes em determinado território. Uma rede deste tipo pode, portanto, envolver não só iniciativas sócio produtivas, mas também as sócio organizativas, que trabalhem em diferentes dimensões, sejam “socioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais e socioambientais”.

Castro cita ainda que a diversidade dessas relações econômicas em diferentes dimensões da vida também possibilita a criação de iniciativas de natureza bem distintas. Podem ser encontradas muitas cooperativas, associações ou grupos informais que realizam trabalhos coletivos no campo da produção, serviços, organização sociopolítica, desenvolvimento cultural, comercialização, consumo, dentre outros. São iniciativas em diferentes graus de desenvolvimento, algumas mais sedimentadas, outras mais frágeis. Essa afirmação de Castro corrobora com a Pérola Negra, que desenvolve um

trabalho, em sua maioria, respeitando a carga do subjetivo junto aos grupos estudados, voltando-se para o despertar de uma consciência crítica, que conduza a busca de seu desenvolvimento. Nesse sentido, esse trabalho não visa só o ganho econômico, e sim a criação de vínculos que permitam a exploração de temas que são omitidos pela comunidade em um contato superficial.

O principal objetivo de uma rede desta natureza é permitir a sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária em particular, e fortalecer o potencial endógeno de um território quanto à sua capacidade de promover seu processo de desenvolvimento. Para tanto, tais redes “guardam um traço político forte ao constituírem-se a partir exclusivamente das próprias experiências oriundas da sociedade” (FRANÇA, 2006, 67).

Nesse sentido, vale destacar que as principais redes, no Brasil, surgiram na década de 1990, com o objetivo de criar espaços de trocas de experiências, formação, produção e comercialização, fazendo um intercâmbio entre empreendimentos das zonas urbana e rural.

Durante a pesquisa, foi possível perceber um forte envolvimento das redes pesquisadas nas decisões políticas a nível local, municipal, estadual e federal, a exemplo da participação como delegadas (os) e conselheiras (os) nas conferências de economia solidária, de saúde, de promoção da igualdade, da cultura, da educação, nos conselhos municipais e estaduais e nos planos plurianual – PPA. Desse modo, as redes estão em constantes trocas de experiências e saberes, gerando empoderamento para seus sócios e para as suas respectivas comunidades. Vale afirmar que as mesmas contribuíram muito para o fortalecimento da economia solidária no Brasil.

## Conclusão

Ao fazer a pesquisa nos quatro grupos, identificou-se uma grande oportunidade de analisar e refletir acerca do surgimento e amadurecimento de grupos a partir do uso da metodologia participativa aplicada pela Pérola Negra.

Essa metodologia utilizada nos cursos de formações e planejamento colabora também para o fomento e multiplicação dos grupos e sua articulação em rede, já que o diferencial aqui apresentado está na priorização do protagonismo

e da formação de vínculos que permeou todo o processo. Esses vínculos são gerados a partir das socializações de experiências vividas por estes atores externos e atreladas a uma metodologia aplicada nos grupos acompanhados.

Nesse contexto, observa-se que a participação desses atores em diversos espaços possibilita a conquista de direitos antes aparentemente impossíveis de serem conquistados, tais como a qualificação adequada, os maquinários, e os espaços de comercialização, possibilitando a captação de novos clientes e ampliação da venda. Para os empreendimentos, avanços como os citados foram fundamentais para manter o grupo motivado gerando seu desenvolvimento.

Durante a pesquisa ficou explícito que, as políticas públicas de inclusão sócio produtiva funcionam como a chuva para uma terra bem arada, uma vez que aceleram a obtenção de resultados. Sem recursos a serem acessados, os frutos demoram a aparecer e os grupos tendem à dissolução. É importante observar que os empreendimentos de Economias Solidárias são formados basicamente por pessoas de baixa renda que, conseqüentemente, não possuem um lastro financeiro inicial característico dos empreendimentos tradicionais.

Os grupos pesquisados são redes dentro de redes e fazem parte de uma rede onde a forma da teia ajuda a compreender a integração e a importância da participação de cada um na sustentabilidade de toda a rede. Nesse sentido, a rede é a estratégia encontrada pelos grupos para que as políticas públicas de inclusão socioprodutivas possam beneficiar um número maior de pessoas, onde é visível a transformação pessoal de algumas lideranças que conseguiram absorver a metodologia participativa de tal modo que conseguem realizar ações independentes da assessoria da Pérola Negra. Outro fato importante foi a emancipação de associados que hoje são multiplicadores das oficinas que participaram.

## Referências

Acesse-as-apresentacoes-do-seminario-de-comercialização – solidária-do-nordeste. Disponível em: <http://sites.marista.edu.br/ims/2010/12/14/comercializacao-solidaria-do-nordeste>. Acessado em 19/08/2012

Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – AEFLUP. Disponível em: <http://aeflup.com/ficheiro>. Acessado em 02/08/2012

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável, Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995 a 1997.

ALMEIDA, P. N. O ensino globalizante em dinâmica de grupo. São Paulo: Saraiva, 1973.

AZEVEDO, Alessandra B. Autogestão e Competitividade. Estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas. Campinas, 2007.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. VARANDA, Ana Paula de Moura dos Reis. Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas. 1. ed. Rio de Janeiro. FASE, IPPUR, UFRJ, 2009.

SÁNCHEZ CELSO. MONTEIRO BRUNO. MONTEIRO RENATA. Na Trilha das Pedras: Algumas Considerações Sobre as Metodologias de Educação Ambiental e o Processo de Escuta. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient., v. 24, janeiro a julho de 2010. Universidade Federal do Rio Grande - FURG Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3910/2336>.

DAGNINO, R. (2004). A tecnologia social e seus desafios. In: Tecnologia Social, uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

Dicionário internacional da outra economia / PedHespanha [et al.]. – (CES) Portugal, Almedina, 2009.

DUVOISIN, A. I. A necessidade de uma visão sistêmica para a educação ambiental: conflitos entre o velho e o novo paradigmas. In: RUSCHEIN-SKY, A. (Org.) Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 99-103.

ECONOMIA SOLIDÁRIA - Geração de renda e desenvolvimento com sustentabilidade – Revista Setre, junho 2012.

Encontro-da-rede-bodega-acontece-em-paulo-afonso-dias-25-a-2710/. Disponível em: <http://www.caatingacerrado.com.br/> . Acessado em 11/08/2012

ESPECIFICIDADES DA GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS NA ECONOMIASOLIDÁRIA – Breve Estado da Arte sobre o Tema. Autores Maria Suzana Moura, Jeová T. Silva Júnior, Luiza Teixeira, Manuela Ramos e Ósia Alexandrina V. Magalhães. 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE Jean L.; Economia Solidária. Uma Abordagem Internacional, 1. ed. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia Análises & Dados. Salvador: SEI v.12, n.1, p. 25-34, jun. 2002.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.

GESTÃO PÚBLICA E SOCIEDADES: Fundamentos e Políticas De Economia Solidária / Édi Benini... [et al]. 1ª edição. Outras Expressões. São Paulo, 2011.

HERRERA, A. Novo enfoque do desenvolvimento e o papel da ciência e da tecnologia. In: Dagnino, R.; Hernán, T. Ciência, Tecnologia e Sociedade: uma reflexão latino americano (Ou americana?). Taubaté: Cabral Editora e livraria universitária, 2003. p.25-45.

<http://www2.folhasertaneja.com.br/regional.kmf?>. Acessado em 10/07/2012

KRAYCHETE, Gabriel (Org.). Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: 2000. p. 91-131.

MANCE, Euclides André. A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós Capitalista à Globalização Atual. Petrópolis, Vozes, 2000.



MANCE, Euclides André. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 178.

Mapeamento da Economia Solidária. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/> MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. Bahia Análises & Dados. Salvador: SEI v.12, n.1, p.77-84, jun. 2002.

NUNES, Débora. A Construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador. Bahia Análises & Dados. Salvador: SEI v.12, n.1, p.59-76, jun. 2002.

NUNES, Débora. Incubação de empreendimentos de economia solidária: Uma aplicação da Pedagogia da Participação. Anna Brume, 2009.

O Que é Economia Solidária. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/eco-solidaria/ecosolidaria\\_oque.asp](http://www.mte.gov.br/eco-solidaria/ecosolidaria_oque.asp), acessado em 06 de agosto de 2012.

Projeto de Lei da Economia Solidária. Disponível em; [www.setre.com.br](http://www.setre.com.br). Acessado em: 02/08/2012.

Rede Xique-Xique. Disponível em: <http://redexiquexique.blogspot.com.br/>. Acessado em 19/08/2012

REIS, Tatiana Araújo. 2005. A sustentabilidade em empreendimentos de Economia Solidária: Pluralidade e interconexões de dimensões. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia? UFBA,

Reuniao-do-forum-de-participacao. Disponível em: <http://redexiquexique.blogspot.com.br/html>. Acessado em 13/08/2012

Revista/sumario. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/>. Acessado em 10/07/2012

SILVA, Rogério Bezerra da. Pólo e Parque de Alta Tecnologia de Campinas: uma Análise da Política Pública, CAMPINAS - SÃO PAULO. Agosto – 2008

SINGER, Paul. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel (Org.) Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro, 2000. p. 91-131.

Sustentabilidade Ecológica em Redes Locais de Economia Solidária / Ian Requião de Castro – Salvador, 2010.

Tecnologia-Social-Economia-Solidaria-e-Políticas-Publicas. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/69276151> Acessado em 10/07/2012

Unicafes-uniao-nacional-de-cooperativas-da-agricultura-familiar-e-economia-solidaria.htm. Disponível em: <http://www.facesdobrasil.org.br/>. Acessado em 19/08/2012.

# **Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia:** Contribuição da Tecnologia Social Para o protagonismo das mulheres rurais no território do Sisal

*Selma Glória de Jesus  
Aelson Silva de Almeida*

## **Introdução**

No semiárido, a pobreza atinge 52% da sua população rural. Dessa população, as mulheres são as mais vulneráveis. Dentre os vários aspectos que caracterizam as situações de pobreza na região semiárida, destacamos a falta de oportunidades conferidas às mulheres rurais, que historicamente foram excluídas dos processos sociopolítico e econômico. Segundo dados do IBGE/PNAD (2009), 47,7% das mulheres rurais são consideradas não economicamente ativas. Além disso, há pouca valorização do trabalho feminino e invisibilidade no campo produtivo. Desse modo, as mulheres são expostas a situações de maiores vulnerabilidades e de extrema pobreza na região. Dados apresentados pelo IBGE/PNAD (2009) demonstram que 91,8% das mulheres rurais do Nordeste dispõem de renda mensal inferior a um salário mínimo e 59,5% delas sobrevivem de transferências de renda.

O Território do Sisal, hoje intitulado Território de Cidadania, encontra-se integrado por 20 municípios e traz consigo uma história de organização dos movimentos sociais e de articulação de ações visando à implantação de um processo de desenvolvimento sustentável. Este território está representado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia- CODES SISAL (CODES, 2010).

Dentre os municípios que integram o território do Sisal, está Santaluz. Sua população é estimada em 33.816 habitantes (IBGE, 2010) e seu principal meio de produção é a terra, predominantemente da agricultura familiar. Porém, a transferência de recursos do Governo Federal por meio

do Programa Bolsa Família ainda é uma das fontes de renda que ajuda a movimentar a economia do município. O Índice de Desenvolvimento Humano IDH do município é de 0,646, considerado baixo, se comparado a de outros município mais desenvolvidos na Bahia.

Essas características foram decisivas para o surgimento de diversas organizações da sociedade civil, a exemplo dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Associações Comunitárias, Cooperativas de crédito e de produção, empreendimentos econômicos solidários, bem como a presença de Organizações Não Governamentais ONGs.

É nesse emaranhado de organizações e mobilizações existentes no território do Sisal que nasce o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Semiárida da Bahia- MMTR, uma auto-organização de mulheres rurais que desde a década de 1980 travou uma luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres. Dentre as bandeiras de luta, a demanda por oportunidades geradoras de trabalho e renda torna-se um das prioridades para essas mulheres, considerado um elemento necessário para a conquista da autonomia e equidade de gênero. É nesse período que foram surgindo as cooperativas e grupos produtivos informais (produção de artesanatos e alimentos) organizados por mulheres.

Na soma de esforços com o ideário de luta dos menos favorecidos, e dentre eles, as mulheres rurais, o Movimento de Organização Comunitária – MOC, uma ONG, sediada em Feira de Santana, tem como missão contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável da sociedade humana, através de capacitação, assessoria educativa, incentivo e apoio a projetos referenciais, tem buscado o fortalecimento da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e a erradicação da exclusão social (MOC, 2007). Nesse aspecto, o MOC tem atuado num intenso processo de parcerias que se concretizam nas bases de atuação das mulheres empreendedoras rurais, agricultores/as familiares, crianças, jovens educadores/as, comunicadores sociais, mais especificamente na região Semiárida da Bahia.

Diante do contexto de vida e lutas das sertanejas, o MOC vem dando significativas contribuições para o fortalecimento dos processos de

auto-organização e geração de renda com mulheres a partir de iniciativas empreendidas pelos sujeitos de direito, acreditando ser esse um caminho viável e necessário para a conquista da igualdade de gênero, intervenção nos espaços de poder e decisão, acesso aos direitos e conseqüentemente à transformação da vida das pessoas do semiárido baiano.

Vale aqui destacar o papel protagonista e pioneiro das mulheres no processo de construção do tecido social do Território do Sisal. Mesmo invisibilizadas na participação da construção do desenvolvimento sustentável, as mulheres são referências de uma inovadora experiência de geração de renda e participação social na organização de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES e articulação na COOPERREDE, que no ano de 2011 foi certificada pela Fundação Banco do Brasil, enquanto uma Tecnologia Social - TS. Desse modo, o presente artigo objetiva analisar a Rede de Produtoras da Bahia, enquanto uma tecnologia social e sua contribuição para a autonomia socioeconômica das mulheres empreendedoras rurais do Território do Sisal. Mais especificamente, tomou-se como unidade de análise desse estudo, os EESs do município de Santaluz, que vêm transformando a vida das mulheres produtoras rurais e suas famílias.

O modelo de desenvolvimento adotado na sociedade no decorrer do tempo provocou o aumento das desigualdades sociais e regionais, chamando a atenção dos governos e de toda sociedade para a adoção de medidas que viessem reverter problemas estruturantes para a redução das desigualdades existentes. Nessa direção, no Governo do Presidente Lula foi criado o Programa Fome Zero, uma política de combate a pobreza no país visando atender as demandas da população que vivia em situação de pobreza. Desse modo, programas como o Bolsa Família, transferência de recursos para famílias de baixa renda, tornou-se uma das principais ações implementadas que, acompanhadas de outras políticas públicas, a exemplo das tecnologias de captação de água da chuva (cisternas de placas) tem conseguido criar possibilidades de melhor qualidade de vida para as pessoas, principalmente aquelas que vivem na região Semiárida. Entretanto, no tocante a questão da geração de trabalho

e renda, o acesso as políticas públicas específicas para as mulheres rurais continua sendo um desafio a ser superado.

É nesse cenário que a TS se insere no contexto da vida das mulheres que, através das iniciativas de geração de emprego e renda se configura como um instrumento de transformação da realidade. Para Dagnino (2010), a TS é um instrumento capaz de viabilizar a inclusão social e tornar empreendimentos autogestionários sustentáveis mediante o envolvimento de instituições públicas na geração de conhecimentos científico e tecnológicos, bem como a sensibilização de organismos do governo e da sociedade de maneira geral. Nesse sentido, os EESs da região semiárida da Bahia articulados em rede, têm conseguido provocar um impacto positivo, tanto na dimensão humana quanto social, para a resolução de problemas sociais de âmbito local e territorial, entretanto insuficiente para resolução de todos os problemas e demandas existentes.

Para Kutkowski (2012), a TS volta-se para a busca da inclusão social, da melhoria das condições de vida, para transformação social, dialogando com um desenvolvimento “entendido como realização de potenciais, como passagem a um estado diferente e melhor, longe da idéia do desenvolvimento como crescimento, como incremento” (SANTOS, 2002, p. 54).

Desta forma, o presente artigo buscou contribuir para o tema, entendendo que a COOPERREDE pode ser vista como uma tecnologia social, e identificar como suas ações contribuem para a autonomia das mulheres produtoras rurais, uma vez que essas iniciativas tem se disseminado na região. Entretanto, ainda há pouco estudo direcionado no campo da tecnologia social e sua relação com o protagonismo feminino na transformação da realidade local na perspectiva do desenvolvimento sustentável e solidário.

Dagnino (2010) afirma que o Estado tem um papel relevante no processo de construção da TS, entretanto as políticas públicas não têm privilegiado a contento esse tema. Assim, essa pesquisa tem o papel de também provocar reflexão sobre o papel de instituições de ensino, estado, pesqui-

sadores, movimentos sociais na proposição e implementação de políticas públicas, programas, projetos, ou quaisquer ações, orientadas para a TS.

## Percurso metodológico

Os procedimentos metodológicos utilizados foram de caráter qualitativo, com o uso da entrevista semi estruturada como técnica de coleta de dados. Para isso, a metodologia que embasou a realização desse estudo foi centrada no conhecimento empírico das atrizes sociais envolvidas na pesquisa, pois foi construída com elas, a análise sobre o processo de desenvolvimento em que estão envolvidas, a partir de uma reflexão crítica dos valores, tradições, culturas, protagonismo e autonomia das mulheres rurais.

A pesquisa foi desenvolvida no Território da Cidadania do Sisal situado na região do Semiárido, mais precisamente no município de Santaluz. A amostra foi composta por 10 mulheres produtoras rurais dos EESs (integrantes de 5 EESs diferentes, já que o município possui 10 empreendimentos, integrados na COOPERREDE) sendo que destas, duas mulheres integram a coordenação da COOPERREDE, (coordenadora geral e coordenadora de comercialização). As informações coletadas sobre a COOPERREDE foi através de cadernos de experiências sistematizadas com o MOC, site da organização, e entrevistas semi estruturadas com algumas produtoras bem como com o grupo focal.

Os dados analisados basearam-se no diagnóstico de conteúdos e temáticas, de acordo com Nasses (2008), sendo que os dados coletados passaram por três fases de tratamento, a saber: **na primeira fase** foi necessário conhecer a estrutura organizacional da COOPERREDE, a obtenção de informações em atividades da organização com as mulheres para posteriormente elaborar o questionário para realização das entrevistas e grupo focal realizadas in loco e, que em seguida foram transcritas as respostas de acordo com os temas das perguntas; **na segunda fase** foi realizada a categorização dos

dados a partir dos princípios da análise de conteúdo; **na terceira e última fase** realizou-se a tabulação qualitativa com categorização de temas, segundo os objetivos da pesquisa, retirando os extratos das falas mais significativas de acordo com a entrevista transcrita e fundamentando o com referencial teórico. Para a identificação das tecnologias sociais, analisou-se as contribuições sociopolíticas da COOPEREDE tomando como base as implicações da TS apontadas pelo Instituto de Tecnologia Social – ITS (2007).

Para melhor compreender a TS e o resultado da pesquisa, tomou-se como referência as dimensões as quatro dimensões definidas pelo Instituto de Tecnologia Social – ITS (2007), e suas respectivas implicações, a saber: **conhecimento e tecnologia** - implica na organização e sistematização da tecnologia, na inovação e em processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação; **participação, cidadania e democracia** - implica na construção cidadã do processo democrático, na acessibilidade e apropriação das tecnologias e na utilização de metodologia participativa; educação - implica na criação de um espaço de descobertas de demandas e necessidades sociais, no diálogo entre os diferentes saberes e na difusão e ação educativa; **relevância social** - implica no compromisso com a transformação social, na sustentabilidade socioambiental e econômica e na relevância e eficácia social.

As dimensões e implicações da TS são, nesse caso, referências precisas para mensurar e/ou diagnosticar nas experiências, os impactos das tecnologias sociais na vida das pessoas, sobretudo uma mudança positiva na qualidade de vida e redução das desigualdades sociais. Portanto, essas implicações da TS precisam, de alguma forma, estar presentes nas experiências para que tenha a relevância social que se propõe. Através do estudo da experiência da COOPEREDE, é que foram analisadas as implicações de TS e sua materialização no cotidiano das mulheres empreendedoras, bem como os efeitos para autonomia socioeconômica dessas mulheres. Vale ressaltar que a metodologia adotada nas experiências de reaplicação da TS



com os grupos de mulheres produtoras rurais é o ponto culminante para mensurar a relevância da TS, conforme as dimensões explicitadas, pois a participação dos sujeitos na definição, implementação, avaliação da experiência são fundamentais para o sucesso da TS criada e/ou reaplicada.

## **Conhecendo a Tecnologia Social**

A concepção de desenvolvimento, por vezes confundida com crescimento econômico, vem sendo revisitada constantemente por governantes, pesquisadores, e outros segmentos sociais, visto que modelos adotados ao longo do tempo não têm contribuído muito para a inclusão social e consequentemente para a redução das desigualdades. Foram necessários longos períodos de mobilização e pressão popular para que demandas e necessidades dos menos favorecidos da nossa sociedade fossem ouvidas, mesmo que pouco efetivadas, para que os governantes repensassem políticas estruturantes de combate a pobreza. Entretanto, as políticas públicas implementadas não conseguem atender e/ou alcançar os grupos que delas demandam, portanto, a construção de uma sociedade pressupõe o reconhecimento das desigualdades existentes e a criação de mecanismos capazes de alterar significativamente esse contexto de exclusão e violação de direitos. Nesse aspecto, a TS é considerada uma ferramenta necessária para a construção de um outro modelo de sociedade, mais inclusiva e socialmente justa por possuir características como:

Participação comunitária nos processos decisórios de escolha tecnológica, o baixo custo dos produtos ou serviços finais e do investimento necessário para produzi-los, a pequena ou média escala, simplicidade. Os efeitos positivos que sua utilização traria para a geração de renda, saúde, emprego, produção de alimentos, nutrição, habitação, relações sociais e para o meio ambiente (ITS, 2007, p. 29).

Fala-se tanto na TS como instrumento de mudança positiva de uma realidade, suas finalidades e impactos, mas poucos a conseguem definir, até

porque, é um conceito relativamente novo e em constante construção, no entanto, hoje encontra-se formulada nos seguintes termos:

Conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida (ITS, 2007, p. 29).

TS compreende técnicas, produtos ou metodologias capazes de possibilitar a participação direta das pessoas na construção do processo de desenvolvimento, valorizando o saber popular aliando-o ao científico, buscando a melhor eficácia e eficiência na sua utilização, com objetivo de reaplicá-las em grande escala, tornando-a acessível a outras pessoas que demandam dessa tecnologia.

Para melhor entender a relevância da tecnologia social, o ITS (2007), elencou doze implicações da TS e as agrupou em quatro dimensões: (conhecimento e tecnologia; participação, cidadania e democracia; educação e relevância social), visto que há uma maneira intrínseca de implementar a TS diante dos problemas existentes. Trata-se de um olhar sistêmico que leva em consideração os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais, inerentes às desigualdades e exclusão social. A premissa dessa discussão é refletir a concepção de ciência e tecnologia não apenas como artefatos/produtos tecnológicos e nem do processo de reprodução do conhecimento centralizado no mercado capitalista. Trata-se de direcionar o conhecimento da ciência e tecnologia para resolver os grandes problemas que emergem da sociedade atual, como desemprego, fome, doenças, moradia, mortalidade infantil, etc. É necessário que a ciência se insira nesse contexto de maneira a contribuir significativamente na perspectiva da redução das desigualdades sociais. Para Cerezo (2004) trata-se, em suma, de desmistificar a ciência e a tecnologia, situando-as no contexto social em que se desenvolvem, mostrando os valores, interesses e impactos sociais que fazem da ciência e da tecnologia atividades mundanas, que vão além da mera busca de conhecimento. Não significa, entretanto, uma ruptura da ciência nos seus moldes atuais com os benefícios que tem proporcionado aos indivíduos, mas de contestar como ela é produ-

zida, para que ela é produzida e quem tem acesso aos seus produtos e serviços, ela deve ser inclusiva e democrática, sobretudo que venha a impactar na solução de problemas sociais. Segundo Hardy apud Cerezo (2004, p.54), “uma ciência é considerada útil se seu desenvolvimento tende a acentuar as desigualdades existentes na distribuição da riqueza, ou seja, de um modo mais direto, fomenta a destruição da vida humana”. Atualmente ela está a serviço dos ricos, dos políticos e poderosos da nossa sociedade e pouco tem contribuído para a resolutividade dos problemas sociais.

Diante dessa abordagem, merece destaque a questão da geração de trabalho e renda baseada nos princípios da economia solidária na qual a COOPEREDE se propõe o desafio de articular em rede dezenas de empreendimentos exclusivamente de mulheres, que surgem enquanto uma alternativa de inclusão socio-econômica dos sujeitos que se encontram excluídos do mercado de trabalho. Para isso, foi necessário compreender as desigualdades sociais de gênero existentes e a situação de submissão e invisibilidade nas quais as mulheres rurais estão inseridas. Os EESs, extrapolam o viés econômico e interferem efetivamente na participação sociopolítica das mulheres, contribuindo dessa forma para a autonomia dos sujeitos. Portanto, o caso analisado, buscou identificar como a TS se materializa nessa experiência da COOPEREDE e os impactos causados na vida das pessoas e consequentemente na comunidade.

A abordagem da TS também se insere na vertente das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação e fomento à produção do conhecimento, considerando que as iniciativas e práticas prevaletentes nas instituições de ensino não têm respondido aos desafios e complexidade da atual sociedade. Para o ITS (2007), a TS precisa fazer parte da formação de futuros cidadãos, para que saibam compreendê-la e talvez se tornem mais receptivos a enfrentar grandes dificuldades encontradas. No entanto, o atual modelo educacional se direciona para os interesses do mercado capitalista, dificultando a emancipação dos sujeitos para o exercício pleno da cidadania. Nesse processo, é necessário canalizar forças advindas dos vários segmentos da sociedade; instituições de ensino, Estado, pesquisadores, em-

presas, organizações sociais e comunidades demandantes, na perspectiva de uma nova concepção de ciência, tecnologia e produção do conhecimento. Dagnino (2010) afirma que ainda é um desafio permanente a substituição da ideia ineficaz de “transferência” do conhecimento produzido pela comunidade de pesquisa, visto que, esta ainda é pouco sensibilizada para a construção coletiva do conhecimento com os autores sociais demandantes. Essa concepção equivocada representa um obstáculo para o avanço da TS e conseqüentemente compromete as iniciativas de geração de trabalho e renda, como é o caso dos EES, pois estes demandam da construção mútua do conhecimento para que possa estar a serviço da comunidade, atendendo as demandas existentes de cunho social e econômico que afeta a maioria pobre da nossa sociedade (citar fonte consultada). A capacidade das pessoas lidarem com transformações aceleradas e complexas em um ambiente diversificado é fundamental na gestão do conhecimento e é fruto de uma educação que contribui para formação de cidadãos proativos (citar fonte consultada). Significa dizer, que a capacidade de desenvolvimento de uma sociedade com inclusão social e igualdade de oportunidade, depende do acesso dos indivíduos ao conhecimento e este, deve estar em- baseado nos desafios que a sociedade vivencia e assim, buscar alternativas para construção do desenvolvimento sustentável, pois quanto menor o nível de conhecimento de uma sociedade, mais pobre ela será.

Nesse contexto, o desenvolvimento da TS tem como objetivo principal contribuir para a redução das desigualdades sociais proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas, na geração de emprego e renda e promoção dos direitos humanos, com vistas à construção de um novo modelo de desenvolvimento, que seja sustentável e solidário. Trata-se de construir com os sujeitos de direitos as alternativas necessárias que venham atender as demandas existentes. Dagnino (2010) defende que a proposição de soluções tecnológicas deve ser realizada na interface entre academia e movimentos sociais, EESs, órgãos de governo e comunidades locais, para que as demandas colocadas tenham foco na inclusão social dos indivíduos.

Para tanto, torna-se necessário balizar a articulação das ciências e do Estado para participação democrática dos atores sociais para a construção e implementação de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, visando o desenvolvimento de uma TS eficiente e impactante para os problemas sociais existentes.

Nessa perspectiva deve-se encontrar equilíbrio dinâmico entre tecnologia usada e que emerge no Brasil moderno e capitalista – nas empresas dinâmicas privadas e estatais – e aquela que emerge do Brasil “pré-moderno, não capitalista” – no cenário da economia informal, da economia social, do trabalho, solidário e popular. (LIANZA, 2005, p. 28).

Nesse aspecto, vale mencionar brevemente as experiências e desafios vivenciados pelas mulheres produtoras rurais do município de Santaluz, no Território do Sisal na Bahia. Organizadas em EESs, as mulheres têm buscado encontrar meios favoráveis para a produção de artesanato (palha e sisal) e de alimentos derivados de frutas e da mandioca. Essas modalidades de organização e produção requerem ferramentas que consigam atender as demandas não apenas locais, mas a inserção destas nos mercados diversos, de modo que o retorno financeiro consiga minimamente suprir suas necessidades e de suas famílias. Desse modo, a auto sustentabilidade desses EES requer não só máquinas e equipamentos ágeis e modernos, mas metodologias adequadas ao contexto de trabalho coletivo na perspectiva da produção qualificada e autogestão adequada ao negócio sem perder a identidade e os princípios da economia solidária. É nesse contexto que a TS deve se fazer presente, de modo a alterar significativamente a vida dos sujeitos.

## **Economia Solidária e Tecnologia Social**

A economia solidária surge como uma alternativa de geração de trabalho e renda, tendo como objetivo principal, a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos em detrimento ao acúmulo de capital, pois esta se contrapõe ao modelo de produção capitalista existente. Essa economia ressurg

em meio à precariedade do emprego e as desigualdades sociais existentes. Para Varanda (2009) o campo de iniciativas de economia solidária é compreendido como uma forma de resistência, que se vincula a um projeto mais amplo de sociedade, orientado por uma via produtiva necessário ao socialismo. Esse novo e velho modo de produção social apresenta uma nova lógica de desenvolvimento sustentável, visto que, leva em consideração o meio ambiente nos processos de produção de bens ou serviços e preservação dos recursos naturais e os participantes desse processo são vistos e respeitados como sujeitos de direitos.

Para Singer (2002), a economia solidária vem quebrando paradigmas no modo de produção capitalista e excludente com a perspectiva da diminuição das desigualdades sociais existentes em nosso país, pois a proposta vai além da geração de renda, busca também resgatar os laços de solidariedade e o sentimento de pertencimento dos indivíduos que se encontram a margem da sociedade. Para isso, a libertação dos resquícios da competitividade e do individualismo precisa dar lugar ao espírito coletivo e cooperativo, tornando-se premissa nessa lógica de sociedade justa e emancipatória.

Nesse aspecto, a economia solidária não se limita apenas aos modos de produção de bens e serviços, e sim é uma ferramenta para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, pautada pelo humanismo e cooperação.

A economia solidária surge na perspectiva de responder as demandas e aos anseios de uma classe desprovida de oportunidade e excluída do modelo formal de emprego e renda, ela representa formas comunitárias de instituir outro modelo de economia baseada na solidariedade, autogestão e vivência comunitária, onde o objetivo principal é a partilha da riqueza produzida, onde não exista patrão e nem empregados, mas pessoas que cooperam entre si na busca da melhoria da qualidade de vida e autonomia dos sujeitos. Varanda (2009) afirma que a economia solidária é a denominação atual para uma plataforma política que agrega os esforços realizados no sentido do resgate das práticas de cooperação e autogestão na esfera produtiva dos circuitos populares.

Tanto a economia solidária quanto a TS estão embasadas na luta pela redução das desigualdades sociais existentes, nesse sentido, a TS fomenta a produção de bens e serviços que atendam as reais necessidades dos indivíduos, produtores e consumidores, subvertendo a lógica da tecnologia convencional. Assim começamos e compreender o vínculo entre a TS e a economia solidária:

O fortalecimento da economia solidária demanda o desenvolvimento de técnicas e insumos produtivos que sejam compatíveis com a limitada capacidade de investimentos dos empreendimentos solidários e que possam ser utilizados para a produção de bens e serviços acessíveis as camadas populares [...] os empreendimentos solidários, baseados na auto gestão coletiva dos processos de trabalho, necessitam de uma tecnologia qualitativamente distinta da utilizada pelas empresas capitalistas (VARANDA, 2009, p. 98).

Caminhando nessa direção, podemos dizer que a TS pode ser compreendida como um modo de construir relações sociais e de trabalho, justa e solidária, de respeito e cooperação dos indivíduos na perspectiva da inclusão social. Varanda (2009), afirma que a TS se articula com a formulação estratégica, em curso na contemporaneidade, de transição para um novo modo de produção, ligado ao contexto de emancipação do trabalho e da redução das desigualdades. Nesse aspecto, o fortalecimento da TS deve servir de base de sustentação para a economia solidária a partir da elaboração e implementação de políticas públicas de ciências, tecnologia e inovação. Concordando com Dagnino (2010), a TS pode ser expandida e ressignificada no sentido de fornecer elementos para a análise de outros tipos de organizações produtivas, como cooperativas populares, fábricas recuperadas, e outros empreendimentos econômicos solidários.

As entidades de fomento, ONGs, movimentos sociais, pesquisadores, universidades e todos os atores envolvidos, enfrentam desafios desde a concepção da economia solidária até as formas de acesso aos recursos necessários para sua manutenção e sustentação. Lianza (2004) nos lembra de que isso se deve a equivocada compreensão de que a economia solidária é uma mera

alternativa de geração de renda e prestação de serviços de pobres para pobres, não compreendendo a dimensão socioeconômica e política a ela relacionada, na qual está imbricada o tripé de sustentação: economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. O autor ainda diz que:

O alcance da economia solidária deve ser de um setor econômico, dinâmico e estratégico, efetivo gerador de trabalho e renda, segurança humana e bem estar. Para isso, depende fundamentalmente do impulso continuado aquelas iniciativas e da qualificação dos sujeitos e demais agentes envolvidos. Essa dupla linha pode trazer importantes efeitos demonstrativos ao transformar as pessoas e suas expectativas, criar condições para o desenvolvimento sustentado dos empreendimentos econômicos solidários, com base no potencial produtivo da cooperação e numa visão de responsabilidade social e solidária com a população e o meio ambiente (LIANZA, 2005; 133).

Nesse aspecto, os EESs têm um caráter autogestionário, o que implica na autonomia dos sujeitos e sua participação direta nos processos decisórios coletivos na perspectiva da emancipação em direção a um novo modo de produção. Vale ressaltar, porém, que a autogestão está correlacionada com valorização do saber popular, aliado ao saber científico, fundamentado pela pedagogia da autonomia e suas relações com a educação formal e informal enquanto instrumento emancipador e libertário, conforme aponta o ITS (2007). Concordando com Varanda (2004), se, politicamente, autonomia significa autogoverno; autogestão significa capacidade de afirmar o comando do sujeito sobre as instituições e processos de produção e reprodução social. Dessa forma, a autogestão configura formas de sociabilidade, gestão e cooperação capazes de impulsionar padrões de valores e comportamentos, alterando radicalmente as relações e modos de produção, pois como lembra Varanda (2004), a autogestão pode ser compreendida como uma forma democrática de gestão de toda economia, com base na propriedade social e/ou coletiva dos meios de produção.

Portanto, torna-se necessário e urgente a articulação de políticas públicas inclusivas, capaz de impulsionar a economia solidária e consolidá-la não apenas enquanto uma alternativa de geração de trabalho e renda,



mas como uma nova forma de organização econômica e social. Varanda (2004) afirma que um importante vínculo entre a TS e a economia solidária é que ambas “objetivam a redução das desigualdades sociais e a repartição mais equitativa do poder político e econômico”. O desafio está posto, cabe aos atores envolvidos: ONGs, organizações de fomento, movimentos sociais organizados, estudiosos da área, organismos como os Conselhos da categoria, dentre outros, ampliar a capacidade de intervenção para a garantia de mudanças significativas nas estruturas sociopolítica e econômica na ótica do desenvolvimento sustentável e solidário.

Vale aqui destacar algumas iniciativas que vem sendo implementadas e experimentadas no campo da economia solidária e fortalecimento da organização produtiva. A criação em 2003 da Secretaria Nacional de Economia Solidária- SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego- MTE, tem possibilitado a ampliação e aprofundamento da discussão da economia solidária e setores populares buscando criar políticas públicas necessárias para alavancar a questão que durante muito tempo ficou relegada ao esquecimento. Também, de modo significativamente importante, as políticas e ações implementadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário- MDA, como Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER, Organização Produtiva da Mulher Rural, bem como as políticas de comercialização como Programa de Aquisição de Alimentos- PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar que destina o mínimo de 30% da compra de alimentação para a agricultura familiar, são iniciativas que vem dando certo e tem fortalecido e valorizado os EESs, principalmente os organizados por mulheres rurais. Em todo esse percurso de elaboração, implementação e controle social das políticas públicas foi e continua sendo fundamental a intervenção das organizações sociais num diálogo constante com o Estado a fim de que seja aperfeiçoado e viabilizado o acesso e execução dessas políticas.

### **Economia Feminista e Solidária: rompendo o ciclo das desigualdades.**

Ao iniciar uma reflexão sobre economia feminista solidária e desigualdades é importante aqui abordar algumas questões. Quando se refere às

desigualdades sociais existentes logo se lembra dos indivíduos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, além disso, isso remete a regiões onde esse índice de desigualdade é ainda maior. Se no contexto do Semiárido a pobreza atinge a maioria da população rural, e desta as mulheres são as mais vulneráveis, pode-se destacar, dentre os vários aspectos, as diferentes oportunidades conferidas às mulheres rurais, que historicamente foram excluídas dos processos sócio educativos, tendo em vista que as meninas se tornam precocemente responsáveis pelo abastecimento de água da casa, cuidam dos irmãos menores para que as mães possam trabalhar, e isso geralmente implica na evasão ou pouco rendimento escolar.

Desse modo, essas desigualdades sócio-econômica e política se manifesta de maneira ainda mais perversas para as mulheres rurais, tendo em vista os resquícios do coronelismo e da organização hierárquica de gênero presente na região, conferindo relações de poder dos homens sobre as mulheres, não só no âmbito doméstico, mas também nos espaços comunitários de poder e decisão. Nalu Faria (2009), afirma que essa visão se ancora no discurso em que as mulheres são destinada á esfera privada, como parte do destino biológico vinculada a maternidade, desvalorizando a participação das mulheres na economia ao tempo em que não reconhece a sua importância para a manutenção da vida social.

A raiz desse contexto em que as mulheres rurais vivem, tem na sua base de sustentação a cultura machista e patriarcal, a qual define o lugar e o papel dos homens e mulheres na sociedade, materializando as desigualdades de gênero a partir da divisão sexual do trabalho. Kergoat relata que:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (KERGOAT, 2003, p. 599).

Se contrapondo a esse determinismo biológico em que se estabelece papéis de homens e papéis de mulheres, os movimentos de mulheres e feministas começam a questionar as relações de gênero e o modo de produção capitalista, visto que os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres no âmbito privado não é valorizado e nem valorado. Dessa forma, reforça a exclusão das mulheres das esferas públicas produtivas, aumentando consequentemente, a feminização da pobreza, especialmente no meio rural, onde as oportunidades de geração de trabalho e renda, bem como do acesso às informações e aos direitos das mulheres ficam ainda mais comprometidos. Nesse aspecto, a economia solidária pode também apresentar formas para estabelecer relações igualitárias onde o trabalho das mulheres não seja visto e nem considerado “Judá”, mas que possa ser um viés de transformação das relações econômicas da sociedade como um todo. Para isso, a economia solidária e a economia feminista aparecem como temas transversais, no entanto, elas se complementam na reflexão e abordagem dos modos de produção capitalista, bem como das relações hierárquicas estabelecidas entre os indivíduos:

A economia solidária pode contribuir no enfrentamento às desigualdades de gênero [...]. A utilização de recursos variados, o foco nas necessidades humanas, e a constituição de espaço onde as pessoas podem criar e exercitar direitos em uma justiça da proximidade. A economia solidária reconhece que necessita não só de recursos mercantis, do mercado, mas também de recursos não monetários. Reconhece as relações de confiança, de reciprocidade e seus processos de construção como parte integrante da organização do trabalho. Tal como nossa sociedade se organiza hoje grande parte das relações de reciprocidade é mantida graças ao tempo e à dedicação das mulheres. Estes elementos não podem ser mensurados e tão pouco atribuídos valores de mercado, constituindo recursos variados estratégicos à organização de empreendimentos econômicos solidários (SPECHT, 2009, p. 10).

Na perspectiva de alterar essa realidade, a economia solidária tem sido uma resposta a situação de pobreza vivenciada pelas mulheres rurais. A

TS além de ser um instrumento de auto-organização para geração de renda e inclusão social, respondendo assim, as demandas dos sujeitos socialmente excluídos, se materializa nos processos metodológicos de organização produtiva imputando outra realidade na vida dos sujeitos. Desse modo, a participação das mulheres nos EES tem possibilitado a intervenção destas nos espaços de construção e controle social das políticas públicas fortalecendo o exercício da cidadania e proporcionando relações mais justas e igualitárias entre homens e mulheres. Para Kraychete:

O que está em jogo não são ações pontuais e localizadas, compensatórias, filantrópicas, criativas, ou de empresas denominadas socialmente responsáveis, mas intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponha direitos sociais como princípios reguladores da economia (KRAYCHETE, 2007, p. 33).

Articular Estado e atores sociais demandantes das políticas de economia feminista e solidária tem sido um grande desafio da plataforma política dos diversos segmentos de mulheres; empreendedoras, pesquisadoras, ativistas, feministas, pois o objetivo é interferir numa economia que é capitalista e numa cultura que é patriarcal, duas estruturas fortemente oposta ao modelo de desenvolvimento sustentável pautado pela economia feminista e solidária, para que sejam estabelecidas relações igualitárias entre homens e mulheres, seja nos espaços de produção de bens e serviços, de construção e controle social de políticas públicas bem como nos espaços privados, na perspectiva da autonomia sócio econômica das mulheres.

É nesse contexto que a TS se insere, pois busca construir com as pessoas através de metodologias participativas, a definição de estratégias para superação dos problemas vivenciados pelos sujeitos, sejam eles de ordem política, econômica, social e ambiental. Para os movimentos feministas e demais organizações de mulheres, a economia feminista e solidária representa um projeto de desenvolvimento que rompe com a cultura capitalista e patriarcal, onde os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante de sustentação da eco-

nomia, levando em consideração as implicações da TS e seu impacto na vida das mulheres. Sendo assim, a COOPEREDE tem caminhado nessa direção, pois trata-se de uma organização exclusivamente de mulheres na região Semiárida, que tem buscado alterar a dura realidade marcada pela insuficiência de políticas para as mulheres rurais. Essa auto-organização feminina articulada em rede tem sido um laboratório de experiências exitosas onde se têm aprendido o sentido da organização coletiva na busca de alternativas para solucionar as demandas que emergem do seu contexto de vida.

### **Rede de Produtoras da Bahia - uma tecnologia social histórico e características**

A COOPEREDE, organização exclusivamente constituída por mulheres, surgiu a partir do desejo das mulheres trabalhadoras rurais da região semiárida da Bahia, de uma espaço de articulação socioeconômica que viesse contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida, cuja missão é articular e fortalecer a cooperação de EES de mulheres rurais através da organização, produção e comercialização, visando consolidar participativamente, o desenvolvimento solidário (RPB, 2011). De antemão, considerando o contexto de vida das mulheres rurais, sabia-se que essa era uma tarefa árdua, porém necessária para a consolidação da autonomia socioeconômica das mulheres empreendedoras.

Romper com o ciclo de desigualdades e injustiça social foi a motivação que impulsionou a luta das mulheres por um sertão justo com igualdade de oportunidades para homens e mulheres. Foi nessa perspectiva que iniciou-se a auto-organização das mulheres, a princípio, em pequenos empreendimentos informais e, no decorrer do tempo, articulados na COOPEREDE.

O processo de constituição da COOPEREDE foi iniciado com a aplicação de diagnósticos para detectar a situação econômica das mulheres rurais. O diagnóstico apontou avanços no campo político, porém, economicamente não havia avanços. Foi identificada desvalorização do trabalho

desenvolvido pelas mulheres, bem como inexistência de ofertas de oportunidades de geração de trabalho e renda. A aplicação de outro diagnóstico também apontou as atividades desenvolvidas pelas mulheres individualmente e em família, a partir desse resultado, elas foram motivadas a se fortalecerem coletivamente em grupos de produção. O apoio e assessoria do MOC e o patrocínio da Petrobras foram de grande relevância para contribuir no aperfeiçoamento da qualificação sociopolítica e econômica das mulheres (organização, produção e comercialização), o que ocasionou em 2007 a oficialização da COOPEREDE.

A organização e gestão da COOPEREDE aconteceram em dois momentos. Foi formado primeiramente um grupo denominado “coletivo da rede”, no qual participa uma mulher de cada EES, sendo que esse coletivo se reúne a cada dois meses para planejar, monitorar e apresentar demandas das suas unidades produtivas e comunitárias, onde todas contribuem para identificação de alternativas necessárias e redefinem os passos que a cooperativa deve dar. Outro grupo foi constituído pela coordenação da COOPEREDE, que são mulheres escolhidas/eleitas pelas cooperadas em assembleia ordinária que acontecem a cada dois anos. Essas mulheres fazem a representação mais constante e direta da instituição.

A COOPEREDE integra atualmente 55 EES, oriundos dos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão. São cerca de 600 mulheres rurais articuladas em rede. Para a conquista da autonomia socioeconômica foram adotadas estratégias como: intercâmbios, qualificação da produção, constituição de comércio justo e solidário e espaços de comercialização, acesso a fundos rotativos solidários, realização de trocas solidárias e acesso ao mercado institucional (Programa Nacional de Alimentação Escola – PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA). De acordo com a Fundação Banco do Brasil (2011):

A partir de tais estratégias, hoje a COOPEREDE pode afirmar que a média da renda das mulheres aumentou. No levantamento feito em 2004, momento onde a comercialização dos produtos acontecia somente nas suas comunidades e pontualmente em fei-

ras, a maior parte dos EES não fazia a divisão da sobra oriunda da sua atividade. Isso porque além do lucro com a comercialização ser pequeno, não possuíam capital de giro e precisavam investir tudo na compra de outras matérias primas. Hoje a renda média das mulheres, especialmente as que compõem EES que estão envolvidos nas estratégias de comercialização, é de R\$ 250,00, valor este considerado pequeno se comparado com a necessidade que as mulheres têm, mas grande se comparado que em menos de 8 anos era exclusivo dos programas públicos de distribuição de renda.

Dessa forma, a cooperativa foi concebida enquanto um instrumento de articulação política e de geração de trabalho e renda, estimulando a cooperação, a autogestão e o resgate do trabalho coletivo e solidário em atenção às demandas das mulheres rurais.

No ano de 2011, o processo de organização e gestão da COOPEREDE foi reconhecido e certificado enquanto uma TS pela Fundação Banco do Brasil, e identificadas características e princípios que condiziam com os critérios de certificação.

Para o propósito desta pesquisa com a COOPEREDE, optou-se por ter como unidade de análise as mulheres empreendedoras do município de Santaluz, que integram atualmente 10 EES. A luta das mulheres para amenizar as duras condições de vida são desafiadoras, elas convivem com situações típicas da região Semiárida; são as principais responsáveis pelo abastecimento de água das suas casas (a construção de cisternas tem amenizado essa situação, mas não resolveu totalmente), realizam trabalho mal remunerado, as mulheres ainda recebem diárias inferior a dos homens, algumas mulheres ainda trabalham nas batedeiras de sisal, considerado um trabalho perigoso e de baixa remuneração, elas possuem um reduzido grau de instrução, além de insuficientes oportunidades de geração de trabalho e renda e acesso as políticas públicas do seu interesse. Além do mais, a cultura patriarcal ainda é mais uma estrutura pesada e desafiante para as produtoras rurais.

É nesse contexto que residem experiências encantadoras das mulheres do território do Sisal, e que, desse modo, também se fazem fortes com as fibras do sisal. Portanto, a investigação revela o porquê a organização é

considerada uma TS, tendo como referência as dimensões definidas pelo ITS (2007). São as implicações de uma TS e os seus impactos que verificamos no trabalho desenvolvido pela COOPERREDE com seus empreendimentos filiados. Isso requer uma análise dos seus processos metodológicos e a maneira de ver, refletir e agir diante dos desafios e do contexto de vida das mulheres rurais.

A busca de soluções para os problemas vivenciados pelas mulheres rurais tem sido, na perspectiva de imputar outra realidade nas suas vidas, das suas famílias e conseqüentemente da comunidade, pautada pela solidariedade, trabalho cooperado e justiça social.

### **Conhecimento e tecnologia**

Conhecer a realidade em que os sujeitos estão inseridos é o ponto de partida para a busca de solução dos problemas existentes, sejam eles de ordem econômica, política, ambiental e/ou social. Mas, essa é uma tarefa inerente a todas as pessoas que vivenciam situações de exclusão ou violação de direitos, como é o caso das mulheres rurais da região Semiárida da Bahia. Esse é um dos elementos essenciais da TS, também presente nos processos de organização das mulheres na COOPERREDE. Foi necessário conhecer o seu contexto e perceber que nos desafios existentes estavam oportunidades de superação e crescimento. Para o ITS (2007), a TS é feita com organização e sistematização, nesse aspecto a organização das mulheres em EES e sua articulação em rede foram fundamentais para o fortalecimento da autonomia dessas mulheres, como afirma Specht (2009), e, conseqüentemente, para a disseminação dessa experiência. Isso fica evidente no depoimento da produtora:

A gente vê hoje a rede como instrumento que a cada dia espalha por onde passa, quando a gente iniciou eram 3 grupos de produção que iam para Feira de Santana, hoje são 15 EES de Santaluz filiados à Rede (Produtora I).

Para o ITS (2007), a TS implica em inovação, ou seja, “introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que re-



sulte em novos produtos, processos ou serviços, [...] o foco principal está na sua eficácia e relevância social”. Desse modo, a presença dos empreendimentos nas comunidades rurais tem representado uma nova perspectiva de mudança social e econômica, na medida em que são introduzidas novas técnicas de produção, desenvolvimento de novos produtos com a matéria-prima da própria região, além da apropriação de novos conhecimentos e ferramentas para a autogestão. Através do relato da produtora, compreendemos melhor como esse processo se dá nas suas organizações:

O bom da rede é que não traz nada pronto, é o que os grupos demandam, a Rede ajuda a construir e ajuda a fortalecer o que já existe na comunidade e nos grupos, através de capacitação, nos cursos de formação não só econômica, mas também social. Os encontros não só nos traz valor monetário, mas também social, o bem estar, as questões de gênero, como líder comunitário, como líder social, ajuda na renda da família, [...] ajuda a fazer a gestão do dinheiro (Produtora II).

O depoimento mostra as dimensões em que estão imbricados o trabalho organizativo da Rede dentro da dimensão da TS, respondendo as demandas de grupos socialmente excluídos. Porém, vale ressaltar que, nos quesitos inovação e sistematização ainda existem lacunas a serem preenchidas, isso se dará com a qualificação das ações desenvolvidas junto aos empreendimentos filiados. Esse é um processo em construção e que busca aperfeiçoar-se na experimentação de novas estratégias e de um jeito diferente de fazer acontecer a participação e autonomia dos sujeitos.

### **Participação, cidadania e democracia**

A participação, cidadania e democracia são os pilares para a autonomia dos sujeitos, pois para o ITS (2007), os atores sociais são autônomos quando estão em condições igualitárias de decidir sobre seus próprios destinos e de participar na construção do destino coletivo. A participação das mulheres rurais nos empreendimentos foi fundamentalmente importante para impulsionar o exercício da autogestão e da participação em espaços

de poder e decisão, entendendo que esse é um caminho necessário para a construção do desenvolvimento sustentável e solidário. Para as mulheres rurais essa é uma tarefa difícil, de acordo com Kergoat (2007), pois a cultura machista e patriarcal definiu na sociedade o espaço dos homens e o espaço das mulheres e, nessa separação de espaços e papéis, as mulheres foram excluídas da participação cidadã nos espaços públicos. Apesar dos avanços alcançados, continua sendo um desafio constante para as mulheres atuarem com igualdade de oportunidade, como nos relata a produtora:

O empoderamento das mulheres na sociedade é através da capacitação, cursos, palestras a gente consegue ocupar qualquer espaço na sociedade, esse empoderamento nos deixa fortalecidas para enfrentar o machismo e as dificuldades da vida. Tem que perder o medo de participar (Produtora III).

A partir da participação das mulheres na Rede, elas conseguem enxergar outras oportunidades, informações sobre nossos direitos, lei Maria da Penha, nós mulheres crescemos bastante [...], quando as mulheres tem uma participação maior na sociedade, a economia dela também aumenta (Produtora IV).

Conforme o depoimento mencionado, podemos aqui afirmar que a metodologia utilizada para trabalhar nos processos formativos com as mulheres da COOPERREDE tem sido um instrumento de emancipação dos sujeitos, pois todas as ações perpassam pelo reconhecimento e valorização do saber popular alinhado ao saber técnico/científico. Essa metodologia se estrutura com a construção coletiva do conhecimento, onde as mulheres possuem acúmulo inerente a sua cultura e vivências o que subsidia a definição de caminhos e tomadas de decisões, isso fica evidente nas experiências sistematizadas ao longo da constituição da COOPERREDE. A metodologia participativa envolve as pessoas nos processos decisórios, fortalecendo o exercício da cidadania na definição dos rumos de suas vidas. Para o ITS (2007), todos têm a ganhar com essa interação, em que os diferentes sujeitos se veem participando na produção do saber, no fortalecimento do bem comum e na conquista de direitos.

Portanto, podemos considerar que o objetivo do trabalho desenvolvido pela COOPERREDE está pautado na construção da autonomia das mulheres produtoras rurais e coloca em evidência a centralidade da organização do trabalho associado, bem como a articulação social e política, caracterizando-se dessa maneira enquanto uma TS. Entretanto, observa-se que ainda é necessário investir mais nas formações políticas das mulheres para que a intervenção destas nos espaços de poder e decisão propicie o acesso às políticas públicas para que garantam a permanência digna, especialmente das jovens, no meio rural, visto que, o contexto da região semiárida da Bahia é de ausência ou insuficiência de ações políticas mais efetivas que altere a realidade das pessoas. Para Kraychete (2000), a intervenção do Estado é fundamental para se pensar políticas mais estruturantes que garantam os direitos dos sujeitos, para o acesso a economia inclusiva e democrática.

### Educação emancipadora

A estratégia político-pedagógica que embasa a missão da COOPERREDE está pautada pela educação libertadora, emancipadora que reflete criticamente o contexto de vida dos sujeitos e os problemas presentes na vida das mulheres. Desse modo, a ausência de geração de trabalho e renda, o alto índice de violência contra as mulheres, a ausência e/ou baixo acesso às políticas públicas de interesse das mulheres rurais, bem como a pouca participação destas nos espaços de poder e decisão são alguns dos elementos que impulsionaram a luta das mulheres por alternativas de geração de trabalho e renda, nesse caso, a organização dos EES. Todo esse trajeto foi embasado num processo educativo que leva em consideração aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e ambientais para a redução das desigualdades. Uma das entrevistadas evidencia isso muito claramente:

Muitas mulheres têm empoderamento, tem autonomia, não depende do esposo, são sujeitos da sua própria história. Agente se transforma em pessoas que sabemos do nosso direito. É o empoderamento da mulher que se sente capaz e fortalecida, não tem medo de ser repreendida, ela é para a sociedade o que ela decide ser e não o padrão que a sociedade coloca (Produtora VII).

A consciência crítica das mulheres dos empreendimentos é fruto da metodologia participativa que embasa o processo de trabalho da Rede, bem como de outros espaços e organizações em que as mulheres participam, como: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais- MMTR, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais- STTR, Associações comunitárias. Todos essas organizações são considerados espaços de aprendizagem e que em determinados momentos reúnem-se para discutir práticas educativas inclusivas e emancipatórias. Para o ITS (2007), a TS se constrói num espaço de aprendizagem em que todos os envolvidos se veem implicados. Todos aprendem sobre uma realidade específica [...], todos aprendem com a interação e novos conhecimentos são gerados. Nesse aspecto, é fundamental a valorização do saber popular onde todas são consideradas sujeitos dos processos, como bem ilustram os depoimentos a seguir:

Nós somos sujeitos porque fazemos nossa história através da Rede (Produtora V).

As pessoas que já fazem parte dos grupos de produção conseguiram se inserir e permanecer, pois já estavam preparadas e com conhecimento através das capacitações e acompanhamento realizado pelo MOC (Produtora VI).

Não precisamos mais dos sapatos dos outros para pisar, andar, deixar a dependência de lado e começar a tomar as decisões no coletivo (Produtora VII).

A proposta da COOPEREDE nasce para atender a demanda das organizações femininas que, ao longo da história, lutaram (e ainda lutam) por igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na nossa sociedade. Desse modo, a metodologia participativa utilizada nos processos formativos foi determinante para a participação efetiva e qualificada das mulheres na construção de relações mais justas e solidárias, tanto no âmbito familiar quanto nos espaços de poder e decisão, reflexões recorrentes nos depoimentos das entrevistadas:

Sem a existência da Rede era só pilotar fogão, obedecer aos maridos, gerando submissão das mulheres com seus companheiros (Produtora VIII).

Nosso diálogo na família interfere nas relações que temos hoje; falamos das mudanças do mundo, das obrigações domésticas (Produtora III).

Uma das coisas importantes com as mulheres é sobre as relações de poder nos espaços, há 16 anos participo desses espaços, precisamos nos sentir mais autônomas, mas respeitadas, pois nem sempre somos respeitadas (Produtora V).

Apesar dos avanços e conquistas, ainda tem muito a ser feito para superação das desigualdades de gênero, visto que a cultura patriarcal é a base de sustentação das relações estabelecidas. Conforme depoimentos acima, os empreendimentos econômicos solidários têm sido uma estratégia de fortalecimento da participação das mulheres rurais nas tomadas de decisões e na definição do rumo de suas vidas.

### **Relevância social**

Segundo o ITS (2007), para tecnologia ser reconhecida como TS, ela deve ser capaz de resolver os problemas ou necessidades sociais para os quais ela foi desenvolvida e, assim, promover real melhoria nas condições ou na qualidade de vida do público beneficiado. As entrevistas revelam que a iniciativa das mulheres rurais de se auto-organizarem em EES perpassa por uma decisão que, na sua essência, é política, social e econômica, isso motivado por diversas questões, como: as duras condições de vida das mulheres submetidas ao trabalho mal remunerado (às vezes sem remuneração), a exclusão dos espaços de poder e decisão, que historicamente foram ocupados pelos homens, a ausência de políticas para as mulheres rurais, motivos esses, que só reafirma e aumenta o auto índice de pobreza entre as mulheres.

Portanto, o trabalho desenvolvido pela RPB, e assessorado pelo MOC tem buscado atender às demandas das comunidades rurais em que vivem as mulheres, contribuindo para a identificação de seus problemas e identificando estratégias para superá-los. Essas ações estratégicas devem, imprescindivelmente, levar em consideração a potencialidade local, a produção de alimentos e artesanatos sob o princípio da sustentabilidade, o uso

adequado dos recursos naturais como as fibras, plantas, frutas extraídas da própria comunidade por meio de um processo educativo de preservação do meio ambiente. Vejamos nos depoimentos:

Quando as mulheres saiam para catar frutas nas roças o povo dizia que a gente não tinha o que fazer [...] depois que passamos na televisão falaram que nosso trabalho deu certo [...] hoje nós somos conhecidas no mundo todo, com o trabalho da nossa Associação de Mulheres de Santaluz passando no Globo Rural. A comunidade também começa valorizar mais e dar mais visibilidade. Isso foi muito importante para nosso crescimento (Produtora VII).

Hoje aprendemos a valorizar o trabalho que temos aqui dentro. Sempre aparecem encomendas para alimentação e artesanato (Produtora III).

A participação das mulheres representando a Rede de produtoras nos espaços territoriais, estadual e nacional como: Comitê Estadual e Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, Conselho e Fórum Estadual de Economia Solidária, Comitê Territorial de Mulheres, bem como a participação das mulheres produtoras no âmbito local como as associações comunitárias, o sindicato de trabalhadores/as rurais, os conselhos municipais e comissões de água, tem fortalecido e ampliado o acesso das mulheres rurais as políticas públicas de documentação, comercialização institucional (PNAE e PAA), acesso a crédito, as cisternas, dentre outras políticas públicas. Isso se deve a intervenção qualificada das mulheres nos espaços de poder e decisão no exercício pleno da cidadania no controle social e acesso as políticas. Os depoimentos reafirmam os avanços e conquistas alcançadas:

Acho que virou um vício a busca por crédito, eu entendo que a visão das mulheres tem mudado com o acesso do Documento de Aptidão do Pronaf- DAP, são mulheres dos grupos de produção. Isso mostra a organização das mulheres dos EES, é o conhecimento do direito que produz recursos (Produtora VI).

Hoje a gente tem o PAA e PNAE, Santaluz saiu na frente porque estávamos organizadas com a rede, fomos pra o embate, organizamos os

papéis e acessamos. A renda da maioria das mulheres vem do PAA e PNAE, a rede nos ajudou nisso, muitas pessoas nos pede ajuda porque já temos experiências (Produtora III).

A COOPERREDE tem sido um espaço de fortalecimento das relações sociais e da identidade das mulheres e das comunidades que elas fazem parte. Assim, a experiência exitosa do trabalho desenvolvido pela rede nos EES tem se disseminado por diversos municípios do território do Sisal e outros, motivando outras mulheres a auto-organização e participação social. Porém, ainda são muitos os desafios a serem superados conforme as mulheres mencionaram em determinados momentos nos seus depoimentos, como:

- a) Retorno financeiro demorado e insuficiente, pois muitos EES ainda se deparam com as barreiras da vigilância sanitária, pois alguns núcleos de produção não possuem espaços adequados, o que é exigido pelos órgãos fiscalizadores;
- b) Dependência financeira de apoios e assessorias externas para fazer com eficiência autogestão e qualificação da produção;
- c) Mulheres insuficientes disponíveis para representar politicamente os espaços de participação e intervenção tanto local, quanto regional da cooperativa e EES;
- d) Burocracia das agencias financiadoras para acesso as linhas de crédito, a alternativa são os fundos rotativos solidários que lhes possibilita a compra de equipamentos e matéria prima;
- e) Cultura do machismo ainda presente no cotidiano das mulheres, o que dificulta sua mobilidade para outros espaços de participação em eventos externos além de desvalorizar o papel da mulher nos processos de desenvolvimento local e territorial;

Esses desafios demonstram a capacidade de superação das mulheres em questões que antes eram impedimentos para se auto-organizarem, além de explicitar a compreensão das mulheres para as necessidades de se qualificarem constantemente na garantia da sustentabilidade do empreendimento e permanência em mercados já acessados. Lembrando que, esses desafios

não são inerentes apenas as mulheres, mas precisam ser também analisados pelas organizações de fomento, poder público e outras instituições apoiadoras dessas iniciativas.

A COOPERREDE, enquanto uma TS, está também inserida em uma rede de parceiros e apoiadores que ao longo do tempo, vem contribuindo nos processos de fortalecimento dessa rica experiência que tem se disseminado nos territórios de atuação ao mesmo tempo em que desperta a curiosidade e/ou interesse de outras organizações situadas em diferentes Estados da Federação. A COOPERREDE não teria alcançado tal resultado se não fosse essa rede de parceiros.

### **Considerações finais**

A pesquisa realizada aponta uma série de desafios que merecem ser elencados à guisa de conclusão. Aspectos como autogestão, comercialização, retorno financeiro, fortalecimento do protagonismo das mulheres rurais, bem como a intervenção nos espaços de poder e decisão, ainda encontram-se fragilizados e dependentes de apoio financeiro de outras organizações para se consolidar no campo da economia solidária. Isso não apenas enquanto uma alternativa de geração de trabalho e renda, mas também como uma proposta de emancipação política, social, cultural e econômica, compreendendo ser esse o papel da TS presente nas ações desenvolvidas pela COOPERREDE com a mulheres rurais para redução e/ ou superação das desigualdades socioeconômicas.

Nesse aspecto, urge a necessidade de fortalecer e disseminar os processos organizativos de geração de renda, como EES aproveitando o potencial produtivo da região e a vocação das mulheres relacionando-a a cultura local. Nesse caso, merece destaque, a economia feminista e solidária enquanto uma estratégia para a construção de uma sociedade mais justa com igualdade de oportunidades para homens e mulheres. Pelo que pode observar, além dos extratos das falas das mulheres, demonstra-se a necessidade de um trabalho amplo e continuado com as mulheres produtoras



rurais para uma mudança de cultura, mais especificamente no tocante as relações sociais de gênero.

A Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia enquanto uma TS tem dado uma contribuição significativa para o fortalecimento socioeconômico das mulheres rurais, conforme depoimentos mencionados anteriormente. Entretanto, quando retoma-se o conceito de TS e suas implicações, observa-se que o conjunto de técnicas e metodologias devem ser melhor implementadas nos EES para que estes possam ter um resultado mais relevante na vida das pessoas e para a transformação local. Desse modo, a qualificação dos sujeitos e demais agentes envolvidos pela COOPERREDE e com assessoria do MOC são fatores determinantes para criar condições de intervenção qualificada e autogestão dos EES, para que se possibilite autonomia mais efetiva das mulheres rurais (Linaza, 2005). Pelo exposto, observa-se que as ações desenvolvidas pela COOPERREDE estão em consonância com quatro dimensões da TS (conhecimento e tecnologia; participação, cidadania e democracia; educação e relevância social), entretanto a fragilidade está relacionada com a implementação dessas dimensões e a continuidade do trabalho. Embora seja longo o caminho a perseguir para atingir a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, especialmente no que tange a geração de trabalho e renda e representação nos espaços de poder e decisão, pode-se considerar que a contribuição da COOPERREDE enquanto uma instância jurídica de representação das mulheres em diversos espaços tem sido significativa no processo de autonomia socioeconômica e fortalecimento das mulheres na luta por seus direitos, lembrando que a garantia dos direitos cabe ao Estado. Desse modo, ressalto a necessidade de maiores investimentos do Estado em políticas públicas de ciência, inovação e TS na perspectiva da inclusão e redução das desigualdades sociais, além do comprometimento das instituições de ensino, entidades de fomento da economia solidária e a sociedade de modo geral na construção de estratégias mais eficientes que atenda a realidade dos sujeitos. A pretensão dessa pesquisa com a COOPERREDE foi evidenciar alguns dos seus fundamentos como a transformação social, a participação direta das mulheres nas tomadas de

decisão possibilitando a inclusão social e a melhoria das condições de vida delas, dos familiares e conseqüentemente da comunidade numa interação com outros sujeitos e organizações envolvidas na construção de uma sociedade mais digna, mais humana e solidária.

## Referências

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SISALEIRA DO ESTADO DA BAHIA-CODES Sisal. *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal*. Valente: CODES, 2010.

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. In: DAGNINO, Renato. (Org.). *Tecnologia Social: Ferramenta para construir outra sociedade*/Renato Dagnino (org.). 2. ed. Campinas: Komedi, 2010. p. 53-70.

FARIA, Nalu. *Mulheres Rurais e Economia Solidária*. Brasília, 2009.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL: *Banco de Tecnologias Sociais*. Disponível em <http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/pesquisar>. Acesso em 28 de março de 2012, às 17:50 h.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese dos indicadores sociais* 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidência/noticias>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2011, às 19:15h.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. *Conhecimento e cidadania - tecnologia social 1*. Disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br/publicações/112>. Acesso em 14 de maio de 2012, às 19:50h.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais do sexo. In: EMILIO, M (org). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2003. p.599

KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: KRAYCHETE, G.; AGUIAR, K. (orgs.). *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de transformação*. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 32-66.

LIANZA, S.; ADOR, F. (orgs.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2005.

LÓPEZ CEREXO, J. A. (2004) “Ciência, Tecnologia e Sociedade: o Estado da Arte na Europa e nos Estados Unidos”. In: SANTOS, L. W. E OUTROS (Orgs.). *Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da interação*. Londrina: IAPAR, 2004.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. *Caderno de experiências mãos que trabalham* 2011. Disponível em: <http://www.moc.org.br/publicações>. Acesso em 10 de dezembro de 2011, às 20:00h.

NASSES, A. C. *A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológicos e metodológico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PASSONE, I.; CARLOS, J. *Para entender a tecnologia social: uma viagem pelo Brasil*. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social/MCT, 2007.

REDE DE PRODUTORAS DA BAHIA. *Parceiros*. Disponível em <http://www.rededeprodutorasba.com.br/parceiros>. Acesso em 15 de Junho de 2012, às 13:30.

SPECHT, A. *Economia feminista*. Cadernos Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária. Suplemento Julho, 2009, p. 04-12.

SINGER, Paul, *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VARANDA, A. P. M.; BOCAYUVA, P. C. C. *Tecnologia social, autogestão e economia solidária*. Rio de Janeiro: FASE/Ippur/Lastro/UFRJ, 2009.



# Gestão de tecnologia social e economia solidária: a Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos Solidários(IBEES)<sup>1</sup>

*Thaize Santos Oliveira  
Danívio Batista Carvalho de Vasconcellos  
William de Araújo Figueira*

## Introdução

Muitas experiências alternativas para geração de trabalho e renda surgiram em diversos países em resposta ao desemprego e à desigualdade econômica e social. No Brasil, esse fato começou a ocorrer a partir da década de 1980, após uma crise econômica que provocou o aumento do desemprego, situação essa, que foi ampliada posteriormente, em 1990, com a abertura do mercado brasileiro a produtos e capitais estrangeiros. (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2010)

Nesse contexto, teve início o cooperativismo popular, como alternativa viável para os desempregados e para os que se encontravam na informalidade, e com ele muitos debates a cerca da economia solidária. Vale destacar ainda, o surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), em Universidades e setores da Igreja Católica, na consolidação do processo dessa nova economia centrada na valorização do ser humano.

As incubadoras universitárias, através do envolvimento em seu espaço, de alunos, professores, técnicos e pesquisadores, visando solucionar problemas e formular respostas, desenvolveram metodologias que se constituíram em tecnologia social, buscando atender às necessidades de um público-alvo social e economicamente fragilizado, ao mesmo tempo em que o incorporava como sujeito de todo processo. Tais iniciativas assessoravam as cooperativas populares, quanto à legalização do empreendimento, merca-

---

1- Trabalho de Conclusão de **Curso apresentado** ao Curso de Especialização em Sociedade Inovação e Tecnologia Social, da **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia** - UFRB, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

dos potenciais e financiamentos, princípios do cooperativismo e organização das atividades produtivas com base na economia solidária.

Existem diferentes metodologias de incubação. Porém, a metodologia que deu origem às demais foi instituída pela ITCP/UFRJ, com parte metodológica tradicional adaptada de empresas. Nesse sentido busca-se entender em que aspectos a incubadora atende as especificidades dos empreendimentos econômicos solidários para a aplicação da tecnologia social.

As redes de incubadoras constituem um apoio em nível nacional às ITCPs, e contribuem para a dinamização e criação das metodologias de incubação. No Brasil há a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP), contendo 41 Incubadoras integradas e a Rede Unitrabalho que é constituída por 45 incubadoras.

A rede ITCP, “tem como objetivo principal desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da economia solidária.” (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2010, p. 13). A rede foi criada em 1999 a partir de um programa permanente da Unitrabalho, que é uma Rede Nacional de Universidades que atua nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, que parte das iniciativas do Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável para apoiar a estruturação de Incubadoras de Empreendimentos Solidários.

A metodologia desenvolvida pela rede ITCP consiste em dois tipos de racionalidade, uma relacionada à viabilidade econômica do empreendimento e outra voltada para a sua viabilidade como cooperativa. A seleção dos empreendimentos a serem atendidos é realizada através de edital e o tempo de incubação é de 3 anos e meio. O processo de incubação compreende quatro fases que são realizadas após a sensibilização do público alvo que consiste em: construção do projeto cooperativo; desenvolvimento do projeto; expansão; graduação e autonomia cooperativa.

A Economia Solidária ganhou espaço no Estado e tornou-se papel fundamental na busca pela melhoria da qualidade de vida das comunidades. Para atender as demandas que surgiram de entidades e empreendimentos do campo dessa nova economia, foi criada em junho de 2003, a Secretaria

Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O Estado brasileiro reconheceu assim um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que assola o país desde os anos 1980 (SINGER, 2004).

Anos depois, em 2007, foi criada na Bahia a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) em atendimento a uma manifestação do Fórum Baiano de Economia Solidária. A reivindicação consistia na criação de uma esfera institucionalizada no estado para assumir a responsabilidade de implementar uma política estadual de apoio e fomento à economia solidária na Bahia.

Este trabalho tem como tema a gestão de tecnologia social nos empreendimentos econômicos solidários. Teve como objetivo analisar a tecnologia social, metodologia de incubação, da Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos Solidários - IBEEES, localizada na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia.

Pretende-se aqui fazer uma análise contextualizada da metodologia, tomando-se como exemplo, dois empreendimentos incubados pela IBEEES, para assim verificar como se dá a relação entre a incubadora e o atendimento das especificidades dos empreendimentos. Além disso, buscou-se também relacionar Tecnologia Social e Economia Solidária nas ações da incubadora e sinalizar os desafios metodológicos no processo de incubação.

## **Economia solidária**

A economia solidária consiste em um novo relacionamento entre sociedade e economia, no qual se reconhece "(...) uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não centrada do Estado e do mercado." (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13). Onde se estabelece uma nova forma de regulação da sociedade, pautado na hibridização de economias, na qual se combina a economia mercantil, não-mercantil e não-monetária (LAVILLE, 1994), e construção conjunta de oferta e demanda.

O termo economia solidária sintetiza uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico na perspectiva de buscar alternativas de emprego, diferenciados ou alternativos ao capitalismo, ou como novas formas de sociabilidade e de vivência de valores (MOURA e MEIRA, 2002, p. 74). Segundo a Central Única dos Trabalhadores (2000, apud NUNES, 2002 p. 60) nessa mesma perspectiva, o movimento sindical brasileiro acrescenta a construção de novas relações sociais: “Não se trata somente de gerar oportunidades de trabalho e renda. Trata-se de construir novas relações sociais baseadas nos valores da solidariedade e da cooperação, que fortalecem a participação do cidadão na sociedade”.

As iniciativas de Economia Solidária vão além do retorno financeiro. Elas buscam articular as dimensões econômicas, sociais e políticas em uma só ação coletiva, no sentido da busca de transformações sociais amplas, que se abrem para o espaço público (NUNES, 2002). FRANÇA FILHO E LAVILLE (2004) descrevem ainda sobre cinco traços que caracterizam iniciativas da economia solidária na qual se destacam

[...] a natureza e origem dos recursos mobilizados nas iniciativas, refletindo sua forma de sustentabilidade; sua autonomia gestonária e a natureza das relações interinstitucionais que são estabelecidas; o processo de tomada de decisão e os valores requeridos; o padrão das relações sociais estabelecidas no grupo de trabalho e a natureza do vínculo social que se tenta construir; e sua finalidade (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 167).

Segundo os autores citados acima, tais empreendimentos envolvem a “pluralidade dos princípios econômicos”, que articula diferentes fontes de recursos, sejam eles oriundos das relações mercantis, de subsídios do poder público ou de práticas reciprocitárias. Além disso, têm autonomia institucional e seu processo decisório é realizado de forma democrática, por fim, se inserem na comunidade de forma a atrelar à finalidade econômica a dimensão social, cultural, ecológica e/ou política.



## Tecnologia Social

O conceito Tecnologia Social (TS) nasceu através do Instituto de Tecnologia Social (ITS) e do Centro Brasileiro em Referência em Tecnologia Social (CBRTS), como o esforço de reconhecimento do tipo de produção e atuação específica das Organizações não Governamentais (ONGs), que foram eleitas como “objeto de análise” privilegiado, por meio do qual seria capaz de recolher elementos que ajudassem a caracterizar a TS. Além disso, englobou-se também ao desenvolvimento conceitual o levantamento bibliográfico e realização de encontros para a discussão e sistematização de conhecimentos sobre a temática (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2004).

Após vários encontros, no qual se buscou reunir representantes de ONGs, poder público, universidades, institutos de pesquisa, órgãos financiadores, associações comunitárias e consultores autônomos, de forma a garantir a pluralidade dos participantes e as aprendizagens, chegou-se à seguinte definição para a TS: “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2004, p. 130).

Para caracterizar a TS, DAGNINO (2004) a compara com a Tecnologia Convencional (TC). Para ele, enquanto a TC é poupadora de mão de obra mais do que seria conveniente, possui escala ótima de produção sempre crescente, é ambientalmente insustentável, tem cadência de produção dada pelas máquinas, é intensiva em insumos sintéticos produzidos por grandes empresas, possui controles coercitivos que diminuem a produtividade, é segmentada e alienante, hierarquizada e monopolizada pelas grandes empresas dos países ricos, a TS segue linha oposta.

Assim, a definição de TS se caracteriza, por exclusão ou por negação, que já foram enunciadas ao se criticar a TC. Contudo, o autor acha conveniente adicionar alguns elementos:

Ela deve ser adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro; não-discriminatória; liberada da diferenciação - disfuncional, anacrônica e prejudicial nos ambientes autogestionários - entre patrão e empregado; orientada para um mercado interno de massa; libertadora do potencial e da criatividade do produtor direto. Resumindo, deve ser capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários (DAGNINO, 2004, p. 194).

Segundo DAGNINO; BRANDÃO e NOVAES (2004), a TS vem sendo concebida como alternativa a TC, aquela que a empresa privada desenvolve e utiliza. Muitas outras expressões foram sendo formuladas, em função de que esta última não está conseguindo resolver, podendo mesmo agravar, os problemas sociais e ambientais. Acrescentam ainda que “por entenderem essa inadequação como algo estrutural e sistêmico procurava expressar o caráter alternativo em relação a esse contexto que tinha o cenário que se desejava construir”. (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004, p. 22).

A tecnologia Social ganhou muita visibilidade, “partindo do princípio de que não encontramos apenas problemas nas comunidades, mas soluções também” (DAGNINO; FONSECA, 2007, p. 19) e está cada vez mais em pauta nas discussões entre diferentes setores da sociedade. Tal resultado se deve ao alcance de excelentes resultados em projetos de desenvolvimento, à capacidade de gerar novas soluções em contextos diferentes daquele para o qual foi originalmente concebida, e ao diálogo entre os diferentes saberes.

### **Caracterização da IBEEES**

A Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos Solidários (IBEEES) está implantada na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), localizada na Rodovia Ilhéus - Itabuna, Km 16, s/n, no bairro Salobrinho, Ilhéus - Bahia. Surgiu em 2009, a partir de uma iniciativa contemplada por edital público realizado pela parceria entre a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (SETRE) e a Fundação de

Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), como também do edital do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) de fomento aos empreendimentos econômicos solidários.

Segundo o projeto que deu origem a IBEEES, a iniciativa foi criada com uma perspectiva inicial de incubar quatro empreendimentos solidários na região Sul da Bahia, no entorno da universidade à qual estava vinculada. O objetivo consistia na contribuição para redução da pobreza e das desigualdades sociais na região, propiciando meios através da incubação de empreendimentos solidários para promover a inclusão social das populações desempregadas e vulneráveis, com vistas à ascensão e melhoria da qualidade de vida.

A incubadora atende as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e tem o intuito de apoiar na geração de emprego e renda para a comunidade. Tem como público-alvo trabalhadores rurais e pequenos agricultores; trabalhadores urbanos e pequenos empreendedores; mulheres e beneficiários de programas de redistribuição de renda, em um total de 10 empreendimentos e mais de 100 famílias beneficiadas diretamente através de participação em associações e cooperativas com atividades econômicas apoiadas pela incubadora.

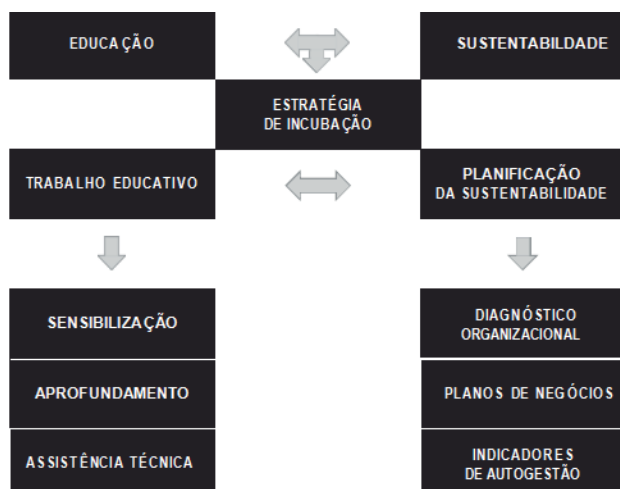
Visando melhorar a situação econômica e social das pessoas atendidas pelo projeto, a partir das demandas sociais encontradas nas comunidades, foram criados serviços de prestação de assessorias e consultorias para colaborar com o desenvolvimento das associações e cooperativas acompanhadas pela iniciativa. Dentre as principais áreas de atuação estão, treinamento, geração de renda e trabalho junto a associações e cooperativas.

A incubadora trabalha com uma equipe interdisciplinar de professores das áreas de economia, administração, contabilidade e direito. Da mesma forma, são de distintas áreas, os consultores, alunos bolsistas dos cursos de graduação da UESC que realizam o acompanhamento dos empreendimentos, levando o apoio técnico e articulando parcerias para aquisição de equipamentos e insumos, garantindo melhorias na produção e na comercialização.

## Metodologia de implementação da incubadora

Segundo metodologia do projeto, o trabalho de incubação de empreendimentos solidários está pautado em dois princípios norteadores, a educação e a sustentabilidade. Com base nesses princípios é descrito o que se denominou de estratégia de incubação, que está dividida em dois focos: o trabalho educativo, que compreende o curso de sensibilização e curso de aprofundamento e assistência técnica; e a planificação da sustentabilidade, com base na construção e implementação de ferramentas tais como Diagnóstico Organizacional, Plano de Negócios, e Indicadores de autogestão. A figura abaixo mostra de modo geral o esboço da metodologia:

**Figura 1**



### Esboço da metodologia da IBEEs

Fonte: Elaboração própria baseada no projeto da IBEEs (2009)

Nos cursos de sensibilização são trabalhados os conceitos básicos da economia solidária, princípios e práticas do associativismo e cooperativismo. Já nos cursos de aprofundamento, é apresentado o conteúdo específico da economia solidária, no qual são ampliados os conhecimentos, conceitos e ferramentas para suprir necessidade de qualificação profissional no uso das tecnologias operacionais para a produção dos bens e serviços.

A metodologia implementada está dividida em etapas para fins didáticos para entender o processo como um todo. Visto que as ações são muitas vezes realizadas conforme as necessidades que o empreendimento vai apresentando durante o processo de incubação, que não necessariamente são ordenados segundo o exposto, pois, “em processos relacionais como é a incubação, as etapas não funcionam como comparimentos separados” (NUNES, 2009).

**Tabela 1**

**ETAPAS DA METODOLOGIA DA IBEEES:**

1. Contato inicial com a comunidade interessada;
2. Levantamento / mapeamento da trajetória ocupacional e pessoal dos interessados, bem como os objetivos e motivos para a formação do Empreendimento;
3. Discussão sobre o cooperativismo e suas modalidades em relação à empresa privada;
4. Avaliação de alternativas e decisão da atividade fim do empreendimento, tais como: pesquisa de mercado, concorrentes, pré-projeto econômico-financeiro ou Plano de Negócios;
5. Avaliação sobre as possibilidades de parceria;
6. Avaliação das possibilidades de inserção em cadeia produtiva assim como em capacitação técnica;
7. Capacitação administrativa;
8. Elaboração do Estatuto e Regimento Interno do Empreendimento;
9. Legalização do Empreendimento;
10. Acompanhamento sistemático ou assessoria pontual para inserção e manutenção do empreendimento no mercado e conquista da autonomia;
11. Avaliação do grau de autonomia do grupo;
12. Final do processo de incubação.

Fonte: Adaptada do projeto da IBEEES (2009)

## Os Empreendimentos de Economia Solidária (EES)

### Associação Esperança Na Vitória - AENV

A associação de Confecções Esperança na Vitória, localizada na Avenida Pontal Buerarema, km 01, no município de Ilhéus, iniciou suas atividades em junho de 2006 com a atividade econômica voltada para confecções. No início da incubação, estava em processo de legalização, funcionava em espaço cedido pela Associação de Moradores do Bairro, tinha 18

associados, no qual a grande maioria era de mulheres, identificadas segundo projeto e diagnóstico da IBEEs, como de vulnerabilidade social.

A associação hoje tem suas atividades em um espaço cedido pela ACEI (Associação Centro Educacional e Ação Integrada) mantida pela Igreja Católica que atua com cursos técnicos-profissionalizantes e com a promoção artística da comunidade do bairro. Em contrapartida são responsáveis pelo pagamento da energia que consomem e confeccionam as fantasias para as festas culturais que são promovidas nas dependências do centro e vestes para grupos da Igreja.

No início da incubação, o empreendimento já possuía móveis e equipamentos (máquinas de costura) adquiridos através de projeto junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, mas vivia de pequenos concertos em roupas. Atualmente a associação possui cinco máquinas retas, uma galoneira, uma overlock industrial e duas semi-industriais, adquiridas com recurso do mesmo projeto que deu início à incubação. Confeccionam fardamentos em geral, moda praia, fazem serigrafia, bordados e personalizações.

A maioria dos associados é oriunda da zona rural que se mudou para a zona urbana, cuja satisfação relacionada ao local consiste na oportunidade de trabalho, melhora da qualidade de vida, conquista e alcance de objetivos. Metade dos associados possui como principal ocupação outra atividade econômica que não a de costura. A renda individual mensal varia entre 2 salários mínimos e R\$ 50,00 (cinquenta reais).

### **A Cooperativa de Agricultura Familiar de Economia Solidária-COOFESBA**

Está localizada na zona rural da cidade de Buerarema surgiu com pretensão inicial de produzir doces e licores de frutas existentes no assentamento Buíque, do qual fazem parte. Atualmente, trabalham principalmente na confecção de polpa de fruta e oferecem seus produtos ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

O processo de assentamento das famílias no meio rural ocorreu na década de 1990, a cooperativa teve origem em 2009 e seu registro formal foi feito em 15 de julho de 2011 com 21 cooperados. O empreendimento produz vários tipos de frutas, o cacau corresponde a maior parte (80%), que serve como matéria prima para a fabricação de, além dos produtos já citados, geleias, chocolate em pó, fruta desidratada e mel de cacau.

No início da incubação, o empreendimento já possuía alguns equipamentos para a produção, um kit adquirido junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), composto por despoldadeira, dosadeira, freezer, fogão industrial e barraca. Além disso, também já existia um projeto para ampliação da produção da cooperativa, com a implantação de uma agroindústria para a produção e certificação dos produtos, bem como terreno e parte dos materiais de construção, adquiridos com recursos dos cooperados.

Apesar de ser um empreendimento localizado em um espaço de assentamento, parte dos cooperados nasceu na zona urbana e posteriormente mudou-se para a zona rural. Como ponto de satisfação em relação ao lugar onde hoje residem, foi citado pelos cooperados fatores como a ligação a terra, o sentimento de pertencimento ao lugar, o meio de vida escolhido para viver, a tranquilidade, e também o fato da existência do empreendimento criado por eles.

Os cooperados têm como principal atividade econômica a agricultura, a maioria possui o ensino fundamental e recebem em média menos de um salário mínimo. Além do ensino formal, eles já haviam participado de vários cursos e treinamentos de qualificação na área de agricultura para realizar os trabalhos com maior competência.

### **Método de investigação**

A pesquisa teve como propósito analisar a tecnologia social, metodologia de incubação, da Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos Solidários - IBEES, localizada na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia. Pretendeu-se aqui fazer uma análise con-

textualizada da metodologia, tomando-se como exemplo, dois empreendimentos incubados pela iniciativa.

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa exploratória na qual foram utilizados procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A fim de descrever as especificidades dos empreendimentos e verificar como se dá a relação entre os mesmos e a IBEEES, foi utilizada análise dos questionários socioeconômicos das comunidades, a técnica de observação direta e entrevista semi-estruturada com os principais líderes das cooperativas.

Para captar informações sobre o processo metodológico de incubação e sua relação com os princípios da Tecnologia Social e da Economia Solidária, bem como para caracterizar e analisar as ações desenvolvidas foi realizada na IBEEES uma coleta de dados por meio da análise documental dos relatórios de visita aos empreendimentos, e entrevistas com os coordenadores e bolsistas que compõem a incubadora.

### **Análise da metodologia da incubadora na COOAFESBA e na AENV**

A metodologia da incubadora foi analisada nas duas experiências citadas com base nos parâmetros que caracterizam a TS identificados pela ITS (2004) com o objetivo de servir de base para análise de ações sociais. Foram analisados os seguintes elementos: a razão de ser da TS; o processo de tomada de decisão e papel da população; sustentabilidade; sistemática, construção do conhecimento e aplicação em escala.

### **A razão de ser da TS**

O início do trabalho integrado da universidade com a COOAFESBA e AENV se deu através do acompanhamento de projetos anteriores promovido pela PROEX (Pró-Reitoria de Extensão) e solicitações de líderes comunitários para atender as comunidades. Foi desenvolvido então um diagnóstico sobre as demandas sociais e realidade da população beneficiada, configurando-se assim como concebido para uma necessidade social real.



A razão de ser da IBEEES visa solucionar demandas sociais concretas, vividas e identificadas pela população com base na construção conjunta de oferta e demanda. Traço também característico da economia solidária, “no qual a oferta ou serviços prestados através da iniciativa estão vinculados exclusivamente às necessidades ou demandas reais vividas localmente pela população (FRANÇA FILHO, 2002, p. 14)”.

No contato inicial com a COOAFESBA e AENV na etapa de incubação, além da apresentação do projeto, foram desenvolvidas atividades que visavam a adequação do plano de ação às necessidades do público-alvo. Neste momento, o projeto foi apreciado e os incubados expuseram suas expectativas, contribuíram com sugestões e discussões, cujos resultados foram utilizados na construção de um formato próprio para cada empreendimento.

Por se tratar de um grupo instável e por conta disso com grande rotatividade entre os membros, houve inicialmente na AENV, uma maior preocupação em se identificar os aspectos identitários e as necessidades comuns que reunia o grupo de associados onde se constatou desejo por trabalho, aperfeiçoamento pessoal e geração de renda. Já na COOAFESBA, que já produzia para comercializar, foi demandada formação para o fortalecimento dos princípios que norteiam o cooperativismo, visto como principal prioridade, seguida de gestão administrativa, produção e comercialização.

Cada empreendimento teve, portanto diferentes pontos de partida no processo de incubação que foram apontados e desenvolvidos na interação com as comunidades beneficiadas. Constituinte dessa forma uma ponte construída pelo conhecimento com base em uma ligação prática, real e concreta entre os problemas sociais e suas soluções. (PASSONI, 2007). Respeitaram-se, dessa forma, as especificidades, diferentes estágios de organização e formação dos membros.

## **O processo de tomada de decisão**

A metodologia da IBEEES foi construída de forma a favorecer o aprendizado da autonomia e da autogestão pautadas na educação e na sustentabilidade, nos quais se baseia toda a metodologia. Assim, são levadas em consideração

formas democráticas no processo de tomada de decisão, a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população.

Nos empreendimentos atendidos pela incubadora a gestão é participativa e democrática, cada componente tem direito a um voto, independente do valor do seu capital, pode opinar em todas as decisões e ocupar os cargos estatutários. Os associados da COOAFESBA e da AENV participam das instâncias de decisão, da assembleia dos sócios, conselho administrativo e conselho fiscal, em uma forma de organização econômica no qual todos têm o mesmo poder de decisão (SINGER, 2001).

Contudo, por ter ligação com movimento social e fazer parte de assentamento, a COOAFESBA já possuía bem construída a dimensão política para participar, interagir e atuar de forma mais efetiva em suas relações. Porém, percebeu-se certa fragilidade neste âmbito na AENV, sendo necessário que o grupo fosse insistentemente estimulado e convidado para participar da tomada de decisão e tornar possível o desenvolvimento da autonomia e autogestão do empreendimento.

Apesar dessas deficiências, e da grande carência de formação dos cooperados sobre gestão, nas áreas contábil, jurídica e administrativa, a incubadora não interferia nas decisões dos empreendimentos. Buscava viabilizar formação nessas áreas para os incubados e oferecer assessorias, que não direcionavam, mas auxiliavam o andamento do trabalho tornando dialógica a atividade, visando suprir tal necessidade.

### **Papel da população**

O papel da população compreende a participação, apropriação e aprendizagem por parte da população e de outros atores envolvidos. Na COOAFESBA os cooperados foram estimulados desde o início a identificar problemas e propor soluções acerca da condição de trabalho, escoamento da produção, infraestrutura, saneamento e políticas públicas, através de discussões e dinâmicas que permeavam a temática da vida do homem trabalhador no campo, ao mesmo tempo em que se fortalecia a difusão da economia solidária.

No início da incubação, já existia um projeto da COOAFESBA, no qual a Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (CEPLAC) contribuiu para adequação às normas técnicas, para ampliação da produção da cooperativa, com a implantação de uma agroindústria. Contudo, durante a incubação, em um curso de Boas Práticas de Fabricação (BPF), promovido pela IBEEES, que ressaltava a questão da higiene e manipulação de Alimentos e Bebidas (A & B), diante das informações apreendidas, os cooperados perceberam a necessidade de fazer outras modificações na planta por razões de segurança alimentar.

Foi ampliado na cooperativa o conhecimento sobre as máquinas adquiridas financiadas por projetos ligados à incubadora, e anteriores a ela, através da disponibilização de técnicos da agroindústria da UESC e fornecedores das tecnologias adquiridas, para tirar dúvidas quanto aos aspectos produtivos, produtos e processos. Foi propiciado assim, um espaço para troca de informações entre incubados e incubadora, com vista à apropriação da propriedade coletiva dos meios de produção pelos cooperados.

No caso da AENV, também houve apropriação do conhecimento que pôde ser comprovada através da reaplicação do curso de bordado que o grupo obteve no início da incubação a outra cooperativa incubada. Contudo, o mesmo não foi percebido em relação à apropriação da tecnologia (máquinas industriais, semi-industriais e bordadeiras) transferida pela incubadora, que por mau uso dos associados, era danificada e posteriormente levado à assistência técnica.

Na AENV a tecnologia foi inserida na participação democrática do processo de trabalho na associação de confecção, mas a manutenção das máquinas ficava dependente de agentes externos comprometendo dessa forma, construção do conhecimento, apropriação tecnológica e, até mesmo, a produção. O mesmo não aconteceu na COOAFES-BA, onde os critérios e aprendizagens tecnológicas foram construídos em conjunto com os técnicos e responsáveis pela tecnologia de forma a satisfazer as necessidades da cooperativa.

Vale ressaltar ainda que havia uma grande carência na participação ativa dos associados da AENV na rotina do empreendimento. Costumava ficar restrita a produção das confecções, com um tímido envolvimento na gestão, fato que ocasionava dificuldade na comercialização. Tal situação segundo MOURA (2002) pode estar relacionado a pouca prática de solidariedade anterior à incubação e barreiras entre o trabalho manual e intelectual. Sendo necessário, portanto, que este grupo seja desenvolvido para alcançar condição de agente social e político, podendo ser reforçado inclusive os princípios da economia solidária e da autogestão.

### **Sustentabilidade**

A sustentabilidade das ações da incubadora não depende da própria renda gerada por ela. Depende de projetos, convênios com o poder público e das parcerias com diferentes atores. A incubadora busca resolver as necessidades sociais ou as demandas sociais que se propõe através de projetos financiados e de parcerias, como a da SESOL (Superintendência de Economia Solidária), que disponibiliza técnicos para assessorar os empreendimentos em atividades específicas, de formação não abrangida pelos técnicos da instituição.

Da mesma forma, a população atendida pela incubadora não dispõe de recursos financeiros suficientes para contratar pesquisadores, ou instituições. Dessa forma, algumas ações são desenvolvidas em parcerias, dentro e fora da instituição na qual a incubadora está vinculada, para suprir as necessidades dos empreendimentos e para que ela possa viver pela própria capacidade ou esforço, busca-se ainda, fortalecer a autonomia da comunidade.

Para tornar duradouro e permanente o empreendimento ou negócio, faz-se necessário que se interliguem vários fatores, tais como viabilidade econômica, administrativa, social e política. Assim, a participação dos associados na construção do destino do empreendimento deve visar a autonomia, promoção econômica do grupo para a melhoria das condições de vida.

## **Sistemática, construção do conhecimento e ampliação de escala**

A sistemática compreende planejamento, aplicação e sistematização de conhecimento de forma organizada. A IBEEES está trabalhando na confecção de um material informativo da FAPESB, sobre os empreendimentos que a incubadora atuou, em forma de prestação de contas. Porém, não existe, até o momento, cartilha, manual de uso ou instruções de funcionamento para a melhor utilização da metodologia pelo público atendido, ou que se proponha a explicar a metodologia criada pela incubadora, de forma a tornar-se referência e proporcionar contato para trocas de experiências.

Quanto à construção do conhecimento, a incubadora teve papel importante na criação do Fórum de Economia Solidária do Território Litoral Sul, e este se constituiu como espaço no qual os empreendimentos são estimulados a participar de articulações que envolvem temáticas da tecnologia social e da economia solidária.

Além disso, os incubados foram convidados a trocar experiências e tecnologias entre si em oficinas e palestras dos temas, tornando possíveis novas aprendizados a partir da prática.

Em relação à ampliação de escala, segundo os parâmetros do ITS (2004), a metodologia deve gerar aprendizagens que servirão de referência para novas experiências. No caso dessa iniciativa, especificamente, trata-se de uma replicação da convergência entre a metodologia da Unitrabalho e a do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), adaptadas para atender a necessidade local. Além disso, estão documentados na incubadora, relatórios das visitas de acompanhamento, cuja análise poderá servir de base para formatação de material de consulta para outras práticas.

## **Discussão dos resultados encontrados**

Apesar de ter tido origem nos padrões da Unitrabalho e do PRONINC, a metodologia utilizada pela IBEEES foi adaptada à realidade da região e necessidades dos empreendimentos. Além disso, foi estruturada

em modelo flexível para tornar real a proposta de gerar renda, através da autogestão e da economia solidária, aos empreendimentos que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

Com base nos empreendimentos abordados neste trabalho, o traço marcante que distingue os empreendimentos, está diretamente relacionado à sustentabilidade desses, consiste na priorização da atividade e rotatividade dos membros. Enquanto na COOAFESBA a agricultura é a principal fonte de renda e seu quadro de sócios é estável, na AENV, apesar de muitas vezes a atividade de confecção ser a única ocupação rentável do associado, é vista como fonte alternativa de renda e por isso, existe uma instabilidade na formação do grupo, quando inserida outra fonte de renda na família do associado.

Vale ressaltar que o quadro da AENV é composto quase que totalmente por mulheres, sendo o único homem associado presidente da associação. E que tal situação, pode estar ainda vinculada a questões de gênero, ou seja, do papel da mulher na sociedade, que mesmo após muitas conquistas ainda encontra barreiras para seu desenvolvimento, refletindo dessa forma na tímida participação da mulher no mercado de trabalho e nas questões políticas. A nova fonte de renda mencionada pode estar relacionada à saída para outros campos de trabalho, benefício do governo ou renda do companheiro.

A compreensão do coletivo e da autogestão, de modo geral, favorece a inserção dos incubados no processo de incubação, na reavaliação da prática e planejamento das próximas etapas da metodologia para alcance dos objetivos. Contudo, existem questões que estão relacionadas à cultura e visão de mundo que devem ser levados em consideração e fazer parte da construção para esse caminho, sem perder de vista a relação da questão econômica com a dimensão social, cultural, ecológica e política.

## **Conclusões**

A IBEEES surgiu de um projeto específico para o desenvolvimento das atividades com empreendimentos econômicos e solidários. Partiu de uma demanda social diagnosticada anteriormente pela instituição a qual

a incubadora está vinculada e cujo plano de ação foi construído na relação dialógica com as comunidades atendidas.

Possui visibilidade dentro e fora da instituição de ensino na qual atua. Para o cumprimento das suas atividades, consegue articular em suas ações diferentes atores sociais, envolve governo, administração e especialistas. Contudo, ainda é tímida a participação de organismos sociais e ainda não possui inserção em rede dificultando assim, novas possibilidades de parcerias. Além disso, seria também de grande importância a existência de instruções de funcionamento para a melhor utilização da metodologia, facilitando assim sua aplicação e replicação em outros contextos.

Quanto ao potencial tecnológico, esse pode ser ampliado e estimulado através das tecnologias já existentes. Para isso, é necessário que sejam apropriadas e de conhecimento de todos, possibilitando assim que a criatividade possa dar lugar a artefatos tecnológicos baseado na adequação sócio-técnica, sem subordinação do produtor à tecnologia e relação não hierárquica, que melhorem a qualidade de vida dessas comunidades.

## Referências

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Revista Debate Internacional*. São Paulo: CUT, maio, 2000. In: NUNES, Débora. A construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador. *Bahia Análises & Dados*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 60, junho, 2002.

DAGNINO, R. *A tecnologia social e seus desafios*. In: INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004, p. 187-216.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.; NOVAES, H. *Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social*. In: INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004, p. 15-64.

DAGNINO, R.; FONSECA, R. *Economia Solidária, Incubadoras Universitárias, Cooperativas e Tecnologias: uma definição de papéis*. In: I Encontro

do Fórum e Rede de Empreendedore(as) de economia Popular e Solidária do Sul do Pará. Xinguara, julho de 2007.

FRANÇA FILHO, G.C. *A via sustentável-solidária no desenvolvimento local*. O&S. n. 45, abril/junho. 2008.

FRANÇA FILHO, G; LAVILLE, J. *Economia Solidária uma abordagem inter- nacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. *Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais*. Bahia Análises & Dados. Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, junho, 2002.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. *Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social*. In: INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004, p. 117-133.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. *Conhecimento e Cidadania*7. Incubação de cooperativas populares e de empreendimentos econômicos e solidários. (rever)

LAVILLE, J. L. (Dir.). *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

MOURA, M. S.; MEIRA, L. *Desafios da Gestão de Empreendimentos Solidários*. Bahia Análises & Dados, Salvador, v. 12, n. 1, p. 59-76, junho, 2002.

NUNES, D. *A construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador*. Bahia Análises & Dados, Salvador, v. 12, n. 1, p. 59-76, junho, 2002.

NUNES, D. *Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação*. São Paulo: Annablume, 2009.

PASSONI, I. R. *Tecnologia Social e Agricultura Familiar: semear diferentes saberes*. In: *Conhecimento e Cidadania* 4. *Tecnologia Social e Agricultura Familiar*, out. 2007, p. 14-29.

SINGER, P. *Economia solidária: possibilidades e desafios*. Revista Proposta, Rio de Janeiro, n. 88/89, p. 44-58, mar./ago., 2001.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002.



# **Estudo de viabilidade para implantação de uma cooperativa de materiais recicláveis em Santo Antônio de Jesus – Bahia**

*Max Williams Ribeiro Cardoso  
Antônio Oliveira de Carvalho*

## **Introdução**

O município de Santo Antônio de Jesus está situado na Região Sul do Recôncavo baiano às margens da BR 101, BA 024 e BA 028, com Longitude -39,10 (Oeste) e Latitude -13,20 (Sul). Possui população de 90.985 habitantes, apresentando área territorial de 259 Km<sup>2</sup> e cerca de 17. 547 domicílios particulares permanentes com materiais de potencial recicláveis coletados (IBGE, 2010).

A tradição comercial da referida cidade torna propícios estudos de viabilidade concretos voltados para a coleta seletiva, redução, reutilização e reciclagem, pois existe grande potencial de material reciclável que é inerente à atividade de comercialização de bens e prestação de serviços como embalagens e papelaria descartadas, além de outros resíduos gerados nos domicílios residenciais.

A proposta de implantação da cooperativa de materiais recicláveis em Santo Antônio de Jesus tem a perspectiva de organizar um grupo de catadores, através da coleta seletiva de materiais recicláveis. A referida cooperativa será formada por 40 cooperados e sua organização consistirá na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, carro móvel, entre outros equipamentos, para a realização da coleta, além da prestação de atendimento médico e psicológico aos beneficiários. Inicialmente, busca-se atingir os bairros de Andaiá, Maria Preta, Santa Rita, Villa Inglesa, Quitandinha, São Cristóvão no Centro da cidade.

O projeto atenderá diretamente os catadores, através da prática da coleta seletiva de materiais recicláveis e visa também beneficiar as

comunidades onde ocorrerão as atividades de coleta, seleção, armazenamento e escoamento.

Serão ofertados cursos e palestras no campo da educação ambiental para desenvolver um trabalho de sensibilização nas comunidades envolvidas, possibilitando aos seus moradores a aquisição dos conhecimentos necessários para uma participação ativa no processo com a separação dos materiais recicláveis de forma consciente e seletiva em suas residências. A implantação da Cooperativa em Santo Antônio de Jesus se dará através de parceria entre a Prefeitura Municipal, organizações da sociedade civil, sociedade empresarial e o Ministério Público.

Neste sentido, a cooperativa vislumbra favorecer, em uma esfera local, todos seus cooperados, por intermédio da educação ambiental, pensando também a perspectiva global, reduzindo a quantidade de materiais recicláveis nos espaços urbanos em questão e também buscando proporcionar a vivência rentável pautada na ética ambiental.

No Brasil, é a lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que rege o cooperativismo, ressaltando as características autênticas das cooperativas. Como devem ser formadas, a quem servir e como devem ser estruturadas (ALMEIDA, 2012). A referida lei no seu Capítulo IX, que trata dos “Órgãos Sociais”, destaca que as cooperativas devem ter Assembleias Gerais, distingue dentre estas as Ordinárias e as Extraordinárias, além do Conselho de Administração ou Diretoria e do Conselho Fiscal.

Baseados na lei nº 5.764/71, a proposta de cooperativa estruturará sua organização e corpo diretivo da seguinte forma:

a) Assembleia Geral, gerida por uma mesa composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário. b) Conselho Administrativo, órgão de administração e representação da cooperativa, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembleia Geral. Terá a incumbência de programar os planos de trabalhos e os serviços da cooperativa, coordenar as Assembleias Gerais, representar à cooperativa e controlar seus resultados, negociar e outorgar quaisquer contratos, e adquirir, vender, alienar os bens da cooperativa (com prévia aprovação da Assembléia Geral).

A administração da cooperativa será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de associados eleitos anualmente pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal terá a incumbência sobre a fiscalização das contas, das operações realizadas (volumes, qualidade e valor), dos estoques, dos materiais, dos equipamentos e outros aspectos definidos em estatuto.

Sendo assim, buscou-se inicialmente investigar a viabilidade técnica e econômica para implantação de uma cooperativa de materiais recicláveis em Santo Antônio de Jesus – Bahia. Em seguida, procurou-se identificar o potencial e a disposição das famílias envolvidas no processo de catação de materiais recicláveis no município, em organizarem-se em uma cooperativa, o potencial produtivo (Materiais recicláveis) da cidade e seus impactos ambientais, as externalidades (resultados) de caráter econômico, ambiental e social que a implantação de uma cooperativa trará para o município, além de identificar a viabilidade econômica, a partir dos investimentos necessários a sua implantação, os custos operacionais em função da sua capacidade de gerar resultados diretos e indiretos para o município.

## Coleta e reciclagem de materiais recicláveis em Santo Antônio de Jesus - BA

São considerados recicláveis aqueles resíduos que constituem interesse de transformação, que têm mercado ou operação, que viabiliza sua transformação industrial (BONFIM, 20036; GONÇALVES, 2003). Em Santo Antônio de Jesus os materiais recicláveis mais presentes nas localidades investigadas são: **Papéis Recicláveis** - Folhas e aparas de papel, jornais, revistas, caixas de papelão, formulários de computador, cartolinas, cartões, envelopes, rascunhos escritos, fotocópias, folhetos, impressos em geral, tetra pak. **Metais Recicláveis** - Latas de alumínio, latas de aço, latas de óleo, latas de sardinha, latas de molho de tomate, ferragens, canos, esquadrias, arame. **Plásticos Recicláveis** – Tampas, potes de alimentos, PET, garrafas de água mineral, recipientes de limpeza, PVC (Poli Cloreto de Vinila), sa-

cos plásticos, brinquedos, baldes. **Vidros recicláveis** - Potes de vidro, copos, garrafas, embalagens de molho, frascos de vidro.

Verificou-se também os tipos de materiais recicláveis usados no processo, que serão: **Resíduo Urbano** - Formado por materiais recicláveis em áreas urbanas, inclua-se aos materiais domésticos, os efluentes industriais domiciliares (pequenas indústria) e resíduos comerciais. **Resíduo domiciliar** - Formado pelos materiais recicláveis de atividades residenciais, contém grande quantidade de matéria orgânica, plástico, lata, vidro. **Resíduo comercial** - Formado pelos materiais recicláveis das áreas comerciais, composto por matéria orgânica, papéis, plástico de vários grupos.

Em um processo de coleta e reciclagem do material reciclável existe uma importante contribuição social, além da rentável economicamente. Segundo Sabetai (2002) das 120.000 toneladas/ dia de lixo no Brasil, cerca de 72.000, ou seja, (60%) é do tipo orgânico, o que permitiriam a implantação de um parque gerador de energia com potência de 1.080 MW, capaz de promover nos municípios uma economia da ordem de R\$ 1 bilhão por ano e cerca de R\$ 500 milhões de custos evitados de disposição final em aterros sanitários. A estimativa da economia seria, portanto, de R\$ 1, 5 bilhão/ano para o país.

Segundo dados da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Santo Antônio de Jesus, a média de coleta é de 69,2 toneladas de lixo por dia no ano de 2012, sendo que em épocas de grande movimento da cidade, como o período das festas juninas, no São João, por exemplo, esse valor se eleva, conforme se verifica na figura 01, anexo 01. Assim considerando a produção mensal (69,2 toneladas X 30 dias) tem-se uma produção de 2.079 toneladas por mês que dividida pela população (90.985 habitantes) tem-se uma produção média de lixo por habitante de 22,85 quilos.

Analisando a figura 01, no anexo 1, percebe-se que os dados denunciam uma dinâmica de crescimento, principalmente no período junino, pois se verifica que o volume de materiais recicláveis cresce consideravelmente. Para resolver o problema do aumento do volume de materiais recicláveis em tempos de festa junina a prefeitura da referida cidade desenvolve um projeto

denominado Recicla Santo Antônio, que tem por objetivo a inclusão e cidadania dos catadores(as) de materiais recicláveis e suas famílias.

As ações do projeto são desenvolvidas pela Rede Cáritas<sup>1</sup> Brasileira, em parceira com a Cáritas Alemã e União Européia. Na Bahia, o projeto é dirigido pelo Regional Nordeste 3 e são realizados pelas Dioceses de Barreiras e Amargosa.

A Secretaria municipal do Trabalho e Assistência Social coordena as ações locais. Ao todo, são 26 colaboradores, autônomos que possuem o apoio de vários órgãos da cidade. Os trabalhadores foram retirados do antigo lixão que hoje se tornou o aterro sanitário da cidade.

Segundo o responsável pela Copa Ambiental, empresa que gerencia o aterro municipal, algumas empresas da cidade pagam em média R\$ 0,04 (quatro centavos) por quilo de materiais recicláveis despejado no local, a depender do valor do contrato. Fato que torna o lixo no referido município um grande problema e também um grande potencial econômico e rentável para as comunidades beneficiárias.

Nesta perspectiva, considera-se justificável o estudo de viabilidade da referida cooperativa de catadores de materiais recicláveis, no momento em que o cooperativismo aumenta a escala de produção e produtividade, melhora o poder de barganha, reduz os custos administrativos e operacionais e os resultados retornam aos sócios de forma proporcional as suas operações (MONTANÕ, 2002). Além disso, valoriza os cooperados e suas condições de trabalho, promove a integração, cooperação, possibilita a reintegração e o compromisso educativo, social, econômico, ambiental e reduz o lixo que provavelmente teria como destino o aterro sanitário da cidade.

A proposta torna-se relevante por colaborar socialmente no sentido de contribuir com catadores e catadoras de materiais recicláveis, pensando em uma

---

1- Trata de um organismo da Igreja Católica Apostólica Romana presente em 200 países e territórios, na forma da rede Cáritas Internationalis, sediada em Roma, no Vaticano (originada em 1897). Esta rede está subdividida em sete regiões: América Latina e Caribe, África, Europa, Oceânia, Ásia, América do Norte e a chama- da MONA - Oriente Médio e Norte da África. Nessas diversas partes do globo, a Cáritas age em parceria com organismos nacionais e internacionais, com enfoque na questão da defesa dos direitos humanos e numa perspectiva ecumênica. Ela detém o status "Consultivo Geral", atribuído pelo Conselho Socioeconômico da ONU (Organização das Nações Unidas).

perspectiva de garantir e promover a transformação social de forma equitativa e sustentável, pois lixo só é lixo quando sem aproveitamento social e econômico, a partir do manejo correto, educação ambiental e da cooperação teremos este, o lixo propriamente compreendido aqui, como materiais recicláveis.

## **Economia Solidária e o Cooperativismo**

O cooperativismo está voltado para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da rentabilidade e da qualidade de vida dos cooperados. Preconiza o entendimento do trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica (ROCHA, 2012).

Neste contexto, a solidariedade pressupõe fazer algo em conjunto, em espírito comunitário e associativo para além de interesses particulares. Nas relações de economia solidária bens e serviços são produzidos e distribuídos, ou seja, uma vez realizada a produção, é iniciado o movimento de solidariedade para compartilhar os resultados da produção coletiva. A solidariedade se concretiza a partir dos resultados obtidos na atividade econômica.

Procura-se inserir a cooperativa de materiais recicláveis na ótica do cooperativismo, e sua atuação estará atrelada a uma gama de normas que orientam como será o relacionamento entre a cooperativa e os cooperados. Assim abarcamos como princípios a perspectiva da adesão voluntária e livre, a gestão democrática, participação econômica transparente e compartilhada com os membros cooperados, valorização da autonomia e independência, educação ambiental em uma dimensão de formação continuada.

Para tanto, os membros da cooperativa terão sua participação concebida em uma lógica de direitos e deveres. Sendo de direito dos cooperados: votar e ser eleito, participar de todas as operações da cooperativa, receber retorno proporcional ao seu trabalho no fim do ano, examinar livros e documentos, convocar a assembleia caso seja necessário, solicitar esclarecimentos ao Conselho de Administração, opinar e defender suas ideias, propor ao conselho medidas de interesse da cooperativa.

Os cooperados terão deveres para com a cooperativa, como participar das assembleias da cooperativa, entregar toda a sua produção à cooperativa, acatar a decisão da maioria, votar nas eleições, manter-se informado a respeito da cooperativa, denunciar falhas, acompanhar os eventos de educação ambiental.

Nesta ótica de direitos e deveres, a cooperativa deverá se orientar por meio de produção que adorne a rentabilidade econômica com economia solidária. Segundo Layargues (2005), a solidariedade na economia só pode existir pela organização igualitária dos que se associam para produzir, poupar, trocar e consumir. A cooperativa deverá se estruturar nessa lógica de produção solidária, na qual todos teriam a mesma parcela de capital e o mesmo direito de voto em todas as decisões. Com isso, o modo de produção cooperativo e solidário tem como princípios básicos a rentabilidade, propriedade coletiva do capital e o poder decisório compartilhado.

A cooperativa buscará o desenvolvimento sustentável global e coletivo. Nessa procura, torna-se imprescindível o comprometimento de todos, com a realização das atividades, empenhados, concentrando esforços para concretizar um projeto que objetiva o bem comum.

Inicialmente, os catadores deverão ser orientados para desenvolver uma consciência crítica quanto ao projeto, contribuindo com sugestões e perspectivas para o empreendimento. Busca-se também realizar as eleições, eleger representantes e promover oficinas de formação junto aos catadores.

Torna-se de fundamental importância a parceria com o comércio local, condomínios e a elaboração do plano de coleta. Para tanto, a cooperativa deve construir parcerias com empresas, estipulando horário e dia da semana para coleta seletiva. Assim pretende assegurar a coleta do material reciclável e adquirir dados para elaboração do roteiro de coleta (GRIMBERG; BLAUTH, 1998). Para tanto, se formalizará a elaboração de um termo de parceria, executando visitas constantes às empresas e ordenando uma contrapartida por intermédio da disponibilização do selo Amigo do Meio Ambiente<sup>2</sup>.

---

2- O referido selo consiste em premiação pelo conjunto de ações por parte de grupos sociais ou organizações empresariais que realizam feitos e pesquisas em prol da manutenção do meio-ambiente.

Busca-se a implantação da cooperativa com base na nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, que esta ancorada na lei federal nº 12.305/2010. Esta estabelece ao setor público e privado uma nova maneira de manejar a produção de materiais recicláveis. A referida lei vigora desde agosto do ano de 2010, nela estão previstos os tipos de serviços, bem como a destinação final dos materiais recicláveis.

Técnicas como coleta seletiva, reciclagem e logística reversa formam a base desta estrutura, que se fortalece no conceito de responsabilidade compartilhada, modelo de obrigações que reúne todos os elos da cadeia produtiva, visando garantir melhorias para o meio ambiente e a sociedade.

Em santo Antônio de Jesus, já existe a lei que garante estas relações locais, decorrente em razão do contido no art. 175 da Constituição Federal e nos artigos 16, inciso VII, alínea “f” e 275 da Lei Orgânica do Município e pelas normas gerais constantes da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, complementada pelas Leis Federais nº 9.074, de 07 de julho de 1995, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, pelas normas da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e ainda pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, pela Lei Municipal nº 1.071, de 22 de novembro de 2010, que autoriza o Poder Executivo do referido Município a conceder o serviço público de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos (SUED, 2012).

A cooperativa em questão procura se apoiar nesta legitimação orquestrada sob a luz das leis supracitadas, assegurando a coleta do material reciclável, ampliando a formação de multiplicadores sensibilizados com a proposta do projeto, juntamente com as instituições parceiras.

Sendo assim, para formar disseminadores, busca-se a realização de cursos de capacitação e treinamento prático, com três meses de duração, que atenderá as seguintes metas:

- Capacitação dos 40 catadores, com foco a entender e operar a Cooperativa de materiais recicláveis;



- A capacitação será realizada pela Prefeitura municipal e a CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem<sup>3</sup> –, que desenvolve material didático de apoio aos cursos de capacitação também nesta área;
- Realização aulas didáticas com os 40 catadores sobre a Educação Ambiental e o gerenciamento financeiro da cooperativa, de maneira a torná-la autossustentável;
- Instrução sobre como utilizar os equipamentos: bota de couro, luvas de PVC cano longo, máscaras de proteção, protetor auricular;
- Os catadores receberão apoios técnicos, psicológicos, sociais e assistenciais, desde aulas, cursos de capacitação à exigência da manutenção dos filhos na escola;
- Instrução de como selecionar, classificar e tratar os resíduos para a comercialização de forma técnica. Como também desenvolver ações estratégias comerciais, que minimizem a atuação de atravessadores.
- Os catadores, por intermédio da cooperativa estarão angariando importantes conquistas como o reconhecimento e a valorização do seu trabalho, obtendo melhoria nas condições de trabalho, bem como aumento do valor de venda dos recicláveis, como alumínio, metal e aço que são repassados diretamente para a indústria, quebrando a rede com o atravessador.
- Realização de palestras e distribuição de folhetos informativos, com instalação de recipientes apropriados para realização da coleta seletiva nos bairros Andaiá, Maria Preta, Santa Rita, Quitandinha, Villa Inglesa e São Cristovão, no Município de Santo Antônio de Jesus – BA;

O plano de organização da coleta será efetuado valorizando a manutenção do horário de coleta e o compromisso dos parceiros. A divulgação do plano de coleta para os envolvidos no processo será realizada por um informativo circular, com dias da semana e horário de coleta.

Esta forma de organização será discutida e posta em prática a partir do envolvimento e sensibilização da comunidade envolvida, dos debates e discussão gerando a participação e consequentemente o bom funcionamento através de lideranças fortes e influentes na comunidade beneficiária. Alves e Silva (2001) ponderam que, o sucesso e a sobrevivência das cooperativas estão alicerçados no saber das lideranças.

---

3- O Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE) é uma associação sem fins lucrativos dedicada à promoção da re- ciclagem dentro do conceito de gerenciamento integrado do lixo. Fundado em 1992, o CEMPRE [cempre.org.br/cempre\\_institucional.php](http://cempre.org.br/cempre_institucional.php)>. Acesso em: 10. Outubro. 2012.

De acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), as cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. Elas se baseiam em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade e, seus princípios históricos e suas características legais, têm como um de seus aspectos marcantes a forma como a gestão dos seus negócios é realizada. Via de regra, as eleições da diretoria e dos conselhos das cooperativas ocorrem através do voto direto dos seus cooperados, que também participam das assembleias para tomada de decisões e prestação de contas. A gestão das cooperativas também é associada à sua autogestão, colocando a participação como questão central na condução dos negócios das cooperativas.

Nesse sentido, a cooperativa será estruturada administrativamente por fatores explicitados na liderança democrática, compartilhada, participativa e comprometida. O crescimento das cooperativas está ligado às políticas de gestão adotadas pelas mesmas, focando uma administração profissional, pautada em planejamento, treinamento de pessoal em seus mais diferentes escalões, capacitação e agregação de valor, além da prática do espírito cooperativista.

A administração e gestão da cooperativa são de responsabilidade dos seus cooperados que participam numa perspectiva de autogestão, com a postura de assumir não somente a administração coletiva de sua cooperativa, mas igualmente a responsabilidade pelo sucesso e pelo fracasso do esforço comum. A autogestão, portanto, exige não somente um esforço físico, de presença na cooperativa ou na assembleia, mas, sobretudo, uma participação ativa e intelectual, explicitando opiniões e contribuindo com o desenvolvimento da cooperativa.

A garantia de ações continuadas no setor de aproveitamento dos materiais recicláveis prevalece com a existência da política de gestão participativa e o compromisso de instituições sociais solidamente firmadas para mantê-la. A participação da sociedade é componente indispensável nesta empreitada.

Estas ações, que integra e sociabiliza pessoas também em estado de vulnerabilidade social, nos conduz a visualizar uma tecnologia social de gestão dos materiais recicláveis, pois a fundação Banco do Brasil considera tecnologia social com todo produto, método, processo ou técnica, criado para resolver problemas sociais e que atenda às questões de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e reapplicabilidade) e impacto social de forma comprovada (PENA; MELLO, 2004).

Não se torna surpresa que as tecnologias sociais podem aliar os saberes populares e os conhecimentos técnico-científicos como forma de gestão nos empreendimentos. Percebe-se que a proposta de cooperativa destacada neste trabalho possui características que se adéquam a esta realidade. Para Gushiken (2004, p.13),

falar em tecnologias sociais é abordar processos que, ao mesmo tempo, se inserem na mais moderna agenda do conhecimento e na mais antiga das intenções – a superação da pobreza. É falar do resultado concreto e inovador do trabalho de pessoas que resolveram problemas inspiradas pela sabedoria popular e com o auxílio de pesquisadores. É também falar de produtos de organizações da economia solidária que se inserem num circuito econômico cada vez mais significativo.

Evidencia-se assim a urgência em se adotar um sistema de manejo adequado dos materiais recicláveis, definindo inicialmente uma política para o tipo de gestão e o gerenciamento destes, que assegure a melhoria continuada do nível de qualidade de vida dos envolvidos, promovendo práticas recomendadas para a saúde pública e projetando o meio ambiente numa perspectiva sustentável. Nesse sentido, trata-se de uma inovação em tecnologia social a forma da gestão de materiais recicláveis elencada neste trabalho, com distribuição mais igual da renda, garantindo a todos envolvidos a aprendizagem, a autogestão e a cooperação mútua entre os participantes.

Esta proposta dialoga ainda com a conclusão de Sabetai (2002), reiterando que o papel é o reciclável de maior peso, seja na economia possível (38%), seja na obtida (60%), ou na perdida (33%). Segue-se o plástico, cuja contribuição alcança 57% da economia possível e 33% da obtida. Essas variações entre o papel e o plástico devem-se, em grande parte, ao maior índice de reciclagem alcançada pelo primeiro.

Assim, destacamos os seguintes pontos deste trabalho: identificar se a coleta seletiva, no contexto do processo de reciclagem de resíduos sólidos é economicamente viável em Santo Antônio de Jesus, principalmente por ser uma atividade pouco explorada no município e região e a contribuição efetiva do projeto para valorização e o desenvolvimento sustentável com a sociedade e o com o meio ambiente, como uma tecnologia social que pode ser replicável em outras localidades.

## Referencial teórico

A produção de materiais recicláveis é inerente à condição humana. Não há como não produzi-los, mas sim, diminuir esta questão, reduzindo o desperdício, reutilizando sempre que possível e separando os materiais recicláveis através da coleta seletiva.

Os problemas sociais agravam-se muito na contemporaneidade, o consumismo desenfreado, individualismo e a falta de cooperação conjunta são comportamentos que acompanham o padrão cotidiano de vida das pessoas.

As transformações no campo social repercutem na forma de entender e aceitar a sustentabilidade. Carvalho (2003, p. 169 -170) reforça essa ideia, afirmando:

Fica mais que evidenciada a fragilidade dos valores humanos e dos princípios ambientais diante do Poder e dos interesses econômicos. A sociedade civil terá que encontrar meios para criar uma blindagem mais resistente às argúcias e artimanhas do Poder Econômico que se transmudou na verdadeira razão de Estado, quando não o próprio Estado. Porém, estes percalços, além de outros tipos inevitáveis de oposição, são que nos devem estimular a manter a consciência de que a ideologia de um Direito solidário e de Justiça para todos, que se encontra cristalizada no Direito Ambiental, só será realizável se buscarmos a mobilização das energias éticas do cidadão, numa participação que significará um ato vigoroso do comprometimento de sua consciência moral.

A organização das cooperativas de reciclagem pode atuar em uma perspectiva que contemple a ética ambiental e a consciência moral descritas acima, sobretudo contribuindo com o social e a sustentabilidade do planeta.

Segundo Gonçalves (2003), existe a pedagogia dos 3 R's, que significa Reduzir, Reutilizar e Reciclar. Essa proposta pressupõe que é necessário reduzir o desperdício, reutilizar, antes de jogar fora, e reciclar, ou seja, separar para a reciclagem. Dentro dessa perspectiva, a coleta seletiva se configura como elemento fundamental para o complemento do ciclo da reciclagem.

Ao ressaltar a importância da coleta seletiva, evidencia-se o papel vital do catador para manter o ciclo. O catador é um sujeito que, historicamente, tira do material reciclável o seu sustento, tanto pela coleta seletiva junto a alguns parceiros que doam o seu lixo, quanto à busca de seus recicláveis selecionados na fonte.

Gonçalves (2003, p. 35) ressalta que:

Com esse trabalho, a companhia de limpeza urbana deixa de pegar uma quantidade significativa de lixo que seriam coletados e dispostos em aterro ou lixão. O trabalho do catador se configura como um serviço à natureza e a população, já que esses materiais coletados vão evitar o consumo de matéria prima virgem, recursos naturais esgotáveis, além da economia com coleta e disposição final. Estes são atores históricos da gestão dos resíduos nas cidades e da cadeia produtiva da reciclagem e merecem políticas públicas que fortaleçam seu perfil empreendedor e ecológico.

Existem diversos tipos de catadores, dentre eles os trecheiros, que vivem no trecho entre uma cidade e outra, catam lata para comprar alimentos. Também os catadores do lixão, que catam diuturnamente, fazem seu horário, catam há muito tempo ou só quando estão sem outros serviços, como o de obra, pintura, entre outros. Os catadores individuais catam por si, preferem trabalhar independentes, puxam carrinhos muitas vezes emprestados pelo comprador que é o sucateiro, mas todos podem se configurar em empreendedores, se forem devidamente assistidos.

Segundo Melo Neto e Froes (2002, p 45), “o empreendedorismo social não busca apenas o lucro, mas sim a transformação social”. Logo, entendemos aqui que os catadores, seja qual for a categoria pertencente, são também empreendedores na cadeia produtiva de reciclagem de materiais recicláveis.

É importante salientar que o cooperativismo pode contribuir para melhorar as relações de trabalho e também, a condição social e econômica de seus agentes cooperados diretamente.

Vieira (2012, p. 02), pondera que,

se a economia não oferece oportunidade legal para a sobrevivência de pessoas que estão em condições de desigualdade social, elas encontraram no cooperativismo uma forma de viver com solidariedade, potencializando ações de pessoas simples em empreendimentos com objetivos econômicos, resgatando a cidadania e promovendo o desenvolvimento regional.

Nesta perspectiva social, torna-se pertinente as vantagens de criar uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. O cooperativismo aumenta a escala de produção e produtividade, melhora o poder de barganha, reduz os custos administrativos e operacionais, os resultados retornam aos sócios de forma proporcional as suas operações. Além disso, valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho, promove a integração, cooperação, possibilita a reintegração e o compromisso educativo, social, econômico, ambiental e reduz o lixo que iria para o aterro sanitário.

Mas, em todos os empreendimentos, ou seja, em todas as atividades econômicas realizadas pelas diferentes organizações populares a ideia de risco é uma realidade, podem dar certo, conduzindo aos objetivos previstos, ou podem dá errado. O estudo de viabilidade é a análise detalhada, que tem dois objetivos básicos, que é o de identificar e fortalecer as condições necessárias para o projeto dar certo e identificar e tentar neutralizar os fatores que podem dificultar as possibilidades de êxito do mesmo.

Para Kraychete (2012, p. 02),

o estudo de viabilidade indica as condições para que os objetivos que nos propomos alcançar dependam mais das nossas próprias ações do que da sorte. É cla-

ro que a sorte sempre ajuda, principalmente diante de situações imprevistas. Uma característica essencial: o estudo de viabilidade deve ser feito antes de se iniciar a atividade. Embora possa parecer uma observação óbvia, convém enfatizá-la, pois, na maior parte das vezes, não é isso o que normalmente vem ocorrendo na prática cotidiana dos grupos.

Neste sentido, para se realizar um estudo de viabilidade é necessário conhecer muito bem a atividade que se pretende implantar e sua realidade. Torna-se de fundamental importância pensar previamente sobre os aspectos variados que envolvem a atividade pretendida. Com isso, aumenta-se a possibilidade de sucesso da proposta, evitando os problemas que podem surgir em longo prazo.

Esta discussão teórica é de fundamental importância, pois atende aos objetivos e perspectivas deste trabalho. Sendo assim, está lançado o embasamento teórico-conceitual que servirá de guia para desenvolver este trabalho.

## **Metodologia**

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, a metodologia de investigação foi encaminhada pelo método dialético que segundo Gil (2010 p. 13), “tem como princípio norteador o diálogo e o entendimento da existência de contradições em qualquer conjunto de relações humanas”, objetivando analisar o contraditório das diferentes visões. A pesquisa de dados para construção do trabalho seguiu o modelo de pesquisa exploratória, que conforme pondera Gil (2010 p. 27), tem a finalidade de “esclarecer conceitos e ideias e possui menor rigidez”. Assim, a mesma constou em duas etapas: a primeira foi desenvolvida com a utilização de fontes primárias através da realização de trabalho de campo, no intuito de obter-se informações com a profundidade necessária, para esta etapa foram realizadas entrevistas com a utilização de formulário semiestruturado com agentes beneficiários, ou seja, 40 catadores; empresários locais, secretários municipais e 200 moradores dos bairros envolvidos. A segunda constou

da obtenção de dados secundários a partir de pesquisa bibliográfica sobre os temas cooperativismo, meio ambiente e viabilidade econômica, além da legislação pertinente a área e as políticas públicas de financiamento dos governos federal, estadual e municipal.

Os dados obtidos foram tratados utilizando-se o modelo de análise multivariada para obtenção das informações que atendam aos objetivos deste trabalho.

## Resultados e discussão

Ao realizar um diagnóstico preliminar dos possíveis cooperados, buscou-se informações acerca da sua renda, nível de instrução, se cadastrados em benefícios do governo, dentre outros dados do seu contexto.

De acordo com os dados da pesquisa de campo realizada em 2012, dos 40 catadores presentes, 38 é do sexo feminino e residem na Comunidade do Salto da Onça, zona rural da referida cidade. Todos se encontram cadastrados no programa bolsa família do Governo Federal. Verificou-se ainda, conforme informações prestadas pelo presidente da Associação de moradores e catadores de materiais recicláveis, que 70% dos catadores de materiais recicláveis que atuam no Aterro Sanitário da cidade de Santo Antônio de Jesus residem em Salto da Onça.

O nível de instrução dos catadores é baixo, 80% possuem apenas o ensino fundamental, 20% são indivíduos analfabetos e semianalfabetos. A maior parte das mulheres deixam seus filhos pequenos em casas de parentes e amigos para coletarem os materiais recicláveis.

Desenvolvendo uma pesquisa em Santo Antônio de Jesus, Rabêlo (2012, p. 11), afirma que

existem famílias em que todos os membros trabalham no Aterro Sanitário. Parte dos presentes sentem-se discriminados por serem catadores omitindo muitas vezes que exercem esta função principalmente quando necessita efetuar compras e dar referências sobre



a atividade laboral. Esse fato se revela principalmente no público mais jovem conforme a fala do catador Cosme: “Somos discriminados, mas se tivesse reciclagem seríamos valorizados”. Já os catadores mais idosos sentem orgulho de realizar a separação dos resíduos sólidos uma vez que é a fonte de sobrevivência. Foi revelado que o bairro apresenta alto índice de alcoolismo entre os membros da comunidade principalmente os homens e consideram a comunidade desunida e desarticulada mesmo com a presença da Associação de Moradores e Catadores.

Torna-se necessário a implantação da cooperativa em questão numa perspectiva social e econômica, fazendo com que a comunidade participe e se organize em prol do crescimento de todos os envolvidos. Quando se fala em empreendedorismo social, entendemos uma nova realidade e um novo paradigma. Assim, o objetivo não é mais o negócio do negócio. Trata-se, agora do negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado na sua estratégia (BRUNI, 2008).

Os catadores podem deixar de ser necessitados e vulneráveis socialmente e tornarem-se empreendedores na cadeia produtiva de materiais recicláveis (RABÊLO, 2007). A análise organizacional do empreendedorismo no terceiro setor demanda a compreensão de uma realidade que não dista muito da lógica de análise do mundo empresarial, mas integra perspectivas sociais e, ao mesmo tempo, econômicas (BONFIM, 2003; VOLTOLINI, 2004; CARVALHO, 2011).

Segundo o administrador do aterro sanitário da empresa Copa Engenharia Ambiental de Santo Antônio de Jesus, a média da coleta de lixo por mês é de 1.800 toneladas, sendo que em épocas de grande movimento na cidade esse valor aumenta significativamente.

Entre os itens recicláveis mais comuns estão plástico, papel, papelão. O metal e o alumínio são adquiridos por terceiros desvalorizando o trabalho dos catadores.

Segundo os catadores entrevistados, além de se ter uma concorrência grande entre os compradores, os mesmos se articulam para pagar um preço

injusto aos produtos coletados. Eles ressaltam ainda que os materiais mais valorizados são a garrafa PET, plásticos diversos, papel, papelão e os metais.

Buscou-se estudar o recorte espacial composto pelos bairros de Andaiá, Maria Preta, Santa Rita, Villa Inglesa, Quitandinha, São Cristóvão no Centro da cidade, pois estes bairros contribuem segundo o administrador do aterro sanitário Copa Ambiental, com em média 220 toneladas por bairro. Sendo assim, corresponde ao total de 1.320, representando 74% do lixo produzido em toda a cidade neste espaço de tempo.

Os supracitados bairros possuem a maior concentração de condomínios da cidade, com aproximadamente 20.000 (vinte mil) habitantes. Logo foram aplicados 200 questionários nestes locais, ou seja, uma amostra de 10% que é relevante para a análise do potencial do mercado fornecedor de materiais recicláveis. Entende-se que a comunidade também será beneficiada ambientalmente, participando da coleta seletiva, entretanto, os agentes beneficiários serão os 40 catadores, estes se encontram em estado de vulnerabilidade social e econômica.

Os moradores dos bairros possuem nível escolar e renda elevados. Com relação ao grau de escolaridade, 25% concluíram o 1º grau, 45% têm o 2º grau completo e 30% dos entrevistados já concluíram o 3º grau, não encontrando analfabetos nestes locais. Conforme o Imposto Territorial Urbano – IPTU, estas localidades possuem valor venal (valor patrimonial de referencia para pagamento do imposto) mais elevado do município. Foram utilizados esses dados, pois é entendido que quanto maior a renda per capita maior é a geração de materiais recicláveis, o que foi confirmado através da pesquisa de campo (2012), que identificou a renda familiar dos entrevistados, com 43% das pessoas possuindo renda familiar em torno de 1 a 5 salários mínimos e os demais acima de cinco salários. Constatou-se que são pessoas das classes A, B e C.

Buscou-se analisar a participação da comunidade no que diz respeito ao gerenciamento dos materiais recicláveis nas residências dos bairros focados. Assim, questionou-se aos entrevistados sobre a regularidade da coleta do lixo e a periodicidade da separação dos mesmos por parte deles.

Obteve-se como resposta um resultado positivo de 100% de regularidade da coleta de lixo por parte do poder público. Com relação à separação dos materiais recicláveis nas residências, 90% dos entrevistados responderam que raramente fazem a separação, sendo que 10% não se manifestaram sobre esta inquietação.

Os entrevistados demonstraram certa preocupação com os resíduos gerados a partir do consumo, ou seja, 49% destes, afirmam analisar os produtos antes da compra e 51%, ainda não demonstram esta preocupação.

Questionou-se sobre a visão que eles têm em relação aos catadores de materiais recicláveis e 97% responderam que estas pessoas estão sempre à margem da sociedade, enfrentando dificuldades no que tange a inserção no mercado de trabalho, representados de maneira negativa e pouco prestigiada.

Interrogou-se os moradores acerca de uma possível adesão ao projeto de coleta seletiva e obteve-se resultado positivo, 90% dos entrevistados garantiram que fariam sempre a separação dos materiais recicláveis do tipo seco (recicláveis) e do lixo úmido (orgânico). Entende-se que o nível escolar e a boa instrução contribuem para a compreensão e mudança de atitude, pois entende-se que indivíduos mais conscientes e instruídos educacionalmente podem contribuir de forma significativa, aderindo ao projeto e promovendo o seu bom andamento.

Miranda e Joia (2012, p. 01), reforçam esta ideia quando afirmam:

Prevalece a maior predisposição dos moradores para a separação dos resíduos e para a colaboração com os programas de coleta seletiva quanto maior for o grau de escolaridade. Estas informações servem como subsídio para as empresas locais e a Prefeitura Municipal para a implantação de campanhas de educação ambiental e de programas de coleta seletiva.

Fica evidente, baseando-se nas supracitadas afirmações, que o público dos bairros supracitados também possui maiores possibilidades de aderir ao projeto, além de garantir a educação ambiental para as futuras gerações, por isso a proposta da referida cooperativa deve contemplar um projeto pedagógico de educação ambiental inicialmente, visando garantir

conhecimentos fundamentais deste segmento, tanto para os 40 catadores envolvidos quanto para os moradores dos bairros com maior potencial de materiais recicláveis da cidade.

### **Análise de viabilidade econômica**

Foi constatado através da pesquisa de mercado realizada em (2012) que existe valor significativo para os materiais recicláveis bem tratados em suas diversas modalidades, o alumínio e o metal que são adquiridos pelos atravessadores da referida cidade agora poderão ser incorporados ao processo produtivo da cooperativa, agregando maior poder de produção.

Buscou-se identificar a quantidade de materiais junto ao administrador do aterro sanitário e obtivemos uma estimativa de receita mensal aproximada de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) para o papel e papelão. Ou seja, uma média mensal de 85 toneladas e um valor por tonelada de R\$ 200,00 (duzentos reais).

O plástico que é o segundo produto em destaque possui uma receita mensal de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais). Uma média mensal de 23 toneladas e um valor por tonelada de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

A expectativa da receita mensal aproximada para o alumínio é de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Uma média mensal de três toneladas e um valor por tonelada de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Para o aço a receita mensal é de aproximadamente R\$ 300,00 (trezentos reais). Uma média mensal de seis toneladas e um valor pago de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por tonelada.

O vidro terá uma receita mensal aproximada de R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais), uma média de 13 toneladas e um valor pago por tonelada de R\$ 40,00 (quarenta reais). Sendo assim, a receita mensal da cooperativa está estimada em R\$ 33.820,00 (trinta e três mil oitocentos e vinte reais).

Analisando os custos necessários para o investimento na implantação da cooperativa, conforme apresentado da Tabela 1 no anexo 2, que inclui a aquisição de Equipamentos, Fardamento e

Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e as despesas operacionais conforme apresentadas na Tabela 2, anexo 02 tem-se:

- Investimento Inicial: R\$ 139.652,00
- Receitas mensais: R\$ 33.820,00
- Despesas operacionais: R\$ 4.374,50
- Resultado Líquido Mensal R\$ 29.445,50

Considerando, conforme pondera Carvalho (2011) que as potenciais fontes de financiamento para custeio da implantação não requerem retorno sobre o capital investido por se tratar de fontes públicas tais como: Fontes estaduais, através das políticas de Economia Solidária, de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza; de Desenvolvimento e Ação Regional e de Apoio as Tecnologias Sociais; Fontes federais, através das políticas de Desenvolvimento Social, de Economia Solidária e de Combate a Pobreza Extrema. E ainda de fontes privadas mediante parcerias ou doações de fundo não reembolsável por empresas através das políticas de responsabilidade social. Não se faz necessário avaliar o retorno sobre o investimento e sim o impacto econômico gerado diretamente ao público beneficiário e o resultado social gerado para a sociedade.

Se consideramos um cenário pessimista, aplicando-se de teste de sensibilidade a partir da projeção de 20% (vinte por cento)<sup>4</sup> de aumento das despesas operacionais e redução de percentual idêntico das receitas temos:

- Receitas mensais: R\$ 27.056,00
- Despesas operacionais: R\$ 5.249,40
- Resultado Líquido Mensal: R\$ 21.806,60

Assim, mesmo com uma análise pessimista os dados apontam o potencial de geração de receita líquida mensal aproximada de R\$ 21.806,60 (vinte e um mil, oitocentos e seis e sessenta centavos) que, divididos por 40 cooperados renderá uma receita unitária inicial de aproximadamente R\$ 545,16.

---

4- O percentual de 20% utilizado para realização do teste de sensibilidade extrapola o padrão usual de 10%, a escolha deste percentual visa submeter o empreendimento a uma análise extremada.

Considerando-se que o beneficiamento (seleção, prensagem, acondicionamento) agregará valor aos produtos, que o beneficiamento permitirá a apuração de uma produção maior e, a existência de estrutura de transporte possibilitará ao empreendimento libertar-se de atravessadores e explorar melhores mercados, estima-se uma elevação da receita em decorrência destes fatores na ordem de 30%, assim o empreendimento será capaz de gerar receita per capita aproximada de R\$ 956,00/mês em um cenário realista e de R\$ 708,00/mês em um cenário pessimista.

Além da receita gerada, deve-se considerar outros benefícios que a formação de uma cooperativa pode proporcionar aos catadores, tais como:

- Segurança física: em virtude da disponibilização e utilização obrigatória de EPI's;
- Garantia de renda permanente: em caso de afastamento do trabalho por doença ou necessidade justificada o cooperativado garantirá o recebimento de sua participação nas receitas e garantindo o seu sustento e de sua família;
- Capacitações: a partir de parcerias, a cooperativa poderá oferecer cursos de capacitação em áreas prioritárias de escolha do grupo.

Nesta perspectiva, é possível constatar que, além do impacto social gerado (sociabilização, integração, mobilização, politização, cooperação, dentre outros aspectos) da contribuição ambiental/ ecológica (redução do lixo na cidade, criação de mobilização em torno da seleção e reciclagem) e da economia gerada aos cofres públicos pela redução de custos de manutenção do aterro sanitário (não estimado por ausência de dados concretos), o empreendimento apresenta potencial de viabilidade econômica, tanto para sua sustentabilidade (manutenção de custos operacionais) quanto para geração de renda para as famílias beneficiárias.

Considerando-se a possibilidade do estabelecimento de parcerias com o poder público local, com as empresas locais que possibilitem o custeio de determinadas despesas operacionais, bem como doação do espaço e a construção de um galpão para funcionamento do empreendimento<sup>5</sup>, o potencial econômico e social do empreendimento torna-se ainda mais elevado.

---

5- Item não considerado na análise de investimentos em virtude de considerar-se como obrigatoriedade da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus a sua disponibilidade.

## Conclusões

A coleta seletiva e a reciclagem dos materiais recicláveis doméstico apresentam, normalmente, um custo mais elevado do que outros métodos conhecidos, entretanto com parcerias entre o poder público, agente privado e órgãos governamentais sempre há possibilidades de se minimizar e poder incluir pessoas em estado de vulnerabilidade social em novas perspectivas de trabalho. Cooperativas de reciclagem organizadas podem reduzir os custos da prefeitura com aterros sanitários, bem como garantir emprego para os envolvidos no processo.

É importante refletir que o objetivo principal da coleta seletiva não é somente gerar recursos, mas amortizar o volume de lixo na cidade, gerando ganhos ambientais e sociais numa perspectiva integradora e sustentável.

O recorte espacial composto pelos bairros de Andaiá, Maria Preta, Santa Rita, Villa Inglesa, Quitandinha, São Cristóvão no Centro da cidade contribui de fato com 74% dos materiais recicláveis produzidos por mês em toda a cidade. Esta realidade ressalta a importância de se ter, neste público alvo, a parceria adequada para as possibilidades de educação ambiental e coleta seletiva.

Este trabalho proporcionou o entendimento de que o investimento é viável, a partir do estudo sintetizado, e sistematizado dos processos de levantamento de custos operacionais, bem como a estimativa de receita no empreendimento. Ficou claro que esse novo cenário revela as perspectivas para além da implantação, se mostrando favorável, uma vez que a receita de produção R\$ 33.820,00, que mesmo na situação atual (sem a estimativa de incremento de 30%) se sobressai mediante as despesas operacionais R\$ 4.374,50, além das parcerias para o bom andamento do empreendimento cooperativista.

O trabalho também apontou para o entendimento de uma nova tecnologia social de gestão de materiais recicláveis, logo uma tecnologia social. Os envolvidos no processo de forma organizada poderão usufruir de distribuição mais igual da renda, tendo aprendizagem e assistência psicológica, construindo uma perspectiva de autogestão, bem como a cooperação mútua entre os mesmos.

Conclui-se afirmando que a análise da viabilidade de um projeto de investimento, antes de sua implantação é imprescindível para que o mesmo alcance bons resultados a fim de evitar-se projeções errôneas e a decepção da mortalidade do empreendimento e dos sonhos e expectativas neste depositado.

Recomenda-se as seguintes ações a) elaboração de projeto técnico para captação dos recursos financeiros necessários à implantação da cooperativa junto a fontes públicas e privadas; b) ações de mobilização do governo municipal, das empresas locais e famílias das áreas de coleta para obtenção das condições necessárias à implantação e ao pleno funcionamento das ações propostas pela cooperativa.

## Referências

ALMEIDA, Rodrigo Manso de.; BALDE, Ronelson Furtado. A Constituição de Cooperativas e seus Impedimentos Normativos. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.uem.br/artigos/pdf1.pdf>>. Acesso em: 12. Abril. 2012.

ALVES, Maria Odete; SILVA, Tereza Cristina Holanda Crispim. Novo cooperativismo: Marketing em Cooperativas. Banco do Nordeste do Brasil. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 11Jan. 2010.

BONFIM, L. Elaboração de projetos para o terceiro setor: entre a criatividade e a lógica. In: CARVALHO, Carlos Gomes de. O que é direito ambiental: dos descaminhos da casa à Harmonia da Nave. Florianópolis: Habitus, 2003, p. 169 a 170.

BRUNI, Adriano L. Avaliação de Investimentos. São Paulo: Atlas, 2008.

CARVALHO, M. C. B. Avaliação de projetos sociais. In: ÁVILA, C. M. Gestão de projetos sociais. São Paulo: AAPCS, 2003.



CARVALHO, Antônio O. Avaliação de investimentos em projetos sociais. VI Congresso Nacional de Gestão de Projetos CNGP, Salvador: PMI-Bahia, 2011.

GONÇALVES, Pólita. A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e Econômicos. São Paulo: DP& A Lamparina, 2003.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas da pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

GRIMBERG, Elizabeth,; BLAUTH, Patrícia. Coleta Seletiva: Reciclando materiais, reciclando valores. São Paulo: Instituto Polis, 1998.

GUSHIKEN, Luiz. Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República. In: DAGNINO, R. et al. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 13 a 14.

KRAYCHETE, Gabriel. Como fazer um estudo de viabilidade econômica. Disponível em: < <http://www.capina.org.br/download/pub/ve1997.pdf>>. Acesso em: 14. Maio. 2012.

LAYARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. São Paulo: SEGE, 2005.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Quality-mark, 2002.

MIRANDA, E. P.; JÓIA, P. R. A educação ambiental inserida na produção de resíduos sólidos domiciliares urbanos de Aquidauana-MS. Disponível em: < [http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/resumos/asperc-tos/pdf/socio/202SC\\_Miranda\\_1\\_OK.PDF](http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/resumos/asperc-tos/pdf/socio/202SC_Miranda_1_OK.PDF)>. Acesso em: 11. Agosto. 2012.

MONTANÓ, C. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

PENA, Jacques de Oliveira.; MELLO, Claiton José. Tecnologia social: a experiência da Fundação Banco do Brasil na disseminação e reaplicação de soluções sociais efetivas. In: DAGNINO, R. et al. Tecnologia social: uma

estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 83 a 87.

RABÊLO, Olivan S. Fazendo gestão integrada de resíduos sólidos urbanos junto aos catadores de lixo da cidade de Santo Antônio de Jesus. Trabalho de mestrado em cultura, memória e desenvolvimento regional apresentado em 2007.

RABÊLO, Olivan S. Gestão integrada e sustentável de resíduos sólidos urbanos: análises e perspectivas em cidade média do Estado da Bahia, Brasil. Disponível em: < [http://fich.unl.edu.ar/CISDAV/upload/Ponencias\\_y\\_Posters/Eje08/da\\_Silva\\_Rabelo\\_Neder\\_de\\_Araujo\\_Marques/RAB%C3%80ALO\\_ARTIGO\\_V%20CISDA\\_EIXO\\_8.pdf](http://fich.unl.edu.ar/CISDAV/upload/Ponencias_y_Posters/Eje08/da_Silva_Rabelo_Neder_de_Araujo_Marques/RAB%C3%80ALO_ARTIGO_V%20CISDA_EIXO_8.pdf)>. Acesso em: 12. Jul- ho. 2012.

ROCHA, Eliza Emília Rezende Bernardo et al. Cooperativismo e Associativismo: Proposta Alternativa de Geração de Trabalho e Renda no Município de Marilena, PR. Disponível em: < <http://www.ufmg.br/congrent/Trabalho/Trabalho4.pdf>>. Acesso em: 14. Maio. 2012.

SABETAI, Calderoni. “Os bilhões perdidos no lixo”. São Paulo: SEBRAE – ADS/CUT, 2002.

SUED, Andréa. Santo Antônio de Jesus sedia evento sobre estudo de resíduos sólidos na Bahia. Disponível em: <[http://www.prefeituraj.ba.gov.br/index.php?paginas\\_ler&noticias&cat=&id=463](http://www.prefeituraj.ba.gov.br/index.php?paginas_ler&noticias&cat=&id=463)>. Acesso em: 09. Outubro. 2012.

VIEIRA, Arlete Cândido Monteiro. Cooperativismo popular e a promoção da emancipação social. Disponível em: < <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cac>>. Acesso em: 10. Outubro. 2012.

VOLTOLINI, R. Terceiro setor: planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 2004.

# **Bases de Serviços de Comercialização (BSC) no Território do Sisal – Bahia:** perspectivas e desafios para a comercialização da agricultura familiar

*Isael Pina Junior  
Gildásio Santana Junior*

## **Introdução**

O presente trabalho discute o papel das Bases de Serviços de apoio à Comercialização (BSC) na tentativa de otimizar o processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar no Território de Cidadania do Sisal. A BSC, criada em 2007, é uma iniciativa do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, que é operacionalizado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Está inserida no leque de políticas públicas voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e que tem como objetivo geral contribuir na comercialização dos produtos provenientes das Organizações Produtivas da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, visando incrementar a apropriação de valor gerada na operação a partir da organização de serviços voltados a promover o fortalecimento dessas organizações produtivas, seja nas áreas da estruturação, concepção, planejamento e operação via os canais de distribuição dos produtos.

As BSC foram estruturadas com o objetivo de atacar diversas problemáticas no âmbito da comercialização da agricultura familiar, constituídas a partir de aporte teórico como das tecnologias sociais, na medida em que contribuem para uma inclusão social e desenvolvimento no território. Nesse aspecto, a Rede de Tecnologia Social – RTS explica que a Tecnologia Social inclui técnicas, mas também incluem metodologias, processos, pro-

ditos, modos de fazer coisas. Coisas essas que contribuem para a inclusão social e para a construção dessa visão de desenvolvimento. Dessa forma, as BSC como um instrumento de planejamento territorial, possuem também características de uma tecnologia social como método de gestão social que potencializa a auto-organização da agricultura familiar nos territórios para uma maior inserção dos produtos no mercado.

A comercialização na agricultura familiar não está baseada na escala e sim na diversidade da produção, por este motivo deve ser pensada de forma diferente da agricultura de grande escala. A agricultura familiar, por ser uma importante fonte geradora de alimentos, emprego e renda, se encontra hoje, mais diferenciada devido ao investimento significativo e mais estável que tem sido feito ao longo dos últimos anos. O segmento possui hoje um estoque de capital físico mais expressivo na forma de agroindústrias e outros negócios. Além disso, o capital social cresceu havendo mais grupos de produtores organizados que formam uma oferta atraente para o setor de processamento do sistema agroalimentar (INFC/MDA, 2012).

Outro aspecto marcante tem sido a transformação que os procedimentos de regulamentação têm trazido. Isto tem implicado em uma verdadeira corrida para a realização de ajustes, utilização de novas tecnologias, formalização de atividades, entre outros.

Como o próprio nome diz, na agricultura familiar a gestão e o trabalho é predominantemente familiar, com o uso, às vezes da mão-de-obra de terceiros. Hoje, a maioria dos agricultores familiares é composta por famílias assentadas por programas de reforma agrária, além de seringueiros, ribeirinhos, famílias atingidas por barragens, extrativistas, indígenas e de quilombolas. O maior desafio da agricultura familiar para atingir um nível ideal de comercialização é adaptar e organizar sua produção a partir da tecnologia disponível, pois quando bem usada tem se mostrado adequada e viável, com um grande esforço de pesquisa voltada para o setor.

Nesse aspecto, a tarefa maior das BSC é ajudar na organização desses agricultores para aumentar seu sistema de produção a partir das tecnologias disponíveis, objetivando ter um aumento da produção e buscar novos nichos

de mercado, agregar valor à produção e ainda, encontrar alternativas novas para o uso da terra e garantindo a durabilidade dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida e o maior fortalecimento da agricultura familiar.

Para enfrentar esse desafio, a configuração atual da distribuição de Bases de Serviços no estado da Bahia abrange um total de 11 (onze) Territórios de Identidade: Bacia do Jacuípe, Baixo Sul, Itapetinga, Chapada Diamantina, Velho Chico, Vitória da Conquista, Semiárido Nordeste II, Sisal, Itaparica, Sertão do São Francisco e Recôncavo.

O produto desse trabalho de pesquisa poderá contribuir para uma avaliação mais detalhada de um instrumento de política pública, como também como incentivo de outros projetos que objetivem dinamizar essa tecnologia social, como componente de real importância no contexto do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. A linha de pesquisa é relevante também porque, no território em estudo já se tem experiências mais avançadas de organizações produtivas apoiadas por políticas públicas de diversas origens e que não são o público-alvo da BSC, mas que já implementam sistemas de comercialização estruturados, podendo dessa forma, tomarmos como referência para uma melhor avaliação do modelo.

O trabalho servirá como fonte de pesquisa acerca de estudos sobre Tecnologia Social e também apresenta viabilidade na medida em que está inserido no contexto do programa em execução no território e desperta grande interesse em contribuir na sistematização, avaliação e melhoramento dessa importante ferramenta social que vimos como uma oportunidade de fortalecer a prestação de serviços especializados, a partir dessas bases.

Este trabalho justifica-se também pela possibilidade da realização, considerando a capacitação teórica adquirida nas disciplinas do Curso de Especialização, especialmente em Políticas Públicas e Tecnologia Social, Tecnologia Social e Desenvolvimento Rural e em Teorias e Práticas do Desenvolvimento.

Dados seus objetivos, este trabalho concentra-se nesta ação governamental para averiguar em que medida as BSC estão desenvolvendo suas atividades propostas e alcançando sua finalidade. A problemática do texto é

analisar o processo de implantação da Base de Serviços de Comercialização no Território de Cidadania do Sisal (BA). A hipótese de trabalho é que as BSC além de instrumento de política pública constituem-se como uma tecnologia social e tem um formato apropriado para otimizar e dinamizar o processo de comercialização agrícola da agricultura familiar. Os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos concentraram-se na revisão bibliográfica, análise documental e observação, os mesmos são detalhados num tópico exclusivo ao longo do trabalho.

Os resultados indicam que o formato da Base de Serviço de Comercialização contemplam os principais problemas da comercialização, pois oportuniza o estudo das principais cadeias produtivas do território, identificando a potencialidade de comercialização dos principais produtos do território e contribui para a emancipação dos grupos produtivos organizados. No entanto, foi identificado que tal programação vem enfrentando dificuldades de se materializar na execução de suas ações, devido a problemas na implantação do programa.

Além desta introdução, o artigo está estruturado da seguinte forma. O primeiro tópico explanará sobre as questões pertinentes ao referencial teórico, abordando as categorias pertinentes à comercialização agrícola na agricultura familiar. O segundo tópico apresenta os aspectos metodológicos, no qual explana o tipo de pesquisa efetuada e o caráter da investigação; em seguida são apontados os procedimentos efetuados. O tópico seguinte apresenta-se uma revisão bibliográfica referente ao objeto da pesquisa: tecnologia social, agricultura familiar, e políticas públicas para agricultura familiar. Por fim, faz uma análise dos dados empíricos da pesquisa e discorre sobre as considerações finais.

### **Comercialização na agricultura familiar**

A comercialização se constitui como um grande desafio para a agricultura familiar. Segundo Piza & Welsh (2001, p.1 apud, BARROS,

2007, p. 1), “comercialização compreende o conjunto de atividades realizadas por instituições que se acham empenhadas na transferência de bens e serviços desde o ponto de produção inicial até que eles atinjam o consumidor final...”. No contexto da agricultura familiar a comercialização se concentra mais nos dois principais fatores – produto e distribuição, já que a propaganda e o preço se adéquam melhor para mercados bem desenvolvidos. Dentre as dificuldades encontradas em termos de comercialização dos produtos da agricultura familiar destacam-se a dificuldade de acesso a mercado, a falta de capital de giro e a embalagem para melhor apresentação do produto. Por isso, o maior problema enfrentado é a sua dependência dos intermediários, sobretudo os atravessadores.

Porém, observa-se que a figura do atravessador mostra que a própria comercialização não é problema. É a falta de conhecimento das práticas que se fazem necessárias para se conseguir vender bem a produção da agricultura familiar no território em estudo. Em geral, para a maioria dos empreendimentos produtivos do território o problema mais citado é o da comercialização, mas a questão-chave é, se a comercialização mesma é o problema ou o fato que ninguém do setor quer tratá-la. É, sem dúvida, a grande revolução do momento para a agricultura familiar, mas percebe-se que oportunidades têm surgido por meio de mercados governamentais, feiras e mercados convencionais.

Do ponto de vista geral, há que se considerar que, a comercialização de produtos agrícolas de uma forma geral e particularmente da comercialização da agricultura familiar, experimenta profundas transformações em função das mudanças no comportamento do consumidor, na estrutura familiar e questões demográficas da sociedade. A opção por produtos naturais, o aumento de gasto com alimentos nos orçamentos domésticos e a necessidade de produtos práticos representam uma oportunidade. No entanto, a necessidade de atestado de regularização sanitária dos produtos, maior presença de supermercados na revenda dos produtos e a exigência do selo de garantia e código de barra, constituem em obstáculos para comercialização da agricultura familiar. Nesse aspecto, o apoio da BSC é fundamental para superá-los.

Luna (2011, p. 10) afirma que “a conquista de espaços próprios para comercialização e conseqüentemente à valorização dada pelo consumidor mais consciente, responsável e exigente em relação à qualidade e origem dos produtos adquiridos, têm garantido maior viabilização aos agricultores (as), especialmente aqueles (as) carentes de espaços de comercialização de seus produtos”.

Discutindo comercialização na agricultura familiar, Ricardo Costa (2004, p. 68), parte de um princípio básico:

Considerando a quantidade de produção normalmente obtida por um agricultor familiar, é muito difícil, ou até quase impossível, que ele sozinho detenha ou domine as condições que se fazem necessárias para que consiga superar a dependência em relação ao atravessador. Para a grande maioria dos agricultores familiares, um dos poucos caminhos para desenvolver um mínimo de autonomia na comercialização de sua produção é criar um processo de vendas, em coletivo.

Por outro lado, as organizações de agricultores (as) familiares têm larga experiência em lidar coletivamente com questões de ordem política; grandes vitórias já conseguiram. Da mesma forma, na capacitação e aprimoramento técnico da produção, os esforços coletivos têm mostrado resultados significativos. Já nas atividades econômicas, os agricultores (as) familiares tendem a agir individualmente. Não desenvolvendo ainda, uma cultura de tratar em coletivo as atividades de cunho econômico em geral e a comercialização em particular, é um aprendizado que precisa ser desenvolvido. No processo coletivo, para se atingir bons níveis de eficácia e eficiência, alguns fatores condicionantes são importantes, dentre eles, a transparência, a solidariedade e a cooperação mútua.

### **Aspectos metodológicos**

Este trabalho se consubstancia na análise da comercialização da agricultura familiar e do processo de implantação das Bases de Serviços de Comercialização. A unidade de análise da pesquisa foi a BSC do Território



da Cidadania do Sisal no Estado da Bahia. Para consecução do objetivo, no início, optou-se por uma pesquisa de caráter teórico-empírico de tipo descritivo. A pesquisa se deu num curto período de análise, de 2009 a 2012, por isso os resultados obtidos requer ainda, um maior aprofundamento no estudo sobre o objeto.

Segundo Demo (2000), a pesquisa teórica é orientada no sentido de reconstruir teorias, quadros de referências, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes. E quanto à pesquisa empírica, Demo (2000) discorre que esta é dedicada ao tratamento da face empírica da realidade; produz e analisa os dados sempre pela via do controle empírico e fatural. Nesse sentido, a pesquisa recorre a autores que explanam sobre as categorias pertinentes ao objetivo, problemática e hipótese e analisa dados para averiguar a operacionalidade da BSC do Sisal.

Com base em Gil (2007, p. 42), as pesquisas descritivas têm como objetivo descrever as características de determinado fenômeno ou população ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis, por intermédio de coleta de dados, principalmente com auxílio de questionários, entrevistas e observação sistemática.

Na investigação, lançou-se mão da pesquisa documental e bibliográfica para se conseguir dados de fontes secundárias que satisfaçam o objetivo de estudo, visando construção do referencial teórico. A partir de então foram coletados dados referentes às seguintes variáveis: tecnologia social, agricultura familiar, comercialização agrícola na agricultura familiar e território de cidadania. Concomitantemente, analisou-se também os documentos da Chamada Pública que originou as BSC, relatórios da BSC do Território da Cidadania do Sisal e Relatório do encontro de articuladores da Base Estadual de Apoio à Comercialização da Bahia. Complementando os procedimentos utilizou-se da observação.

O método adotado na pesquisa é do tipo levantamento. Este tipo de pesquisa compreende-se pela interrogação direta das pessoas cuja conduta se deseja conhecer (GIL, 2007, p. 50). A amostra utilizada não é probabilística, os dois depoentes foram escolhidos pelo pesquisador considerando

as posições que ocupam no processo de implantação da BSC (membro da organização proponente e o outro executor da proposta).

Devido à natureza das variáveis coletadas e o objetivo do trabalho, foi aplicado um questionário a uma gestora da Rede de Comercialização das organizações produtivas do território e outro a uma articuladora da Base de Serviços de Comercialização que atuou no território no primeiro convênio. A partir das informações coletadas, partimos para o desenvolvimento da análise de dados.

## Fundamentação teórica

### Tecnologia Social

A construção de uma sociedade contemporânea com base no desenvolvimento local sustentável, não deve prescindir de procedimentos técnicos e metodológicos como das tecnologias sociais (TS). As tecnologias sociais “compreende produtos, técnicas e/ ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (RTS, 2005). A elaboração e utilização das TS contribuem significativamente para um processo de dinamização do desenvolvimento local sustentável em ambientes caracterizados pela vulnerabilidade social. Neste sentido, Dagnino, Brandão e Novaes (2004, p. 15-64) afirmam que, para serem legitimadas e ganharem força, as TS precisam ser dotadas de racionalidade técnica, do conhecimento local e devem aliar as variadas formas de pesquisa com as práticas populacionais, aumentando assim, suas chances de sucesso.

Dagnino (2009, p. 100) sugere ainda que a TS seria como o *resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo*. A noção de coletividade é fundamental para construção da TS, entretanto somente isso não insere a TS no circuito administrativo, sendo prioritário pensar a racionalidade técnica, um dos pontos vistos como essenciais para a legitimação desse movimento.

As TS não se constituem, ainda, em políticas públicas, mas vêm obtendo um reconhecimento crescente no que se refere à sua capacidade de promover um novo modelo de produção da ciência e da aplicação da tecnologia em prol do desenvolvimento social. (ITS, 2005)

A tradução possível para as tecnologias sociais é vista como um desafio igualmente teórico e prático. Para além de um conceito, as tecnologias significam empreendimentos, organizações associativas, redes e iniciativas de cooperação. Também significam negócios, que geram emprego e renda, e antes de tudo o reconhecimento de que a fusão do saber popular com o conhecimento especializado proporciona ferramentas poderosas para a inclusão social e o progresso humano. (FBB, 2004)

O governo federal, quando se une a uma série de atores sociais, prefeituras e governos estaduais prepara um terreno fértil para que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social contribuam para dar uma impulsão maior aos grandes programas nacionais dedicados à superação da pobreza.

Partindo desse pressuposto e concordando com Novaes e Dias (2009, p. 17-53) quando citam que as TS incentivam o potencial e a criatividade do produtor direto e dos usuários, viabilizando economicamente empreendimentos econômicos solidários como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária e organizações associativas da agricultura familiar, o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais busca integrar as TS com as relações sociais, econômicas, políticas e ambientais próprias da agricultura familiar, das comunidades tradicionais, dos assentados e empreendedores rurais dos diversos territórios do Brasil, a exemplo do Território de Cidadania do Sisal na Bahia.

Assim, uma das ações do PRONAT é a constituição de Bases de Serviços. Instrumentos voltados para prestação de um ou mais tipos de serviços de apoio aos processos organizativos, produtivos e comerciais para empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária. Dentre tais iniciativas, destaca-se a Base de Serviços de Comercialização (BSC) no território em estudo como sendo uma ferramenta que disponibiliza servi-

ços voltados ao apoio à comercialização dos EES e das Organizações Produtivas da Agricultura Familiar a partir de organizações públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos. Podemos dizer que esta se configura como uma TS e que está integrada às relações sociais, atuando em rede para abranger uma maior comercialização nos espaços locais, territoriais e estaduais.

Nessa perspectiva, se faz necessário estudar e avaliar o grau de eficácia e efetividade de um instrumento de política pública, enquanto TS de dimensão local, que está sendo implementada com o objetivo de promover o desenvolvimento territorial sustentável.

Dessa forma, partindo de uma demanda social e da persistência de um dos problemas mais críticos para agricultura familiar e considerando uma experiência de atuação em campo, numa rede institucional que trabalha com grupos de diversos municípios no território estudado, pode-se observar e vivenciar de perto as reais necessidades das organizações produtivas locais e a importância da aplicação de uma tecnologia social que gere transformação social e atenda as suas demandas de comercialização.

Procura-se então, explicitar a trajetória da agricultura familiar, os condicionantes da comercialização neste setor e o modelo metodológico aplicado no processo de constituição das Bases de Serviços de Comercialização, como se pode observar nos tópicos seguintes.

### **Agricultura Familiar: importância, trajetória e dificuldades**

As atividades produtivas da agricultura desde o período colonial esteve dividida em dois campos. De um lado uma produção voltada ao comércio internacional e de outro, uma produção direcionada ao mercado doméstico. Produtos como pau-brasil, açúcar, fumo, café e cacau marcaram ciclos econômicos brasileiros e representaram a integração entre o país e as necessidades do além-mar. Inicialmente a metrópole, depois as potências industriais. A forma de produção sempre foi extensiva com base na monocultura. Desde seu início sua forma de operação foi constituída como em-

presa que operava em grande escala. A maioria dos esforços e dos recursos e atenção dos governos direcionavam para este setor da produção.

Proporcional à monocultura direcionada para fora, a produção de alimentos voltada para o mercado doméstico ocupava pouco espaço e atenção. Historicamente deixada em segundo plano, desenvolvia-se de maneira marginal e secundária. Constituída por mão-de-obra basicamente familiar.

Segundo Neves (2002, p. 135-159), citado por Schmitz, Mota e Simões (2004, p. 1), a agricultura familiar, hoje reconhecida como categoria social e de ação política no debate acadêmico e nas políticas públicas, durante muito tempo não foi considerada relevante para o desenvolvimento rural. Frequentemente, usava-se a expressão pequenos produtores para descrever esta categoria que teria o seu futuro marcado pela eliminação, cedendo lugar às empresas agropecuárias, no processo de modernização capitalista.

Para os autores Schmitz, Mota e Simões (2004), atualmente pode-se distinguir cinco denominações para a agricultura familiar, isto é, a agricultura não patronal (ou não empresarial): campesinato, pequena produção, agricultura familiar, produção familiar rural e produção (familiar) coletiva. Além dessas, ainda segundo esses autores, existem outras expressões para distinguir esta categoria social no meio rural como o posseiro, o trabalhador rural, entre outras.

A agricultura familiar está ligada à redemocratização e às categorias sociais no campo que foram agrupadas sob este novo conceito, caracterizado por Neves (2002, p. 137) citado por Schmitz, Mota e Simões (2004, p. 6) como “uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político”.

A utilização recente do termo “Agricultura Familiar”, o qual não é novo, está bastante integrado nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquirindo novas significações. A proposta adotada pelo poder público ao implantar uma política federal voltada para este segmento, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar –

PRONAF (BRASIL, 1996) e criar a Lei 11.326/2006, que fixa diretrizes para o setor (BRASIL, 2006), foi delimitar o público, caracterizando de uma maneira geral, um grupo social muito heterogêneo e dessa forma mostrar o uso “operacional” do conceito.

Já no meio acadêmico, encontramos diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, que propõe um tratamento mais analítico e menos operacional do termo.

Segundo Schneider (2003, p. 1-2), a expressão “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990. Neste período ocorreram dois eventos que tiveram um impacto social e político muito significativo no meio rural, especialmente na região Centro-Sul. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Em meados dos anos de 1990, assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra”. De outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro, está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A partir daí, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional etc.).

Quando elege a agricultura familiar como protagonista da política orientada para o desenvolvimento rural, apesar de todos os impasses da ação pública, não deixa de ser um indicativo de mudanças na orientação (ao menos no discurso) do poder público em relação à agricultura e aos próprios agricultores. Ainda mais quando se pretende ampliar o conceito de desenvolvimento com a noção de sustentabilidade incorporando outras

esferas da sociedade, além da estritamente econômica, tais como: a educação, a saúde e a proteção ambiental (PRONAF, 1996: 6-7).

A partir das análises de Wilkinson (2003) citado por Oliveira (2004), acerca dos impactos da reestruturação do sistema agroalimentar na agricultura familiar, como afirma o autor, podemos observar que as alternativas para a agricultura familiar, diante deste novo contexto, devem ser baseadas na elaboração de uma nova noção de competitividade para os produtos e serviços oferecidos por este segmento, que vai além da estrita noção de eficiência no uso dos fatores de produção. O mesmo afirma ainda que essa noção de competitividade para a agricultura familiar é desenvolvida a partir dessas novas possibilidades de acesso a mercados.

### **Políticas públicas para a comercialização da agricultura familiar**

A problemática da comercialização já vem sendo bastante discutida no âmbito do Governo Federal através do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, o qual tem promovido uma série de ações para dinamizar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, no sentido de superar os entraves, aumentando a renda dos agricultores familiares e melhorando sua qualidade de vida através da organização destes, da qualificação dos produtos e da capacitação para acesso aos mercados. Com base na abordagem teórica adotada pelo Instituto Giramundo (2009), podemos citar algumas dessas políticas:

#### **I – Política de preços mínimos**

Uma das estratégias é a aplicação de políticas de preço mínimo onde o governo estabelece um patamar de preço a partir do qual ele realiza alguma forma de intervenção. Ainda com objetivo de assegurar o abastecimento alimentar, os governos podem aplicar uma política de estoques reguladores contribuindo para a redução na flutuação de preços. Considerando a influência da sazonalidade, algumas políticas podem ser destinadas a financiar a manutenção da produção com os (as) agricultores (as) para

comercialização em momento oportuno. Além disso, o governo pode satisfazer a demanda de seus projetos e programas sociais com a aquisição de produtos agrícolas.

## II- Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Hoje no Brasil, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) possui grande parte dos elementos acima descritos. Criado em julho de 2003 pela Lei 10.696/03 com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreende ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e a formação de estoques estratégicos. É uma política pública desenvolvida para incentivar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento às populações em situação de insegurança alimentar, por meio da compra da produção familiar.

O PAA se propõe a ser uma ação estruturante dentro do Programa Fome Zero, a fim de gerar estabilidade à atividade socioeconômica da agricultura familiar. Segundo o Governo Federal, ao comprar a produção este garante preço justo e renda aos agricultores, redução do preço das cestas destinadas aos programas sociais e facilita o processo de doação de alimentos.

O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. A execução do Programa pode ser feita por meio de cinco modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e Compra Institucional.

O Programa vem sendo executado pelo Distrito Federal, estados e municípios conveniados com o MDS e pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, responsável por gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. Para execução do Programa, a Conab firma Termo de Cooperação com o MDS e com o MDA.

Recentemente, a Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Essa Lei, por sua vez, foi



regulamentada pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Dentre as principais inovações dos recentes normativos está a previsão de execução do PAA mediante Termo de Adesão, dispensada a celebração de convênio. Esse novo instrumento irá, paulatinamente, substituir os atuais convênios, proporcionando maior continuidade e facilidade na execução do Programa. A nova forma de operação prevê a existência de um sistema informatizado, onde serão cadastrados todos os dados de execução pelos gestores locais, e a realização do pagamento pela União, por intermédio do MDS, diretamente ao agricultor familiar, que receberá o dinheiro por meio de um cartão bancário próprio para o recebimento dos recursos do PAA. Pelo seu papel estratégico no combate à pobreza, o PAA é uma das ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria – BSM, em seu eixo Inclusão Produtiva Rural (BRASIL/MDS, 2012).

A partir de 2007, o Ministério da Educação – MEC começa a participar do Grupo Gestor do PAA, que também conta com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, o Ministério da Fazenda – MF, e a CONAB, que faz a operacionalização. Esta iniciativa está abrindo a oportunidade do PAA para, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, adquirir produtos para a merenda escolar, sem necessidade de licitação diretamente dos agricultores familiares, através das prefeituras.

Este processo licitatório inviabilizava a participação dos agricultores familiares no processo, pois muitos não têm a documentação necessária para participar. Isso rompe o domínio de grandes empresas vencedoras de licitações milionárias, que atualmente fornecem os produtos para a merenda escolar. É uma grande oportunidade para os agricultores e também um grande desafio, pois, terão de buscar e investir em maior qualidade para os seus produtos, bem como buscar a agro industrialização dos mesmos.

Outra modalidade do PAA que está sendo construída é o PAA Socioambiental que, através de um bônus de até 30% a mais, pago no produto, valorizará os agricultores que desenvolvem uma produção de base ecológica, respeitando o meio ambiente.

### III– Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mais conhecido como merenda escolar, tem sua origem no início da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação escolar.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais. O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (inciso IV) e “atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (inciso VII).

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa de ensino:

- Creches – R\$ 1
- Pré-escola – R\$ 0,50
- Escolas indígenas e quilombolas – R\$ 0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos – R\$ 0,30
- Ensino integral (Mais Educação) – R\$ 0,90 (BRASIL/FNDE, 2012).

A partir de junho de 2009, a Lei nº 11.947 determinou que pelo menos 30% do valor destinado à alimentação escolar brasileira deve ser investido na compra direta de produtos oriundos da agricultura familiar.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL/FNDE, 2009).

O MDA aponta como principais oportunidades do PNAE para a Agricultura Familiar: a capacidade de produção da agricultura familiar como fornecedora de alimentos diversificados e de qualidade; a sensibilização crescente das Prefeituras para vislumbrar o PNAE como instrumento de desenvolvimento local; a conscientização crescente da sociedade para a necessidade de hábitos alimentares saudáveis, preservação das tradições alimentares locais e da produção com baixo impacto ambiental (BRASIL/MDA, 2012).

#### **IV– Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Garantia de Preço Para a Agricultura Familiar (PGPAF)**

Outra política agrícola e ação do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar voltada à comercialização foi implantada em dezembro de 2006. É o Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF - que garante às famílias agricultoras que acessam o PRONAF Custeio ou o PRONAF Investimento, em caso de baixa de preços no mercado, um desconto no pagamento do financiamento, correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto. Os objetivos são:

- Assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores (as) familiares pelo PRONAF – os custos são levantados em reunião de campo com agricultores, ATER, Cooperativas, Sindicatos e Bancos;
- Garantir a continuidade das atividades produtivas da agricultura familiar – permite ao agricultor a manutenção do ritmo produtivo das atividades cobertas e das vinculadas à produção coberta, dinamismo econômico é mantido;
- Permite a diversificação da produção – amplia as atividades que o agricultor tem segurança para cultivar;
- Direcionador dos custos dos agricultores familiares – o agricultor (a) tem por onde balizar os seus custos de produção e medir sua eficiência produtiva;

O PGPAF busca assegurar o custo de produção nas transações de compra e venda pago. Assim, o agricultor ou a agricultora não teria que se desfazer de seu patrimônio para pagar o financiamento, quando os preços de mercado estiverem abaixo do custo de produção.

## V– Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)

Outro instrumento que influencia a comercialização de produtos da agricultura familiar é o novo sistema de inspeção sanitária da produção agropecuária - o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA. Este sistema é importante para a agricultura familiar porque facilita a produção e inserção dos produtos no mercado formal – local, regional e nacional. Isto possibilita a comercialização dos produtos em todo o território nacional quando inspecionados por qualquer uma das instâncias do SUASA, ou seja, pelos municípios, estados, Distrito Federal ou União.

### O desenvolvimento rural e as políticas públicas da SDT

Discutindo Desenvolvimento Rural no Brasil e seus limites do passado e caminhos para o futuro, Navarro (2001, p. 86), explica que:

Embora pareça desnecessário tal esclarecimento, a relativa ausência de debate – acadêmico e político – abrangente e continuado no Brasil sobre desenvolvimento rural, que apenas recentemente parece se impor, torna-se relevante, ainda que sucintamente (e superficialmente), apresentar algumas diferenças conceituais. Sua oportunidade é reforçada, por exemplo, por verificar-se a não existência, no Brasil, de uma consolidada tradição de análise das políticas públicas para o mundo rural, que investigasse amplamente as iniciativas dedicadas ao desenvolvimento rural em nossa história agrária recente, não apenas com relação aos seus impactos, mas igualmente quanto à sua racionalidade e estratégia operacional (no estilo dos *policy studies*). O resultado é que há um conjunto de expressões sendo atualmente utilizadas de forma intercambiável, malgrado seus distintos significados.

A noção de desenvolvimento rural sustentável vem sendo utilizada como portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. Essa noção tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. A concepção

“econômica” do desenvolvimento sustentável aponta para novos mecanismos de mercado como solução para condicionar a produção à capacidade de suporte dos recursos naturais (inclusive aqueles de taxaço da poluição) (ALMEIDA, 1997, cap. I, p. 19-20).

O enfoque territorial do desenvolvimento ganha espaço nas políticas públicas voltadas ao meio rural, num momento em que, em termos teóricos, tem-se o desgaste da noção de região, para fins de recorte espacial e planejamento de ações. Por outro lado, o debate acerca da noção de desenvolvimento e seus desdobramentos, a exemplo do desenvolvimento local, reforçam a proposta participativa apresentada nos objetivos das políticas públicas rurais. Nesse sentido, o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) é o documento que representa a nova concepção da política de desenvolvimento rural, e é tomado, pelos atores governamentais, como símbolo o processo participativo.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário a partir do enfoque territorial de desenvolvimento rural, desenvolve ações de fortalecimento dos mecanismos de comercialização da agricultura familiar e tem como estratégia de atuação a abordagem territorial do desenvolvimento expressa através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, criado em 2003 destacando-se como instrumento inovador da gestão pública no Brasil e que serviu, cinco anos depois, como base para a formulação do Programa Territórios da Cidadania. O PRONAT surgiu com a missão de valorizar a agricultura familiar, enfrentar a pobreza rural e as desigualdades regionais, integrar as políticas públicas com um viés de intersectorialidade e promover a dinamização das economias nos territórios rurais. Esse programa foi pautado desde a sua origem por dois elementos fundamentais: buscar o protagonismo dos atores sociais e o planejamento da gestão social. A flexibilidade para cada território configurar os colegiados territoriais de acordo com sua realidade diferencia esse programa de todas

as experiências anteriores no Brasil. A paridade entre governo e sociedade civil e a possibilidade de elaborar elementos de planejamento com base em pactos territoriais, também explicitam a inovação desse modelo de gestão.

As ações de infraestrutura e serviços territoriais têm como principal objetivo apoiar projetos voltados para a dinamização das economias territoriais, para o fortalecimento das redes sociais de cooperação e o fortalecimento da gestão social, estimulando uma maior articulação das políticas públicas nos territórios rurais homologados pela SDT.

Assim, a SDT tem apoiado alguns projetos de fomento à infraestrutura na área da comercialização como:

- a) Edificações: de Centrais ou centros de comercialização da produção da agricultura familiar (produtos in natura, agro industrializados, agroecológicos, entre outros); de Galpões nas Centrais de Abastecimentos (CEASAS) para comercialização exclusiva de produtos da agricultura familiar; de Centros Integrados de Comercialização, Cultura, Gastronomia, Capacitação e outras atividades da Economia Solidária dos territórios rurais (inclui além dos produtos agrícolas, artesanato e outros produtos não agrícolas confeccionados e produzidos por grupos, associações e cooperativas de economia solidária); de Centros ou Entrepósitos de distribuição de produtos da agricultura familiar - estrutura de armazenagem, classificação, beneficiamento, embalagens, análises físico-químicas – a exemplo das casas de mel e barracões do produtor;
- b) Aquisição de Equipamentos diversos para as estruturas acima mencionadas, tais como: estrados, barracas, serviços de som, transporte, informatização, embalagem, classificação, beneficiamento, entre outros;
- c) Estruturação de Feiras Livres de Produtos da Agricultura Familiar (incluindo feiras de produtos agroecológicos), tais como aquisição de barracas padronizadas, balanças, uniformes, material publicitário, serviços de som, transporte, entre outros;
- d) Investimentos em outros tipos de estruturas para comercialização de produtos da agricultura familiar dos territórios rurais, tais como Gôndolas para supermercados, shoppings e outros espaços negociados;
- e) Estruturação de Bases de Serviço de Apoio a Comercialização – BSC nos territórios e capitais com aquisição de carros, motos, equipamentos de informática, mobília, entre outros.

Para a agricultura familiar a comercialização sempre foi um grande entrave para sua consolidação. A criação de Bases de Serviços de Comercialização (BSC) foi a solução encontrada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) para superar essa deficiência no âmbito dos empreendimentos familiares. O papel da BSC é suprir a necessidade de assessoramento dos empreendimentos para acesso aos mercados e ampliação e geração da renda dos (as) agricultores (as) familiares.

### **Bases de serviços de comercialização**

As BSC foram estruturadas com o objetivo de atacar diversas problemáticas no âmbito da comercialização da agricultura familiar, constituídas no mesmo contexto das tecnologias sociais. A ideia de implantar as BSC se deu em 2003, quando, a partir de reivindicações de movimentos sociais do campo e redes de desenvolvimento rural, para cobrar do governo federal ações mais concretas de comercialização dos produtos da agricultura familiar. O resultado desse debate apontou para a criação de uma institucionalidade de assessoramento às unidades familiares “da porteira para fora”. A SDT/MDA fez, então, um mapeamento nos territórios e encontrou 45 organizações sociais que trabalhavam com sistemas de comercialização. Apesar de esses empreendimentos enfrentarem uma série de dificuldades, eles foram a base para a criação das BSC em 2007. (SDT/MDA, 2010)

Dados seus objetivos e sua metodologia, este trabalho concentra-se nesta ação governamental para averiguar em que medida as BSC estão desenvolvendo suas atividades propostas e alcançando sua finalidade.

A BSC tem como objetivo geral contribuir na comercialização dos produtos provenientes dos EES e das Organizações produtivas da Agricultura familiar, visando incrementar a apropriação de valor gerada na operação a partir da organização de serviços voltados a promover seja as áreas da estruturação, concepção, planejamento e operação via os canais de distribuição dos produtos.

Especificamente os seus objetivos são:

- Construir as bases de confiança necessárias para ampliar a organização dos produtores e a cooperação entre produtores e organizações produtivas;
- Orientar os produtores familiares e/ou suas organizações associativas, no encaminhamento de procedimentos inerentes aos processos de comercialização, tais como: certificações, aspectos fiscais e sanitários, despachos de mercadorias, processamento de exportações, entre outros;
- Apoiar tecnicamente a elaboração, implantação e/ou desenvolvimento de estruturas e/ou espaços (isolados ou articulados em redes) de processamento agro industrial e/ou de comercialização da produção familiar e suas organizações;
- Orientar o planejamento da produção, tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, tendo como base as demandas dos mercados;
- Assessorar a construção de canais de distribuição e logísticos adequados à realidade local;
- Promover o desenvolvimento da agro industrialização e de outras atividades de agregação de valor aos produtos e serviços familiares e solidários;
- Apoiar o desenvolvimento de marcas, novos produtos e embalagens etc.;

Na Tabela 1 podemos observar os dados sistematizados com os resultados parciais do levantamento realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT no ano de 2011 referentes às Bases de Serviços de Comercialização por região do Brasil.

**Tabela 1**

<b>NÚMERO DE BSC, TÉCNICOS ENVOLVIDOS E AGRICULTORES FAMILIARES ATENDIDOS POR REGIÃO<sup>1</sup></b>						
<b>RESULTADOS BSC</b>	<b>BRASIL</b>	<b>N</b>	<b>NE</b>	<b>CO</b>	<b>SE</b>	<b>S</b>
Nº BSC (com resultados sistematizados)	127	20	56	10	20	21
Nº Técnicos envolvidos	256	65	65	12	21	93
Nº médio de Agricultores Familiares atendidos por Cada BSC	350	288	287	193	118	735
Total de Agricultores Familiares atendidos	44.413	5.751	18.949	1.931	2.351	15.431

Fonte: SDT - Rodrigues, J.(2011)

1- Levantamento parcial



Verifica-se pelos dados da tab.1 que do total de BSC no Brasil com resultados sistematizados, 44% estão localizadas em territórios da região Nordeste, onde foram atendidos aproximadamente 43% do total de Agricultores Familiares atendidos no país, com o mesmo percentual da região Norte de todos técnicos envolvidos no território nacional, ou seja, cerca de 25%. Observa-se também que na região Sul, apesar do número de BSC ser menor do que nas regiões mencionadas, o número de técnicos envolvidos é maior, o que representa 36% do total no Brasil e, conseqüentemente a média de Agricultores Familiares atendidos é maior que a média nacional, apesar de atender um total menor do que na região Nordeste.

Com vistas ao atendimento do público-alvo do Plano Brasil Sem Miséria – PBSM, a SDT realiza a Chamada Pública 01/2011 com os seguintes objetivos:

- Destinar R\$ 6,7 milhões para contratação de 88 (oitenta e oito) Bases de Serviços;
- Priorização das regiões Norte e Nordeste (03 BSC's para cada um dos 13 Territórios prioritários);
- Investimento de R\$ 75 a R\$ 100 mil por BSC / ano. (Rodrigues, 2009).

Destaca-se que, com esse importante aporte de investimento para as Bases de Serviços, o Plano Brasil Sem Miséria prevê o aumento e o aprimoramento dos serviços ofertados aliados à sensibilização, mobilização, para a geração de ocupação e renda e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores (as) familiares nos territórios rurais.

Os 13 (treze) territórios prioritários com BSC foram inicialmente distribuídos no ano de 2011 em duas etapas, conforme mostra a Tab. 2 abaixo:

Tabela 2

<b>TERRITÓRIOS RURAIS PRIORIZADOS EM 2011</b>			
<b>TERRITÓRIO – UF</b>	<b>UF</b>	<b>Nº MUNICÍPIOS</b>	<b>Nº FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS</b>
<b>1ª etapa</b>			
Irecê	BA	19	4.480
Velho Chico	BA	15	3.920
Serra Geral	MG	13	1.600
<b>Subtotal 1ª etapa</b>	<b>02</b>	<b>47</b>	<b>10.000</b>
<b>2ª etapa</b>			
Sertão do Araripe	PE	10	2.160
Baixo Parnaíba	MA	11	2.080
Cocais	MA	12	1.840
Vale dos Guaribas	PI	22	1.840
Cariri	CE	20	1.680
Inhamuns Crateús	CE	16	1.520
Borborema	PB	12	1.200
Agreste	AL	11	1.120
Alto Oeste	RN	11	880
Alto Sertão	SE	6	720
<b>Subtotal 2ª etapa</b>	<b>08</b>	<b>131</b>	<b>15.040</b>
<b>TOTAL 2011</b>	<b>10</b>	<b>178</b>	<b>25.040</b>

Fonte: SDT - Rodrigues, J. (2011)

A configuração atual da distribuição de Bases de Serviços no estado da Bahia abrange um total de 11 (onze) Territórios de Identidade, conforme verifica-se na Tab.3, que mostra também o numero de municípios atendidos em cada território.

**Tabela 3**

<b>Nº DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA SBSCP POR TERRITÓRIOS – BAHIA</b>	
<b>TERRITÓRIOS</b>	<b>Nº MUNICÍPIOS</b>
Bacia do Jacuípe	14
Itapetinga	13
Baixo Sul	14
Chapada Diamantina	23
Vitória da Conquista	24
Velho Chico	16
Semiárido Nordeste II	18
Sisal	20
Itaparica	13
Sertão do São Francisco	10
Recôncavo	20

Fonte: SDT – Rodrigues, J. (2011)

As BSCs prestam diversos serviços: Logística; organização do consumo/centrais de compra; organização/planejamento da produção; centrais de venda ou pontos de venda; pesquisação; sistemas de informação; comunicação e promoção; processamentos; unidades agroindustriais; realizar negociações e transações para os empreendimentos e grupos. E ainda, outras atribuições e serviços de apoio à comercialização, como:

- Organização de projetos para PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos;
- Organização de feiras e espaços locais de comercialização;
- Apoio na gestão e planejamento dos empreendimentos e grupos familiares;
- Abertura de espaços de comercialização em níveis territorial, estadual, nacional;
- Formalização de grupos e empreendimentos;
- Organização das demandas territoriais de infraestrutura produtiva, pontos de comercialização, feiras, etc.;
- Oferta de serviços especializados de marketing, logística, legislação e capacitação técnica.

- Fomento ao comércio justo e organização de redes solidárias de comercialização;
- Realizar reuniões com o Colegiado do Território e Parceiros institucionais no sentido de definir as estratégias para estruturação dos Planos das Cadeias Produtivas e definir prioridades para dinamizar a Comercialização nos mercados convencional e institucional via PAA e PNAE;
- Elaborar o planejamento das visitas técnicas para o diagnóstico sócio-produtivo dos empreendimentos solidários e organizações de agricultores familiares beneficiados;
- Realizar visitas técnicas para identificação dos empreendimentos com produção para adequação à comercialização;
- Elaborar o plano de monitoramento e avaliação dos núcleos produtivos;
- Construir cartilha para a capacitação dos núcleos produtivos;
- Elaborar metodologias de integração dos núcleos comunitários produtivos com a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e com a Política Nacional de Alimentação Escolar.

A atuação das BSC na articulação territorial é promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, como forma de reduzir as desigualdades regionais e sociais, integrando-os aos processos de desenvolvimento nacional e promovendo a melhoria das condições de vida das populações.

Os recursos humanos das BSC devem ser originados e formados de maneira equilibrada, seja de profissionais liberais prestadores de serviços atuantes na região, ou de técnicos e dirigentes de cooperativas e associações ou ainda de jovens agricultores cujas unidades produtivas estejam no âmbito de ação da respectiva BSC instalada.

## **Base de serviços de comercialização no Território da Cidadania do Sisal**

### **Conhecendo o Território do Sisal – Bahia**

O Território da Cidadania do Sisal (BA) é formado por vinte municípios, são eles: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano,

Valente, que ocupam uma área de 21.256,50 km<sup>2</sup>, onde vivem cerca de 580 mil habitantes. Destes, 63% residem em áreas rurais, ocupando cerca de 65 mil estabelecimentos rurais. Noventa e três por cento dos estabelecimentos são de base familiar. Quase 10% dos agricultores (as) familiares da Bahia se acham no território, dos quais aproximadamente 68% são classificados como praticamente sem renda. O Território faz parte do Programa Territórios da Cidadania, criado pelo governo federal em 2008, pois seus municípios apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (inferior a 0,6), população inferior a 50 mil habitantes, densidade populacional superior a 80 habitantes/km<sup>2</sup> e alta concentração de agricultores (as) familiares e assentados da reforma agrária. (BELTRÃO, S. L. L.; SAYAGO, D. A. V., 2010). Está localizado na região do semiárido do Estado da Bahia, limitando-se ao Norte com o Território Sertão do São Francisco, a Oeste com o Território Semiárido Nordeste II, ao Sul com o Território Portal do Sertão e ao Leste com os Territórios Bacia do Jacuípe e Piemonte da Diamantina.

O Território do Sisal também é conhecido como uma das regiões mais pobres do Brasil: nele estão 14 municípios classificados entre os 20% mais pobres do país e destes, 5 aparecem entre os 10% com os piores índices de condição de vida humana. A agricultura familiar predomina em 93% das propriedades e equivale a 76% da população economicamente ativa local. Entre os mais de 100 territórios apoiados pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é o território com maior concentração de Agricultores (as) Familiares e onde se emprega mais pessoas por hectare, correspondendo ao dobro das médias estadual e nacional.

A marca histórica do território do sisal é a mobilização das pessoas em torno de associações e cooperativas, de movimentos que se organizam, como também a luta dos pequenos agricultores na busca de alternativas para comercialização dos seus produtos. É um território que tem sido historicamente, lócus do fortalecimento dos movimentos sociais na Bahia, de formas não governamentais de ação.

## Mapa 1



Território do sisal no contexto do estado da Bahia – Brasil, 2010.

Fonte: Adaptado do PTDRS Sisal (2010)

### A BSC no território

As Entidades que formularam a proposta inicial do programa de Bases de Serviços de Comercialização no Território são as seguintes: SDT/MDA – Secretaria de Desenvolvimento Territorial / Ministério do Desenvolvimento Agrário (proponente), CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (contrato de repasse), UNICAFES-BA – União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia (Instituição representativa e parceira no projeto, à qual as entidades executoras do projeto, são filiais), ASCOOB – Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (entidade executora do projeto em 06 territórios), COFASPI – Cooperativa de Assistência à Agricultura Sustentável do Piemonte (entidade executora do projeto em 05 territórios), REDE ARCO SERTÃO – Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia (organização parceira e executora do projeto no acompanhamento do público-alvo).

A Base de Serviço de Comercialização do Território do Sisal foi instalada por meio de dois Contratos de Repasse MDA/CEF/ ASCOOB n°. 0268204-11/2008 e n° 0286234-55/2009 MDA/ SDT/CEF. A estrutura para desenvolvimento das atividades é composta por uma sala no escritório da UNICAFES-BA em Feira de Santana e um Técnico de nível superior que presta assessoria nas organizações produtivas formais ou informais, em todo território. Possui um veículo e uma motocicleta que estão à disposição da Rede Arco Sertão, os mesmos foram adquiridos no convênio de 2009 para atender a BSC do território. O veículo, apesar de ser adquirido para a BSC, atende às demandas da Rede Arco Sertão, já a motocicleta fica com o técnico da Base, a qual atende parcialmente as demandas.

Em relação à ação das BSC, os contratos de repasse foram executados da forma abaixo descrita: no Contrato de Repasse MDA/ CEF/ ASCOOB n°. 0268204-11/2008 estavam objetivados três produtos: Produto 1 – Plano de Trabalho com ações, atividades, descrição detalhadas das atividades e cronograma para a realização da Jornada de formação de dirigentes dos empreendimentos em cooperativismo e comercialização. Produto 2 – Descrição dos desafios e perspectivas para que 4 empreendimentos cooperativos no território do sisal tenham êxito na comercialização. Produto 3 – Descrição dos desafios e perspectivas para que mais 4 empreendimentos cooperativos no território do sisal tenham êxito na comercialização. Todos os produtos foram finalizados.

No Contrato de repasse n° 0286234-55/2009 MDA/SDT/CEF foram indicados 4 produtos: Produto 1 – Documento contendo informações sobre as principais cadeias produtivas da agricultura familiar do Território do Sisal (finalizado); Produto 2 – Mapeamento da comercialização atual e potencial dos produtos da agricultura familiar do Território do Sisal para o Programa de Alimentação Escolar (em processo de finalização); Produto 3 – Plano de negócio de um empreendimento associativo do Território do Sisal (já mapeado o empreendimento, falta planejar as ações com o grupo); Produto 4 – Plano Territorial de Desenvolvimento da Cadeia

Produtiva priorizada do Território do Sisal (a ser trabalhado com as organizações envolvidas e discutido de forma participativa).

Além disso, foram realizadas visitas de campo nas comunidades rurais para acompanhamento aos grupos produtivos e participação em Feiras e Eventos de comercialização, conforme dados do Quadro 1.

Destaca-se, também, a participação do técnico da BSC em oficinas de capacitação com os grupos produtivos, encontros de articulação com outras BSC's, visitas a cooperativas com técnicos de instituições parceiras (MOC, OXFAM, UNICAFES, SEBRAE, SUAF – Superintendência de Agricultura Familiar), participação em reuniões com organizações sociais do território e órgãos públicos/comitês de programas governamentais (STRAF – Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar, UAC – União das Associações Comunitárias, UAPAC – União das Associações dos Pequenos Agricultores de Cansação, Comitê Gestor do Selo de Identificação da Agricultura Familiar – SI- PAF, CODES Sisal, FATRES, entre outros).

### Quadro 01

#### Ações realizadas pela BSC – Território Sisal no período 2011-2012

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Reuniões – Relacionadas a todas as atividades	17
Visitas técnicas	15
Participação em eventos (encontros, feiras, seminários, exposições, assembleias, monitoramento, café da manhã, outros)	25
Comunidades visitadas	16
Municípios visitados	13
Capacitações (oficinas e cursos)	05
Produtos, relatórios, projetos, outros (elaborados)	11

Ações realizadas pela BSC – Território Sisal no período 2011-2012

Fonte: Dados do autor

Em resposta ao questionário aplicado, a técnica da BSC do território no primeiro convênio, relatou:



Uma das contribuições da BSC para a agricultura familiar e suas organizações no Território do Sisal, foi a promoção da articulação em rede de associações e cooperativas existentes, que apesar da atuação, a maioria se quer se conheciam. A BSC também contribuiu com diversas atividades formativas e de aproximação para execução de políticas públicas com o outro Território Bacia do Jacuípe, onde inicialmente contava com pouco apoio desse tipo. Contribuiu ainda para a ampliação do acesso ao PAA no território, como na divulgação e execução do PNAE junto a entidades executoras e organizações de agricultores familiares nos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe. Realizou atividades de capacitação na área de constituição e gestão de empreendimentos econômicos solidários e contribuiu na elaboração e execução de projetos governamentais e não governamentais para agricultores familiares. Articulou a participação dos empreendimentos em Feiras regionais, estaduais e nacionais e junto a SUAF, articulou a inserção nos mercados convencionais (supermercados, hotéis, bares, restaurantes).

A mesma destacou ainda que as principais dificuldades encontradas são as seguintes: Falta de infraestrutura necessária para execução das atividades como telefone, veículo e internet; Insuficiência de capacitação para os técnicos/as; Monitoria ou coordenação com pouco atendimento e/ou retorno às demandas do território. Já para o técnico atual da BSC, as dificuldades são: falta de interesse dos gestores municipais com o programa; pouca integração das instituições parceiras envolvidas com o mesmo público; agricultores familiares desorganizados; pouco entendimento do processo por parte dos grupos produtivos; pouca articulação territorial. A diretora da entidade proponente da BSC, também discorre sobre as principais dificuldades na operacionalização da BSC Sisal:

Nós, enfrentamos várias dificuldades dentro dos empreendimentos com a Base, a produção que não era em escala, a qualidade dos produtos, ocorre uma descontinuidade da assistência técnica continuada e também a dificuldade dos técnicos com as entidades que contrataram, como regularidade de pagamentos para

realizar as atividades desenvolvidas pelos técnicos, informações, infraestrutura e regularidade das ações desenvolvidas, etc.

Outro ponto destacado pela entrevistada foi a necessidade de alteração na forma de contratação do técnico da Base. Ela salienta, que os contratos por produto não são mais adequados, sugere que a contratação deveria ser feita diretamente pelas entidades responsáveis pela BSC. Dessa forma, ela considera que a atuação seria mais constante sem risco de interrupção.

### **Conclusões**

As ações do programa do governo federal, no território rural em estudo, através das Bases de Serviços, ainda são incipientes, haja vista, o processo de execução apresentar resultados pouco efetivos no contexto da realidade do território. Entretanto, observam-se alguns avanços na atuação de assessoramento e acompanhamento técnico nas localidades de abrangência das ações do programa com as organizações produtivas locais. Apoiando técnica e politicamente os produtores (as) rurais e urbanos em suas atividades de produção, consumo e comercialização, as BSC se estruturam a partir de competências locais, que convergem para a formação de redes solidárias, de modo a abranger a comercialização nos espaços locais, territoriais e estaduais.

Essa ferramenta de política pública tratada nesse artigo tem um importante papel no contexto local de desenvolvimento, pois como afirma Veiga (2001, p. 111), trata-se de encorajar os municípios rurais a se associarem com o objetivo de valorizar o território que compartilham, fornecendo às associações os meios necessários ao desencadeamento do processo. Ou seja, o papel dos governos federal e estaduais deve ser o de estimular iniciativas que no futuro poderão ser autofinanciadas, mas que dificilmente surgirão, ou demorarão muito para surgir, se não houver o indispensável empurrão inicial (VEIGA, 2001, p. 111).

Há consenso sobre a importância e oportunidade de fortalecer a prestação de serviços especializados, a partir dessas Bases de Serviços, uma vez que essa ação se constitui em importante pré-condição para o

desenvolvimento de sistemas de comercialização adequados às especificidades da produção rural familiar. Considera-se que o apoio a ser oferecido às Bases de Serviços deverá apresentar determinadas características que conduzam rapidamente à obtenção da autonomia e das condições de auto sustentação econômica e financeira, o que é indispensável à garantia de atuação em caráter permanente e contínuo. Há também firme convicção de que a obtenção da autossuficiência econômica e financeira é resultante da boa qualidade dos serviços a serem prestados e dos seus impactos sobre a renda dos beneficiários, condição para garantir mais possibilidades de superar os desafios de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e organizações produtivas locais.

Diante do exposto, o desafio que se coloca para os gestores das Bases de Serviços (atuais e potenciais) é conceber para as entidades parceiras executoras do Programa, condições para planejar e operacionalizar processos de estruturação, fortalecimento e consolidação de serviços que, em espaços de tempo relativamente curtos, produzam ações efetivas de sustentabilidade e de garantia de continuidade.

Acreditamos que o ambiente das organizações produtivas vai ser influenciado por variáveis diversas que abarcam tanto as condições socioeconômicas, políticas, culturais e até comportamentais. Atentar-se para a Base de Serviços no território como um influenciador do comportamento dos atores, imprime uma situação mais originária da realidade e possibilita a transformação das organizações produtivas locais, atendendo efetivamente às suas demandas e alcançando o desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido, os desafios passam por atingir comercialização ideal; mobilizar grupos formais e informais; integração das informações entre as instituições parceiras; conscientização dos gestores; atingir todo o território com as informações da BSC.

## Referências

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997;

BELTRÃO, S. L. L.; SAYAGO, D. A. V. *Novos atores e novas institucionalidades no Território do Sisal (BA): estruturas de poder no contexto das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável*. C&D-Revista Eletrônica da Fainor, Vitória da Conquista, v.3, n.1, p.132-148, jan./dez. 2010;

CALDAS, Alcides; ALMEIDA, Arnaldo; MACHADO, V. *Tecnologia Social: cooperação Universidade/Comunidade para o desenvolvimento urbano regional e local sustentável*. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador- Bahia, n° 16, p. 16-25, dez. 2007;

COSTA, R. *Comercialização e transformação dos produtos da agricultura familiar: alguns pontos a discutir*. *FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER – Agricultura Familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil*. Fortaleza-CE, 2004, p.67;

DAGNINO, R. P. *A tecnologia social e seus desafios*. In: *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*/Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro: 2004. p. 187- 209;

\_\_\_\_\_. *A Tecnologia Social e seus desafios*. In: DAGNINO, R. (org.). *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas: Komedi, 2010;

\_\_\_\_\_; BRANDÃO, F.; NOVAES, H. *Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social*. In: MELLO, C (Org.). *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 2004, p. 15-64;

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000;

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em: 01.10.2012;

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL – FBB. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. 2004;

- GIL, A.C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2007;
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL - ITS. *Declaração das ONGs: ciência e tecnologia com inclusão social*. 2005. Disponível em: <<http://www.itsbra-sil.org.br>>. Acesso em: 05 abr. 2012;
- LUNA, F. M. de. *Organização da produção para comercialização*. IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. João Pessoa-PB, 2011;
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Texto – *Síntese sobre SECAFES e BSC's*; Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 30/09/2012;
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 30.09.2012;
- NAVARRO, Z. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, v. 16, n. 44, p. 83-100, 2001;
- NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E.S.A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (Orgs.). *Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002, p.133-159;
- NOVAES, H; DIAS, R. *Contribuições ao marco-analítico conceitual da tecnologia social*. In: DAGNINO, Renato Peixoto. *Tecnologias sociais: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas: Unicamp, 2009. p. 17-53;
- OLIVEIRA, D. & MELLO, M. A. *Novas formas de inserção da Agricultura Familiar ao mercado como estratégia de Desenvolvimento Rural*. PGDR/UFRGS, Porto Alegre-RS, 2006;
- PETTAN, K; MEDAETS, J. P. *Comercialização na Agricultura Familiar – Instituto Giramundo Mutuando. Cadernos Agroecológicos 5. Programa de Extensão Rural Agroecológica – PROGERA*. Botucatu-SP, 2009;
- PISA & WELSH, p.1 apud BARROS, G. S. C. *Economia da Comercialização Agrícola*. Universidade de São Paulo – USP. ESALQ – Escola Superior Luis de Queiroz. Piracicaba-SP, 2007;

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL – RTS. *Tecnologia Social – conceito*. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/tecnologia-social/tecnologia-social>>. Acesso em: 05 abr. 2012;

RODRIGUES, J. *Desenvolvimento Territorial na Perspectiva da Inserção Sócio-Produtiva dos Atores*. SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial. VI Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: Estratégias de Inclusão Sócio-produtiva, Salvador, out/2011, p. 10-14;

SCHMITZ, H. & MOTA, D. M. *Agricultura Familiar: Categoria Teórica e/ou de Ação Política?* Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 18, n. 5/6, p. 435- 446, mai/jun.2008;

SCHNEIDER, S. *Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 18, Nº 51, 2003, p. 1-2;

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Programa Territórios Rurais. <http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas//territoriosrurais>. Acesso em: 16/05/2012;

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. *Desenvolvimento Territorial em Foco*. Edição 2010. Disponível em: <http://ww.mda.gov.br/sdt>;

VEIGA, J. E. da. *O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento*. Estudos Avançados n. 15, v. 43, p. 101-119, 2001.

WILKINSON, J. *Agricultura Familiar e Mercados Velhos e Novos*. CPDA/UFRJ, 2003.

# **Tecnologias sociais no campo:** o caso da escola família agrícola da região de Alagoinhas – EFARA – Bahia<sup>1</sup>

*Cristina Souza Silva  
Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima  
Maria Cleonice Barbosa Braga*

## **Introdução**

Para muitas pessoas o campo ainda é visto como o lugar do atraso, do inferior, e fora do lugar no almejado projeto de modernidade, enquanto que o urbano é considerado como o lugar do progresso tanto para os indivíduos como para a sociedade. Essa visão faz parte de um modelo de desenvolvimento que compreende o Brasil como um mercado emergente e predominantemente urbano (CALDART. et.al., 2008, p.21). Acontece que, por ter sido enxergado desta maneira os camponeses sofreram e ainda sofrem por falta de políticas públicas efetivas voltadas para seus interesses, principalmente na agricultura e educação.

Na medida em que o modelo de desenvolvimento priorizou a agricultura baseada na monocultura exportadora, automaticamente houve uma supervalorização da mesma e uma marginalização da agricultura familiar. Essa legitimação da agricultura especializada contribuiu para a expulsão de muitos camponeses do campo acirrando ainda mais a estrutura fundiária desigual.

Como afirma Oliveira e Grzybowski (apud CAVALCANTE, 2006, p.1), “o campo é o rural se manifestando, construído na dinâmica dos movimentos sociais do Brasil”. Na perspectiva desses autores o rural idiossincrático em luta não é um acontecimento atual, porém, a sua visibi-

---

1- Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Sociedade, Inovação e Tecnologia Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista. Orientador(a): Ms. Rita de Cássia Breda Mascarenhas Lima e Coorientador : Drª. Maria Cleonice Barbosa Braga.

lidade ocorre a partir da década de 90 do século passado. Foi a partir deste período que os movimentos sociais se articularam na luta pela redefinição do significado da escola rural na vida de seus sujeitos e a função social da escola nas dinâmicas dos seus contexto (CAVALCANTE, 2006).

O “grito” dos diferentes grupos que formam o povo do campo (indígenas, quilombolas, camponeses e outros) vem rompendo com o silêncio e com descaso para com esta população. Essa ação pressiona os governos (federalis, estaduais e municipais) a fim de que seja garantido o direito a educação no/do campo, a qual por muito tempo foi negada. (ARROYO et al., 2004, p. 16).

Crianças, adolescentes e jovens fora da escola, sem escola, analfabetismos, defasagem idade-série, repetências, e outras problemáticas são segundo Arroyo et al. (2004, p. 10) discutidas nos textos que compõem o livro “Por uma educação do Campo” e que refletem um tratamento desigual e discriminatório para com estas pessoas que necessitam de uma educação contextualizada. Neste cenário, a Escola Família Agrícola- EFA vem ser um contraponto a situações como esta, pois com sua especificidade metodológica converge para uma educação de interesse dos camponeses. Segundo Caldart (2008) o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive e a uma educação pensada desde o seu local e com sua participação, vinculada à cultura e as necessidades sociais, culturais e humanas.

Este artigo visa refletir sobre um tipo de educação voltada para o campo e para as necessidades sociais e culturais deste meio. Se propõe ainda a discutir as tecnologias sociais nesse espaço, tendo em vista que a mesma também busca ampliar direitos sociais à determinados grupos. Partindo deste pressuposto, o presente trabalho analisou de que forma a tecnologia social (TS) se faz presente na Escola Família Agrícola (EFA) da Região de Alagoinhas e como ela vem contribuindo no desenvolvimento local.

Na perspectiva de Arroyo (2008) a educação do campo tem se ampliado e dado resultados positivos. Segundo este teórico é importante recolher o conjunto das experiências educativas inovadoras que vem sendo desenvolvidas pelas EFAs e por outras vertentes da educação do campo. Identificar as tecnologias sociais presentes nas EFAs é, sem dúvida, uma



contribuição para esse reconhecimento, sistematização e visibilizarão das experiências exitosas ocorridas nessa modalidade de ensino.

O trabalho está dividido em diferentes seções; caminhos metodológicos onde explico como se deu a construção do trabalho; uma discussão teórica sobre TS, seu surgimento e as especificidades metodológicas das EFAs; a caracterização do campo de estudo, destacando algumas informações relevantes à pesquisa; as informações empíricas na perspectiva de alguns atores da escola como o coordenador pedagógico, os monitores e os alunos; e por fim, as conclusões em que faço uma reflexão teórica empírica em resposta a problemática da pesquisa.

### **Caminhos investigativos**

A pesquisa foi realizada a partir de um viés qualitativo, tendo em vista sua relevância na descoberta e interpretação do fenômeno observado. Segundo Chizzotti (2003, p.221) “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”.

Na pesquisa qualitativa destaco ainda, com base em Triviños (1987), o pressuposto ecológico-naturalista que vê o ambiente como um influenciador no/do comportamento dos atores e, se é nele que ações ocorrem, é nele que precisamos encontrar a complexidade e a compreensão dos fenômenos que acabam desencadeando em algumas ações. Atentar-se para o ambiente como um influenciador do comportamento dos atores imprime uma situação mais originária da realidade e evita que se interprete equivocadamente um fenômeno.

A efetivação desta pesquisa ocorreu a partir da realização de pesquisa bibliográfica com o levantamento de informações necessárias ao aprofundamento da compreensão das principais temáticas da pesquisa, como as referentes à TS, pedagogia da alternância, educação do campo e outras; e a pesquisa de campo.

A pesquisa de campo constou de observações in lócus, entrevista semiestruturada ao coordenador pedagógico, dois monitores e um aluno de cada município somando ao final um total de seis alunos matriculados na escola, todos da turma do primeiro ano por ser a turma que estava no tempo escola. Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada valoriza a presença do investigador e oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação. Por meio dela foi possível a realização de questionamentos básicos que interessaram a pesquisa e que posteriormente proporcionaram um campo amplo de reflexões sobre as TSs.

Por meio das observações in lócus, pude vivenciar um pouco da cultura escolar. Tal vivência foi possível porque passei dois dias na escola acompanhando todas as atividades desenvolvidas pelos monitores e alunos, assegurando assim maior aproximação com estes atores.

Essa experiência possibilitou um olhar sobre os alunos e suas expressões no momento em que executavam algumas atividades como o cuidado com a horta, o desenvolvimento das tarefas domésticas, a preparação para a apresentação de seminários, a ansiedade e preocupação com as notas, o momento de oração antes das refeições, a hora do lazer, dentre outros. Vale salientar que não só acompanhei essas atividades, como procurei participar integrando-me no que estava sendo feito e buscando informações sobre o desenvolvimento da atividade. À noite participei de um serão<sup>2</sup>, quando expliquei o motivo de minha presença naquele espaço, debati sobre a temática tecnologia social e ao final realizei a entrevista com os alunos.

No que se refere aos monitores, acompanhei algumas de suas atividades como o monitoramento das atividades desenvolvidas pelos alunos, as instruções sobre o que precisava melhorar, a delimitação dos tempos de cada tarefa que era executada, o planejamento das visitas as famílias dos alunos, a apresentação dos visitantes aos alunos, as discussões entre eles sobre as avaliações dos alunos a partir do desenvolvimento das atividades, a preocupação com a ordem e o respeito no espaço escolar, com o cardápio a ser oferecido, entre outros.

---

2- Um espaço a noite reservado para que os alunos participem de debates ou palestras sobre um determinado tema, na EFARA ele ocorre das 19:30 até às 21:30 hs.

A entrevista ao coordenador pedagógico possibilitou conhecer os critérios de seleção dos alunos para entrarem na Escola Família Agrícola da Região de Alagoinhas, as parcerias estabelecidas entre esta escola e outras instituições, a metodologia adotada, se a temática de TS perpassa pelo currículo, como a escola se mantém e quais as principais dificuldades encontradas. Já com os monitores buscou-se compreender o seu processo de formação continuada, como eles percebem a contribuição da escola no desenvolvimento local e as práticas ou técnicas desenvolvidas na escola pelos alunos que são reaplicadas na comunidade.

No que se referem aos alunos os mesmos foram entrevistados no intuito de conhecer a motivação por estarem estudando em uma EFA, as diferenças percebidas por eles entre as duas modalidades de ensino (EFA x escola regular), o que a EFA oferece que eles mais gostam e o que eles menos gostam e como eles acham que contribuem ou irão contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades. Por fim, foram feitas a organização, análise e integração dos dados.

### **Entendendo o que é tecnologia social**

Nos últimos anos as discussões sobre TS vem ganhado destaque no Brasil. Segundo Bava (2004, p.106) o conceito de TS adotado pela Rede de Tecnologia Social (RTS) caracteriza-a como um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social”.

Mas o fato é que a TS ainda é uma temática pouco discutida. Muitas pessoas ainda não sabem o que são, onde estão (distribuição geográfica) e como tem contribuído para o processo de construção de novos paradigmas sociais. Desta forma, vale destacar algumas das TSs já registradas pela RTS, como por exemplo, as cisternas de placas pré-moldadas que tem uma função peculiar na amenização dos problemas de acesso a água de boa qualidade à população do semiárido (PENA e MELLO, 2004).

Após apresentar algumas das TS, o leitor pode achar que apenas inventaram uma nova nomenclaturas para práticas antigas. Pode se dizer

que sim, porém antes deste conceito tais práticas eram desenvolvidas apenas por alguns grupos que, quando recebiam incentivos, estes vinham de organizações não governamentais (ONGs). A criação do conceito vem justamente para que essas práticas ultrapassem os espaços em que ocorrem e tenham maior visibilidade e acessos a recursos destinados a produção científica, tecnológica e de inovação do país. A construção e a reflexão do conceito de TS deve ainda contribuir para que novos significados para a produção do conhecimento sejam construídos (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2004).

Na perspectiva de Dagnino (2004, p. 187), faz-se necessário conceber TS por duas razões. A primeira porque a tecnologia convencional (TC) utilizada pelas grandes empresas não fomenta a inclusão social e a segunda porque as instituições públicas como as universidades, os centros de pesquisa e outros, envolvidos com a geração do conhecimento científico e tecnológico não parecem estar plenamente capacitadas para desenvolver uma tecnologia capaz de viabilizar a inclusão social e tornar auto-sustentáveis os empreendimentos autogestionários que ela deverá alavancar.

Para Bava (2004), as TSs são mais do que a capacidade de implementação de soluções para determinados problemas; elas impulsionam as representações coletivas a buscarem alternativas de desenvolvimento a partir de experiências inovadoras e que se orientam pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição da renda.

Assim, a TS é uma alternativa às mais variadas demandas sociais sejam elas de recursos hídricos como no caso das cisternas, bem como a outros setores como saúde, educação, energia, habitação, renda, meio ambiente e outros. É também uma tecnologia que pode ser reaplicada em outras localidades desde que mantenha suas características, porém busque uma adequação a cada novo contexto. Essa tecnologia tem como características a simplicidade no seu desenvolvimento bem como a fácil aplicabilidade, o baixo custo e impacto social positivo gerado à comunidade local (PEDREIRA, 2004; PENA E MELLO, 2004, DAGNINO et.al., 2004).

Ao falar em TSs deve-se levar em consideração uma tecnologia que se diferencia da TC. Essa diferença ocorre principalmente porque as

primeiras são desenvolvidas a partir da interseção entre conhecimentos ou saberes populares e científicos. É uma tecnologia adaptada ao tamanho físico e financeiro dos grupos; não-discriminatória (patrão × empregado); orientada para o mercado interno de massa; liberadora do potencial e da criatividade do produtor direto. (DAGNINO, 2004).

Ao contrário da TS, a TC é segmentada e não permite controle do produtor direto; é alienante, ou seja, não utiliza a potencialidade do produtor direto; é hierarquizada demandando a figura do proprietário, do chefe etc.; maximiza a produtividade em relação à mão-de-obra ocupada; possui padrões orientados pelo mercado externo de alta renda; monopolizada pelas grandes empresas dos países ricos (DAGNINO, 2004).

Observar as diferenças entre a TS e a TC faz vermos que a primeira propõe uma sociedade mais justa, harmoniosa e igualitária onde o trabalho não seja alienado e busca caminhar para o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Outros aspectos também são considerados, como o modo de produzir em que se presta atenção em valores como o aprendizado, a participação e a disseminação de informações e do conhecimento entre todas as partes envolvidas, além da transformação das pessoas e da realidade social.

De certa forma, a TS é uma tecnologia que não recebe grandes incentivos e por isso não é muito propagada, enquanto que a TC recebe grandes incentivos, se renova constantemente, é vista como a melhor e, muitas vezes, como a única.

Assim, percebemos que a tecnologia não é neutra. Segundo David Dickson (1978, apud DAGNINO, 2004, p.26),

[...] a tecnologia cumpre uma dupla função: no nível material, mantém e promove os interesses dos grupos sociais dominantes na sociedade em que se desenvolve; no nível simbólico, apoia e propaga a ideologia legitimadora desta sociedade, sua interpretação do mundo e a posição que nele ocupam.

No Brasil, iniciativas recentes como a criação do Banco de Tecnologias Sociais, criado em 2001 pela Fundação Banco do Brasil têm promovido a divulgação de experiências de TS desenvolvidas por diversas insti-

tuições que, isoladamente, não teriam a possibilidade de ampliação de sua experiência (PENA e MELLO, 2004).

A RTS criada pela Fundação Banco do Brasil e apoiada pela FINEP<sup>3</sup> e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia é uma das mais importantes iniciativas em favor do movimento de TS, pois reúne promotores, parceiros, financiadores e estudiosos das tecnologias e facilita a troca de informação, possibilitando que as TSs sejam reaplicadas e consolidadas (PEDREIRA e LASSANCE, 2004).

### **Escola Família Agrícola-EFA: surgimento e especificidade metodológica**

O modelo de educação baseado na Pedagogia da Alternância emergiu na França no ano de 1935 como resposta a recusas de alguns filhos de camponeses que não se sentiam atraídos pela escola que era ofertada. Gimonet (1999, p. 40) descreve tão apropriadamente esse surgimento que, mesmo numa passagem longa, decidi colocá-lo na íntegra, vejamos:

O movimento das Casas Familiares Rurais nasceu em 1935, a partir da iniciativa de três agricultores e de um padre de um pequeno vilarejo na França que, de um lado, prestaram atenção na provocação de um adolescente de quatorze anos que rejeitava a escola na qual tinha sido matriculado e, de outro, estavam atentos a seu meio, que queria promover e desenvolver. Então fora de estruturas escolares estabelecidas e sem referências a qualquer teoria pedagógica, eles imaginaram um conceito de formação que permitiria a seus filhos educarem-se, formarem-se e preparem-se para suas futuras profissões. Eles inventaram uma forma de escola que seus filhos não recusariam, porque ela responderia às suas necessidades fundamentais nessa idade da adolescência, ou seja, agir crescer, ser reconhecido, assumir um lugar no mundo dos adultos, adquirir um status e papéis. Eles criaram empiricamente uma estrutura de formação que seria da responsabilidade dos pais e das forças sociais locais, na qual os conhe-

---

3 - Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Sua missão é promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades, institutos tecnológicos, centros de pesquisa e outras instituições públicas ou privadas, mobilizando recursos financeiros e integrando instrumentos para o desenvolvimento econômico e social do país.

cimentos a adquirir se encontraria, sem dúvida, numa escola, mas também antes de tudo na vida cotidiana, na produção agrícola, na comunidade da vila. Eles inventaram uma fórmula de escola baseada na Pedagogia da Alternância e que induz uma partilha do poder educativo entre os atores do meio, pais e os formadores da escola.

Em 1935 eram apenas quatro jovens adolescentes, filhos de pequenos agricultores, quatro pioneiros a viver essa inovação. No ano seguinte, dezessete jovens se inscreveram nesta nova escola. Dois anos mais tarde, como a fórmula chamou a atenção nas redondezas, eles passaram a ser quarenta.

A experiência acima foi denominada de *Maison Familiales Rurales*/ Casa familiar rural (MRF). Esta iniciativa de pequenos agricultores de um vilarejo da França em criar uma escola contextualizada com a sua realidade ultrapassou, nos anos 60-70, suas fronteiras de origem e passou a se espalhar por outros continentes. No Brasil, o Espírito Santo foi o berço das primeiras experiências concretas trazida pelo Padre italiano Humberto Pietogrand a partir de 1969. Com o passar do tempo a iniciativa se estendeu à outras regiões do país. Na Bahia<sup>4</sup>, mais especificamente no semiárido, a grande maioria foi implantada a partir dos anos 90 como podemos observar no Quadro 01, justamente no período em que movimentos sociais reivindicam mais intensamente seus direitos.

---

4- Na Bahia existem duas redes de EFA's sendo a Associação Escola Comunidade e Família Agrícola da Bahia AECOFABA com 26 escolas filiadas e a Rede das Escolas Famílias Integradas do semiárido-REFAISA com 6 escolas. Para esta pesquisa destaco a rede REFAISA por ser aquela em que a EFARA está vinculada. Cabe destacar que diferente da AECOFABA que tem escolas mais antigas, ou seja implantadas antes da década de 90 a REFAISA tem a maioria de suas escolas implantadas a partir da década de 90. Outro ponto que deve ser considerado é que tanto o portal da REFAISA quanto da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – UNEFAB demoram de atualizar as informações sobre essas escolas dificultando assim informações mais precisas sobre as mesmas

## Quadro 1

<b>REFAISA-REDE DAS ESCOLAS FAMILÍAS INTEGRADAS DO SEMIÁRIDO</b>		
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>TIPO DE ENSINO</b>	<b>ANO DE FUNDAÇÃO</b>
Alagoinhas	Médio e profissional	1982
Monte Santo	Ensino fundamental/ensino médio e profissional	1998/2004
Sobradinho	Ensino fundamental	1990
Correntina	Ensino fundamental	1994
Cícero Dantas	Ensino fundamental	1996
Valente	Ensino fundamental	1996
Antônio Gonçalves	Ensino fundamental	2004
Rio Real	Ensino fundamental	2007

Com o passar dos tempos a nomenclatura original de Maison Familiaes Rurale passou a receber outras denominações, porém os objetivos e finalidades da proposta metodológica não divergem da versão original. Segundo Rocha e Munarim (2010), atualmente no Brasil, os Centros Familiaes de Formação em Alternância (CEFFA`s), reúnem diferentes nomenclaturas criadas para o nome originário de Maison Familiaes Rurale. Compoem os CEFFA`s as EFAs, Casas Familliaes Rurais (CFR) e escolas Comunitárias Rurais (ECOR). Como afirma Cavalcante (2006) essa diferença de nomenclatura varia de acordo com a história do processo de implantação e sedimentação da Pedagogia da Alternância no território nacional.

Uma EFA é, na definição de Calvó (1999, p.17), “uma associação de famílias, pessoas e instituições que buscam solucionar uma problemática comum, da evolução e do desenvolvimento local através de atividades de formação, principalmente de jovens sem, entretanto excluir os adultos”. Ainda na perspectiva do autor os quatro pilares em que se baseiam as EFAs são: 1- Uma associação nos diversos aspectos, entendida como uma gestão participativa que inclui diferentes agentes (família, comunidade, instituições locais, ONG`s e outros) que se comprometem com o projeto; 2- A alternância como metodologia adequada uma vez que o processo de formação ocorre em dois momentos que se complementam sendo um na escola e o



outro na família/ comunidade.; 3- Formação integral da pessoa com base em uma formação contextualizada com a realidade dos alunos, a fim de que estes consigam traçar seu projeto de vida, se possível, em sua comunidade; 4- O desenvolvimento local imprescindível para que os jovens sintam-se atraídos e permaneçam em suas comunidades. Assim, o trabalho escolar deve estar entrelaçado ao trabalho comunitário e familiar rumo à construção de um espaço que possibilite a melhoria da qualidade de vida dos seus sujeitos (CALVÓ, 1999; CAVALCANTE, 2006; FONSECA, 2008).

Ainda no que compete ao desenvolvimento local proposto pela EFAs vale destacar o que afirma Cavalcante (2006, p.3), tomando como referência as ideias de Calvó:

“refere-se a um determinado território, em oposição ao global e tem um caráter mais prático do que teórico; tem uma proximidade maior com as pessoas e parte das bases, ou seja dos beneficiários” (CALVO, 2002, p. 143).

Afirma ainda Cavalcante que:

O trabalho escolar precisa estar relacionado ao trabalho comunitário e familiar rumo à construção de qualidade de vida das pessoas e seus contextos rurais. Torna-se objetivo da escola, potencializar os contextos locais mediante a efetiva participação dos jovens e suas famílias na dinâmica comunidade/escola.

No momento em que a comunidade tem um espaço situado no meio rural que possibilita e impulsiona os jovens e suas famílias à participação social nos diferentes contextos, isto impacta em melhorias para estas pessoas e para a comunidade, uma vez que esta prática faz com que ocorra um crescimento tanto no plano individual quanto no plano coletivo.

Cabe lembrar que as EFAs tiveram sua proposta metodológica elaborada de forma progressiva, acompanhando o surgimento de novas abordagens conceituais e sempre conduzida a partir da permanente pesquisa-ação. Teóricos como Jonh Dewey, Maria Montessori, Paulo Freire, Edgar Morin e outros, embora em períodos diferenciados influenciaram teoricamente nesta construção (GIMONET, 1999).

Segundo Calvó (1999, p.19) “a alternância é o conjunto dos períodos formativos que se repartem entre o meio socioprofissional (seja na própria família ou na empresa) e a escola”. Este processo acontece porque há instrumentos pedagógicos particular à esta metodologia tais como: caderno da realidade, visitas de estudo, ficha pedagógica, formação docente diferenciada e a formulação da proposta educacional a partir da interação entre escola/comunidade.

Em síntese, a Pedagogia da Alternância vem ser uma proposta educacional em oposição à educação convencional, pois contempla segundo Gimonet (1999) um caminhar permanente do educando entre a vida e a escola pondo em uma dupla relação que, de um lado coloca-o no mundo do trabalho da produção de seus saberes, à vida social, cultural, ambiental e do lugar onde vive; e do outro possibilita que o alternante vivencie a cultura escolar.

### **Caracterização do campo de estudo**

A pesquisa foi realizada na Escola Família Agrícola da Região de Alagoinhas –(EFARA), que fica situada no município de Inhambupe-Ba e atende jovens dos municípios que se integram a esta região. Atualmente, Alagoinhas, Inhambupe, Crisópolis, Olindina, Sátiro Dias e Banzaê são os municípios parceiros da escola como mostra o mapa 01.

Cabe destacar que a parceria estabelecida pelos municípios ocorre a partir de um contrato entre escola e municípios onde estes repassam uma verba para a escola. Dos municípios parceiros da EFARA, cabe destacar que Banzaê mantém uma parceria estabelecida não com a prefeitura, mas com o convento, uma vez que as parcerias entre as EFAs podem ocorrer com diferentes agentes como igrejas, associações, bancos e outras instituições que queiram contribuir.

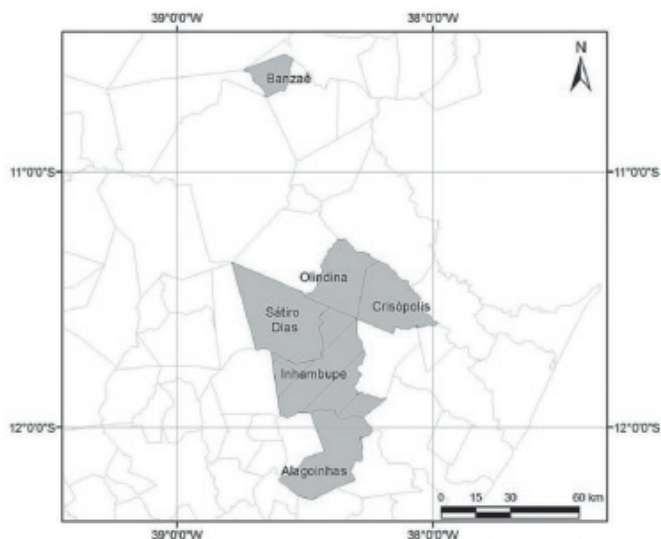
Vale lembrar que essas parcerias muitas vezes se tornam um processo complexo, uma vez que as EFAs pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, 9394/96 em seu artigo 20, inciso II se enquadra como uma escola comunitária por ser “instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem

“fins lucrativos, que incluem na sua entidade mantenedora representantes da comunidade”. Como afirma Cavalcante (2011, p.97), uma escola comunitária pela LDB, se encontra na confusa fronteira entre o privado e o público, podendo ser passível ou não de receber o apoio de recursos públicos. Por isto, a depender da relação entre os associados da escola e o poder local esta parceria pode ser ou não firmada comprometendo assim as condições para que o trabalho educativo se efetive com qualidade.

### Mapa 1

LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARCEIROS DA E FARA E ABAIXO, MAPA DA BAHIA DESTACANDO ESTES MUNICÍPIOS.

MUNICÍPIOS PARCEIROS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA REGIÃO DE ALAGOINHAS (EFARA) EM 2012



- MUNICÍPIOS SEDE DA EFARA
- ▨ MUNICÍPIOS PARCEIROS DA EFARA



O quadro abaixo sintetiza algumas informações sobre os municípios parceiros da EFARA.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO IBGE-2010		ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO-IDH SEAGRI-BA <sup>5</sup>	CLIMA SEI <sup>6</sup>	VEGETAÇÃO PREDOMINANTE SEI	ÁREA (KM <sup>2</sup> ) SEI	DISTÂNCIA DA CAPITAL (KM) SEI
	URBANA	RURAL					
Alagoinhas	124.042	17.907	0,729	Úmido	Floresta Estacional Semidecidual; Parque, sem Floresta-de-Galeria	733,969	108
Banzaê	4.042	7.772	0,592	Semi-árido	Contato Cerrado-Caatinga-Floresta Estacional	212,316	314
Crisópolis	8.612	11.434	0,553	Sub-úmido a seco	Contato Cerrado-Caatinga; Caatinga Arbórea Aberta, sem palmeiras	505,433	220
Inhambupe	15.635	20.67	0,567	Semi-árido; Sub-úmido a seco; Úmido	Cerrado Arbóreo Aberto, sem Floresta-de-Galeria; Contato Cerrado-Caatinga	1.163,561	160
Olindina	12.773	12.170	0,593	Semi-árido	Contato Cerrado-Caatinga	575,412	209
Sátiro Dias	4.332	14.632	0,549	Semi-árido	Caatinga Arbórea Aberta Cerrado Arbóreo Aberto, sem Floresta-de-Galeria	974,549	210

5- Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária.

6- Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos-Ba.

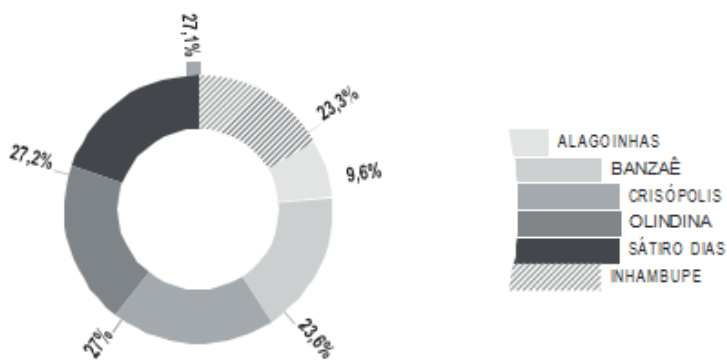
A partir do quadro pode-se observar que a maior parte dos municípios tem suas populações residentes na zona rural e com um Índice de Desenvolvimento Humano médio, exceto o município de Alagoinhas. Cabe lembrar que segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: saúde, educação e renda. Os níveis de IDH vão de 0 a 1. O IDH mais alto do mundo é o da Noruega com 0,943 e o mais baixo é o da República Democrática do Congo com 0,286. O Brasil está na 84ª posição com um IDH de 0,718.

É possível perceber que o clima semiárido abarca a maior parte dos municípios parceiros. Isso pode dificultar a vida no campo, uma vez que o clima semiárido, segundo Brito et. al. (2007), tem como características altas temperaturas e irregularidades do período chuvoso e, em consequência, a escassez de chuvas, prejudicando as atividades agrícolas e pecuária, exercidas pelo homem do campo.

O Gráfico 01 mostra que os municípios parceiros da EFARA possuem um índice significativo de analfabetos, sendo as populações rurais as mais atingidas, uma vez que estas compõem a maioria da população, exceto para o município de Alagoinhas e Olindina. O Gráfico 02, ratifica a informação sobre o índice de analfabetismo na zona rural baiana e mostra que, por muito tempo, as políticas públicas de educação estiveram ausentes no campo e que ainda são insuficientes para equacionar o deficit educacional com estes povos. Assim, a EFARA tem um papel singular para este municípios, pois oferece um ensino contextualizado, voltado para o desenvolvimento do meio e combate a essas disparidades educacionais.

### Gráfico 1

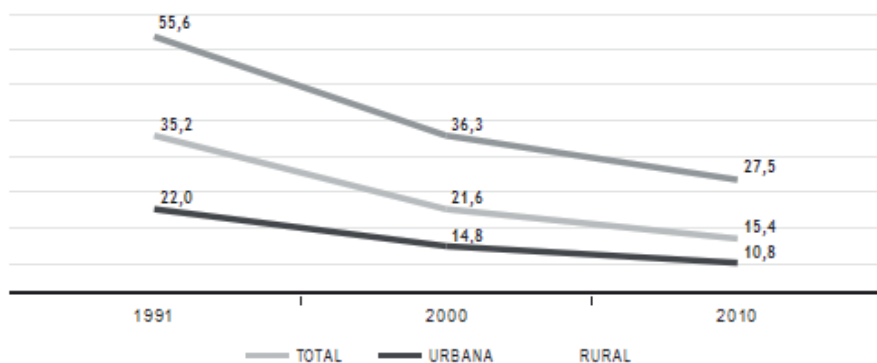
Taxa de analfabetismo da população com mais de 10 anos ou mais de idade dos municípios parceiros da EFARA



Fonte: Censos Demográficos do IBGE -2010 Elaboração: Cristina Souza

### Gráfico 2

Taxa de analfabetismo, por situação de domicílio.Bahia - 1991-2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991, 200 e 2010.

Elaboração: SEVDIPEQ/COPESP. Dados sistematizados a partir do BME: 1991 e 2000.

A EFARA foi a segunda implantada na Bahia, em 1982 e consolidada em 1983. A iniciativa de criar uma escola com uma metodologia voltada para os filhos dos camponeses veio da pastoral rural da diocese de Alagoinhas, mais especificamente do padre Benoni Leys e padre André de Witte e da colaboração do casal Thierry de Burghgrave e Terciana, os quais foram os monitores na época.

A iniciativa dos fundadores veio justamente por perceberem o alto índice de analfabetismo ou semianalfabetismo no meio rural e as migrações em massa para as cidades. Entre o período de 1983 a 1998, a EFARA ofertou o ensino fundamental e somente a partir do ano de 2002 passou a trabalhar com o ensino médio e o técnico em agropecuária.

## **Conhecendo a EFARA a partir da perspectiva de alguns de seus atores**

### **O coordenador pedagógico**

A Escola Família Agrícola da Região de Alagoinhas é constituída por uma associação de pais e lideranças comunitárias. Atualmente atende a um total de 70 alunos distribuídos em duas turmas, uma do primeiro ano com 40 alunos e a outra do segundo ano com 30, oriundos de 6 municípios parceiros. A escola se mantém com os recursos advindos de parcerias estabelecidas entre municípios, instituições, pais e pela Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido- REFAISA, a qual é filiada a União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil- UNEFAB. Estas redes recebem apoio de instituições governamentais, não governamentais, internacionais e nacionais e repassam as suas escolas filiadas.

A principal dificuldade enfrentada pela escola no momento é a financeira, pois a mesma se mantém com recursos de parceiros que nem sempre são constantes, e às vezes ocorrem atrasos nos repasses das verbas municipais.

O processo de seleção dos alunos ocorre a partir das demandas apresentadas pelas comunidades por meio de suas lideranças comunitárias e pais de alunos. Por saberem da existência da escola, esses procuram os seus representantes (coordenação, diretoria, monitores) e informam sobre

o desejo dos alunos em estudar na instituição. A partir dessa procura a escola agenda com as comunidades interessadas, duas ou três reuniões para a apresentação de sua proposta metodológica.

A partir das reuniões os pais encaminham os filhos para a semana de integração, período de três a quatro dias que os futuros alunos passam na escola exercendo todas as atividades propostas para conhecer e saber se se adaptarão a metodologia da escola. Com esta primeira experiência os alunos decidem se farão ou não a sua matrícula. Além disto, os alunos precisam ter vínculo com o campo, ser filhos de agricultores, ter cursado o ensino fundamental completo, gostar das atividades desenvolvidas pela escola e ter idade igual ou superior a 15 anos.

Para o coordenador, a metodologia diferenciada da escola oferece vantagens na medida em que o aluno aprende a lidar com o meio em que vive colocando em prática os conhecimentos apreendidos na escola. Isso pode incentivá-lo a não perder o vínculo com o meio rural.

Nos dois tempos da alternância são exercidas as seguintes atividades: No tempo escola os alunos realizam todas as atividades voltadas ao ensino técnico e ao ensino médio tais como: assistem às aulas, participam de serões, desenvolvem as atividades práticas do ensino técnico, cuidam dos animais, das hortas, das atividades domésticas, praticam esportes e outros. No tempo comunidade os alunos desenvolvem as atividades das disciplinas do ensino médio e do ensino técnico, pois antes de voltarem para suas casas levam um planejamento que é elaborado junto aos monitores. Nesse planejamento contém as atividades de cada uma das disciplinas dos professores do ensino médio e do ensino técnico. Além deste planejamento, os alunos elaboram um plano de estudo para ser desenvolvido em parceria com as famílias ou com a comunidade. Devem ainda ensinar/praticar alguns dos conhecimentos adquiridos no tempo escola como, por exemplo, a castração de animais, técnicas de adubação, técnica de plantio e outros.

Quando questionado se as tecnologias sociais perpassam pelo currículo da escola, o coordenador admite que sim, porém não com esta nomenclatura. Vejamos o que disse o coordenador:

A escola família agrícola ela trabalha muito esta questão de tecnologias alternativas né, principalmente



porque a gente lida mais com os pequenos agricultores para a agricultura familiar, então aqui na escola os alunos estudam, tem algumas práticas de desenvolver talvez uma inseticida natural né, por exemplo, fazer um sabão, isto são tecnologias entendeu? e a gente valoriza muito isto né, pegar também os conhecimentos que eles tem lá, e aqui, a gente soma e vai aperfeiçoando e coloca isso na comunidade, na sua família e aqui na escola [...] a gente tá sempre valorizando essas tecnologias e buscando sempre mais [...].

## Os monitores

Os monitores da escola Família Agrícola da região de Alagoinhas são ex-alunos da escola, são os ministrantes das disciplinas do curso técnico em agropecuária, ficam um período na sede da escola<sup>7</sup> e são responsáveis por acompanhar e monitorar os alunos em suas atividades nos dois períodos de alternância. O seu processo de formação continuada ocorre a partir da rede REFAISA. Esta promove por ano dois encontros de formação para monitores e que também são abertos para os professores do ensino médio da escola.

Para os monitores a escola tem um papel peculiar no desenvolvimento local, pois este é um dos pilares das EFAs.

A escola tem contribuído socialmente despertando a consciência das pessoas porque os alunos quando eles vêm para aqui a gente percebe que vem com um determinado conhecimento com uma bagagem e depois no processo que eles passam aqui eles vão adquirindo muito mais e em vários aspectos social, religioso, político, técnico, econômico, então eles aprendem isso aqui e aprendendo aqui, eles vão para seu meio vão para suas famílias então o repasse que eles fazem com sua família a mudança que a gente vê [...] com isso a gente vê que a escola está contribuindo no meio sócio profissional desses jovens, tanto para as famílias, quanto para eles e no geral [...] (MONITOR -1).

[...] visando mais o desenvolvimento na zona rural né, alunos que trabalhe um pouco mais a sua realidade. Devido também as comunidades terem associações né,

---

7- Segundo os monitores entrevistados há um período de dois a três dias em que eles vão para as suas casas, porém em dias diferentes para que a escola não fique sem monitor.

os alunos sempre a gente influencia eles a se engajarem a participarem das associações e ajudar no desenvolvimento da comunidade, porque nos acreditamos que desenvolver na agricultura principalmente a agricultura familiar nos teremos um país desenvolvido.

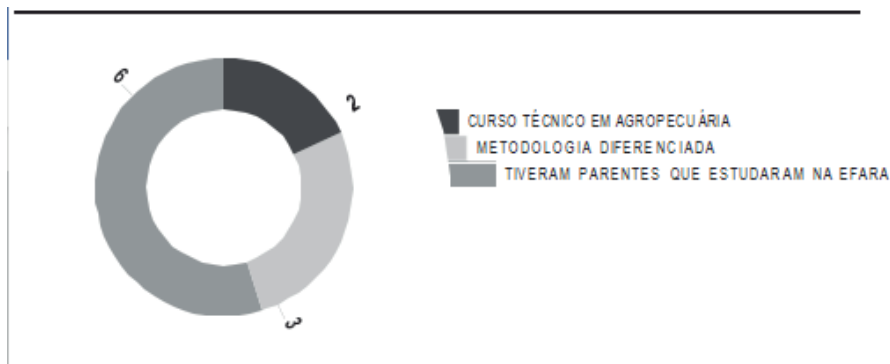
A gente trabalha muita essa questão da parte social com os alunos né, tudo que se aprende aqui é interessante que eles repassem nas comunidades para desenvolver o meio que eles estão no caso as comunidades (MONITOR -2).

Segundo os monitores, algumas práticas desenvolvidas na escola são bastante repassadas à comunidade, a exemplo dos espaçamentos adequados aos plantios de milho e mandioca, o que resultará em um maior produtividade, as castrações de suínos, as técnicas de adubação e de poda, as práticas religiosas que alguns alunos passam a promover nas suas comunidades, o engajamento desses alunos no grupo de jovens, entre outras. Os monitores apontam ainda que os alunos precisam ganhar a confiança dos agricultores para que possam repassar algumas técnicas aprendidas na escola, pois muitos agricultores apresentam certa resistência a novas técnicas. Porém, com o tempo começam a praticar.

## Os alunos

As entrevistas foram realizadas com seis alunos, um de cada município parceiro, da turma do primeiro ano, pois a turma do segundo estava no tempo comunidade. A turma entrevistada é composta por alunos de comunidades indígenas, afrodescendentes e camponeses, os quais representam os diferentes povos que compõem o campo. A faixa etária dos alunos vai dos 15 aos 17 anos e todos residentes na zona rural.

Vários são os motivos apresentados pelos entrevistados para optarem pelo ensino da EFARA, porém, como podemos perceber, no Gráfico 03, o curso técnico em agropecuária tem sido um dos principais motivos pela procura desta instituição. Em segundo lugar, os alunos destacaram a metodologia diferenciada, e em terceiro, destacaram ter sido incentivados por parentes, como irmãos e primos que já estudaram na escola.

**Gráfico 3****Opção pela EFARA**

Fonte: Pesquisa de campo 2013 Elaboração: Cristina Souza

Abaixo seguem alguns trechos das justificativas apresentadas pelos alunos quando questionados sobre o que motivou estudarem na EFARA.

[...] eu vim porque desde que eu tinha mais ou menos uns sete anos, meu irmão já estudava aqui, aí sempre que eu via ele fazendo as atividades desse colégio eu tinha essa curiosidade e vontade e de estudar aqui, e também porque aqui dentro a gente cria nossa futuro e também por causa do curso técnico que tem as disciplinas normais e as do curso técnico (ALUNO 1).

[...] pelo ensino diferenciado das outras, ajuda a gente a conviver com as pessoas de fora, a saber lidar com certas coisas e pelo ensino e a formação técnico agrícola pra as famílias rurais como a minha (ALUNO 2).

Eu vim estudar nesta escola porque na aldeia onde eu moro não há muitas pessoas formadas nessa área tem apenas duas pessoas, assim formadas, eu vim também por causa do ensino e pra saber como é lidar com a própria metodologia que a gente tem dentro da na nossa comunidade (ALUNO 3).

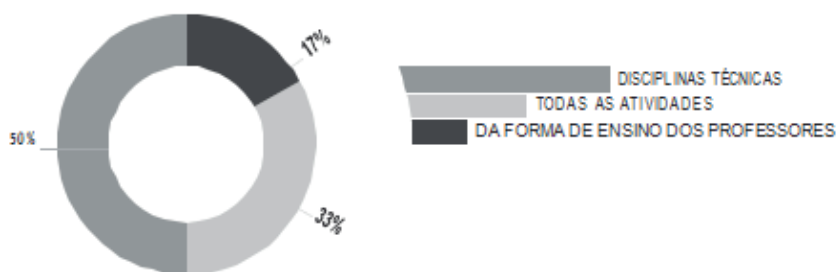
Por causa do ensino que é diferenciado e melhor do que as outras escolas públicas e também por causa do ensino técnico (ALUNO 4).

Percebe-se a partir das falas dos alunos que o ensino da EFARA se destaca das demais escolas da região, não só por trabalhar com a pedagogia da alternância, mas também por ofertar o ensino técnico em agropecuária, possibilitando aos alunos uma formação diferenciada.

Ao entrar na EFA os alunos levam consigo suas trajetórias de vida que vão sendo formadas nas relações sociais estabelecidas ao longo do tempo. Os Gráficos 04 e 05 mostram um pouco dessas experiências, mais especificamente as do espaço escolar.

**Gráfico 4**

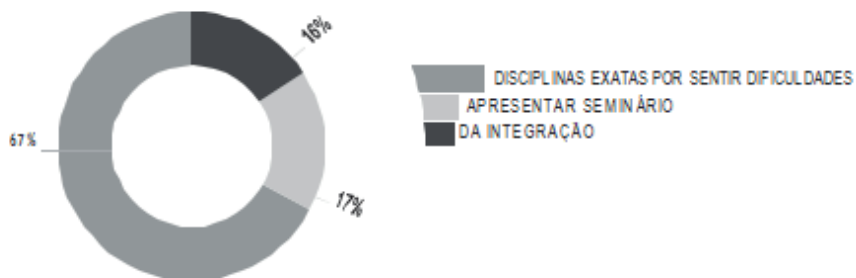
### O que mais gostam na EFARA



Fonte: Pesquisa de campo 2013 Elaboração: Cristina Souza

**Gráfico 5**

### O que menos gostam na EFARA



Fonte: Pesquisa de campo 2013 Elaboração: Cristina Souza

Gosto mais das matérias técnicas de todas, menos as convencionais eu tenho um pouco de dificuldades devido as deficiências da escola de onde eu vim, ai eu não peguei essas matérias física e química e matemática eu peguei um pouco, já as técnicas eu 'tô pegando com facilidade e tô me saindo muito bem (ALUNO 1).

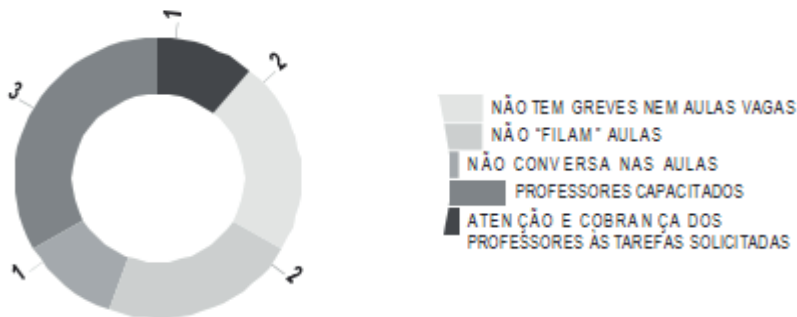
Eu gosto principalmente das matérias técnicas, mas como todo mundo aqui, a maioria da turma, eu tenho um pouco de dificuldade nas matérias exatas de físicas e química, por enquanto a dificuldade só é esta (ALUNO 2).

Quando 50% dos alunos afirmam gostar mais das disciplinas do ensino técnico, isto pode ser entendido que aprender a partir da realidade, unindo teoria e prática é mais significativo e prazeroso, e culmina como a proposta da alternância que para Gimonet (1999), significa, sobretudo, aprender partindo da vida cotidiana, dos momentos de experiência fazendo associações dos fatos, valorizando o processo de ação e reflexão, unindo teoria e prática. Entretanto, quando os alunos afirmam que não gostam das disciplinas de exatas por sentirem dificuldade com as disciplinas principalmente de Física e Química, denunciam várias deficiências na educação brasileira, principalmente a de ofertar professores capacitados nas áreas de exatas, que efetivem a transposição dos conhecimentos destas disciplinas embasado na realidade dos alunos como propõe a alternância.

Ao questionar os alunos sobre as principais diferenças sentidas e percebidas por eles entre a escola regular e a escola família agrícola, esses mencionam principalmente a capacitação dos professores da EFA, a atenção e preocupação deles para com a aprendizagem dos alunos, a ausências de greves nesta modalidade de ensino e também o seu próprio comprometimento com o ensino ofertado (gráfico 06).

## Gráfico 6

## Vantagens da EFARA sob a escola regular



Fonte: Pesquisa de campo 2013 Elaboração: Cristina Souza

[...] aqui não tem greve, nem aulas vagas, diferente da escola convencional porque perder tempo aqui é perder conhecimento (ALUNO 1).

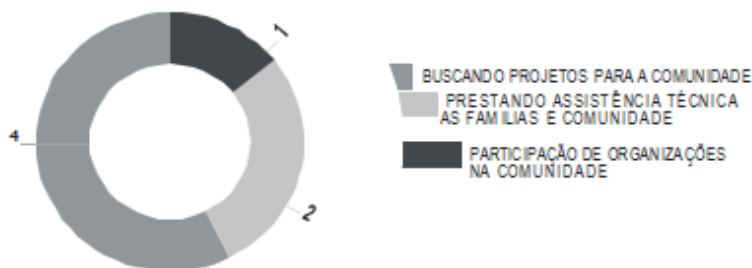
[...] lá eu não estudava só ia na sala marcar a caderneta e saía, aqui não, eu aprendo muito, a pessoa faz o possível para aprender (ALUNO 2).

[...] aqui os professores são mais capacitados são ótimos, não tem aula vaga não filo aula, não converso nas aulas (ALUNO 3).

[...] a atenção dos professores. Aqui a gente precisa fazer as atividades mesmo porque elas são corrigidas diferente das outras escolas (ALUNO 4).

[...] paciência e capacidade dos professores em nos ensinar porque nem sempre achamos pessoas que queiram nos ajudar (ALUNO 5).

Para os alunos, o ensino que eles recebem na EFARA poderá ajudar no desenvolvimento do seu meio. A forma como será promovido esse desenvolvimento varia entre as repostas dos pesquisados como pode ser visto no Gráfico 07.

**Gráfico 7****Contribuição com desenvolvimento**

Fonte: Pesquisa de campo 2013. Elaboração: Cristina Souza

Já estou contribuindo passando os conhecimentos para associação, lá em casas mesmo algumas coisas que eu aprendi aqui já estou passando lá, uma matéria técnica como associativismo e cooperativismo eu já discuto com a associação, me filei à associação [...] (ALUNO 1).

[...] para minha família sim, já para a comunidade é outra história é que a comunidade ficou contra a gente estudar aqui, mesmo assim eu vou lutar para ir em busca de projetos para comunidade para melhorar cada vez mais (ALUNO 2).

[...] a gente consegue ter respeito na nossa comunidade pela questão de ta estudando aqui, as pessoas tem mais atenção com a gente e sabe que a gente pode ajudar eles melhorando aquilo que eles tão fazendo a tempo (ALUNO 3).

[...] passando experiência porque depois de estudar em uma escola diferenciada a gente vê tanta coisa que a gente não sabia às vezes coisas até fáceis. A gente passa a dá importância as coisas. As matérias técnicas tem tantas coisas novas tantas coisas diferentes que a gente pode passar, mais a gente precisa ter força de vontade de levar a palavra as pessoas que não sabem porque dessa maneira um vai contribuindo com o outro e ai torna a sociedade melhor (ALUNO 4).

Dando assistência técnica para melhorar a agricultura da região (ALUNO 5).

A qualificação das pessoas é um fator indispensável para o desenvolvimento local. Percebe-se nas falas dos alunos que o repasse de seus conhecimentos às famílias e comunidades, bem como, a busca por projetos que melhorem a vida das pessoas são ou serão ações importantes que convergem para um caminho de mudanças e de transformação social no meio rural.

## **Conclusões**

Baseando-se na perspectiva de Calvó (1999) que diz que a EFA se constitui em uma associação de famílias, pessoas e instituições que buscam solucionar uma problemática comum, da evolução e do desenvolvimento local através de atividades de formação, principalmente de jovens sem, entretanto, excluir os adultos. Isto pode ser observado na EFARA, uma vez que é uma instituição que se mantém através das parcerias estabelecidas e que oferece às populações rurais de seis municípios distintos uma formação voltada para a realidade do campo através de uma metodologia específica, a alternância. Essa escola surgiu com intuito de minimizar o analfabetismo no campo e fomentar o desenvolvimento do mesmo.

Assim, pode-se afirmar que as práticas educativas desenvolvidas na EFARA se caracterizam enquanto TS. Pois, com sua especificidade metodológica, essa escola oferece um ensino contextualizado com a realidade dos alunos e voltado para a sua formação integral e para o desenvolvimento local. O desenvolvimento local é entendido na perspectiva de Cavalcante (2006) como aquele que é capaz de promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas e que potencializa os contextos locais mediante a efetiva participação dos jovens e suas famílias na dinâmica comunidade/escola.

Através dos depoimentos de alguns de seus atores percebi que a EFARA tem contribuído para a formação de lideranças comunitárias, tem valorizado e resgatado a cultura de seus alunos, bem como estabelecido o respeito às culturas diferenciadas, uma vez que inclui no seu interior alunos de etnias e crenças diferenciadas, mas que convivem em harmonia naquele espaço.



A alternância adotada pela EFA passou a ser entendida neste trabalho, como uma TS, por ser diferenciada das demais metodologias adotadas pela escola regular, principalmente por ser dividida em dois momentos entre escola e comunidade e, por propor outra lógica de aprendizagem, através da união entre teoria e prática, da ação e reflexão, da valorização dos saberes a partir da vida cotidiana dos alunos e da formação de sujeitos para a construção do seu projeto de vida.

O conjunto de práticas ou técnicas desenvolvidas na escola junto aos alunos e reaplicadas por eles em suas comunidades a exemplo das inseticidas naturais, produção de sabão, hortas medicinais, produção de adubo orgânico, produção de rações para os animais entre outras, também se caracterizam enquanto TS, uma vez que são desenvolvidas a partir da interseção entre os conhecimentos populares e científicos e possuem a simplicidade no seu desenvolvimento, bem como a fácil aplicabilidade, o baixo custo e impacto social positivo gerado à comunidade local.

A TS busca promover o desenvolvimento local, socioeconômico e sustentável, isto casa com a proposta da alternância da EFARA, que vem proporcionado a jovens do campo uma formação voltada para tais princípios, para o conhecimento de sua realidade e para a reaplicação desses conhecimentos à comunidade.

Por fim, a EFARA tem muitos aspectos positivos e que merecem ser reaplicados em demais espaços do campo que necessitam de uma escola contextualizada. No entanto, a mesma também enfrenta sérias dificuldades financeiras que merecem maior aprofundamento e reflexão, uma vez que se enquadra pela LDB como uma escola comunitária que fica na conflituosa delimitação entre público e privado podendo receber ou não o apoio de verbas públicas. No caso da EFARA, essa dificuldade é destacada pelo coordenador pedagógico principalmente pela instabilidade das parcerias estabelecidas e pelo atraso no repasse de verbas entre alguns parceiros da instituição.

## Referências

ARROYO, M.G. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. Por uma educação do campo. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.65-86.

BAVA, S. C. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Tecnologia Social uma estratégia para o desenvolvimento. Brasília, 2004, p.103-116.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 21/09/2012.

BRITO, L. T. de L.; MOURA, M. S. B. de; GAMA, G. F. B. Clima e água de chuva no semiárido. In: BRITO, L. T. de L.; MOURA, M. S. B. de; GAMA, G. F. B. (Ed.). Potencialidades da água de chuva no semiárido brasileiro. Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 2007.p.37-59

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. Por uma educação do campo. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. p.147-160.

CALVÓ, Pedro Puig. Centros Familiares de Formação em Alternância. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, I. Pedagogia da Alternância: alternância e desenvolvimento. 2. ed Salvador, Ba: UNEFAB, 1999. p. 15-24.

CAVALCANTE. L. O. H; BORGES. C. A Escola Família Agrícola do Sertão - entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais. III Encontro da ANPPAS. 2006.

CAVALCANTE. L. O. H. Políticas e culturas em torno da escola comunitária: desafios de sustentabilidade para projetos de alternância no campo. In: CAVALCANTE. L. O. H; SILVA. A. A; LARANJEIRA, D.H.P. Educação e pluralidade sociocultural: Instituições, sujeitos e políticas públicas. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. P.91-114.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 2003,16(2).

Conhecendo a REFAISA. Disponível em: <http://refaisaba.blogspot.com.br/>. Acesso em 18/07/2012.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento/ fundação Banco do Brasil*. Rio de Janeiro: 2004, p. 187- 209.

Estimativa da População 2006 e IDH dos Municípios por Território de Identidade. Disponível em; [http://www.seagri.ba.gov.br/populacao\\_idh\\_territorios.pdf](http://www.seagri.ba.gov.br/populacao_idh_territorios.pdf). Acesso em: 21/08/2012.

FONSECA, A.M. Contribuições da Pedagogia da Alternância para o Desenvolvimento Sustentável: Trajetória de egressos de uma Escola Família Agrícola. 2008.180f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidades Católica de Brasília, Brasília, 2008.

GIMONET, J-C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: As Casas Famílias Rurais de educação e de orientação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, I. *Pedagogia da Alternância: alternância e desenvolvimento*. 2. ed Salvador, Ba: UNEFAB, 1999. p. 39-48.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> acesso em: 21/08/2012.

Instituto de Tecnologia Social. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Tecnologias Sociais: uma estratégia para o desenvolvimento*. Brasília, 2004, p.117-134.

O que é o IDH. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.apx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDH](http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.apx?indiceAccordion=0&li=li_IDH). Acesso em: 20/08/2012.

Números de EFAS no Brasil. Disponível em: [http://www.unefab.org.br/home/num\\_efasbr2.htm](http://www.unefab.org.br/home/num_efasbr2.htm). Acesso em 21/09/2012.

PEDREIRA, J; LASSANCE Junior, A. E. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Tecnologias Sociais: uma estratégia para o desenvolvimento. Brasília, 2004.p.65-81.

PENA, J. O; MELLO, C. J. Tecnologia social: a experiência da Fundação Banco do Brasil na disseminação e replicação de soluções sociais efetivas. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento/ fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro: 2004.p. 83- 88.

Ranking do IDH Global 2011. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_global\\_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking2011](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_global_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2011). Acesso em: 20/08/2012.

ROCHA, M.I.A; MUNARIM, A. Tempo-Comunidade/Tempo Escola: Alternância como princípio metodológico para organização dos tempos e espaços formativos da escolas do campo. In: Memória e história do Prone-ra: Contribuição para a educação do campo no Brasil./Clarice Aparecida dos santos, Mônica Castagna Molina, Sônia Meire dos Santos Azevedo de Jesus (organizadores).-Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p.171-186.

Tipologia Climática por Município-Bahia. Disponível em: SEI. Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/side/frame\\_tabela.wsp?tmp.tabela=t79&t-mp.volta=](http://www.sei.ba.gov.br/side/frame_tabela.wsp?tmp.tabela=t79&t-mp.volta=). Acesso em 16/08/ 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Vegetação por Município-Bahia. Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/side/frame\\_tabela.wsp?tmp.tabela=t81&tmp.volta=](http://www.sei.ba.gov.br/side/frame_tabela.wsp?tmp.tabela=t81&tmp.volta=)\* . Acesso em 16/08/ 2012.

## Os autores

### **AELSON SILVA DE ALMEIDA**

Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. aelson@ufrb.edu.br

### **ALESSANDRA B AZEVEDO**

Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. abaazevedo@gmail.com

### **Antônio OLIVEIRA DE CARVALHO**

Docente da Universidade Salvador - UNIFACS. Antôniocarvalhoconsultoria@gmail.com

### **CRISTINA SOUZA SILVA**

Especialista em Sociedade Inovação e Tecnologia Social pelas Universidades Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e Estadual de Feira de Santana - UEFS. cristinasouzafsa@gmail.com

### **DANÍVIO BATISTA CARVALHO DE VASCONCELLOS**

Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. danivioagro@hotmail.com

### **GIANLUIGI AIROLDI**

Especialista em Sociedade Inovação e Tecnologia Social pelas Universidades Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e Estadual de Feira de Santana - UEFS. luigisalvador75@hotmail.com

### **GILDÁSIO SANTANA JUNIOR**

Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. gildasiojr2@gmail.com

### **ISABEL PINA JUNIOR**

Especialista em Sociedade Inovação e Tecnologia Social pelas Universidades Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e Estadual de Feira de Santana - UEFS. isaelpina@yahoo.com.br

**KATIA APARECIDA SANTOS**

Especialista em Sociedade, Inovação e Tecnologia Social pelas Universidades Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e Estadual de Feira de Santana - UEFS. [katiaecosol@gmail.com](mailto:katiaecosol@gmail.com)

**MARIA CLEONICE BARBOSA BRAGA**

Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. [nicebraga08@gmail.com](mailto:nicebraga08@gmail.com)

**MARIA HELENA DA ROCHA BESNOSIK**

Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. [malenas@ufrb.edu.br](mailto:malenas@ufrb.edu.br)

**MAX WILLIAMS RIBEIRO CARDOSO**

Especialista em Sociedade Inovação e Tecnologia Social pelas Universidades Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e Estadual de Feira de Santana - UEFS. [maxwilliamsrib@hotmail.com](mailto:maxwilliamsrib@hotmail.com)

**RITA DE CÁSSIA BRÊDA MASCARENHAS LIMA**

Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. [rbredalima@yahoo.com.br](mailto:rbredalima@yahoo.com.br)

**SELMA GLÓRIA DE JESUS**

Especialista em Sociedade, Inovação e Tecnologia Social pelas Universidades Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e Estadual de Feira de Santana - UEFS. [selma@moc.org.br](mailto:selma@moc.org.br)

**THAIZE SANTOS OLIVEIRA**

Especialista em Sociedade Inovação e Tecnologia Social pelas Universidades Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e Estadual de Feira de Santana - UEFS. [thaize19@gmail.com](mailto:thaize19@gmail.com)

**WILLIAM DE ARAÚJO FIGUEIRA**

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. [wafigueira@gmail.com](mailto:wafigueira@gmail.com)

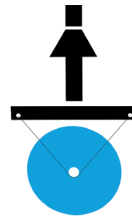
## MARCA

A Marca do Curso de Pós Sociedade, Inovação e Tecnologia Social foi desenvolvida para representara Especialização com foco em Tecnologia Social.

Esta é o elemento visual mais importante na construção de uma identidade visual, é a partir dela que se define toda a linha gráfica de um projeto.

A proposta do curso de pósgraduação lato sensu Sociedade, Inovação e Tecnologia Social objetiva promover a formação de profissionais (gestores públicos, assessores, técnicos, dirigentes e lideranças de Empreendimentos Econômicos Solidários e de outras experiências coletivas) para atuar no processo de inovação, fomento, desenvolvimento, disponibilização e apropriação de Tecnologias Sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade sustentável.

O desenvolvimento da Marca começa na busca por referências. Referências estas, que tiveram como base a Roca de Fiar, tecnologia emblemática, utilizada por Ghandhi na sociedade indiana como fator de inclusão social e símbolo de resistência.



PÓS • SOCIEDADE • INOVAÇÃO  
**TECSOCIAL**

*Logomarca desenvolvida por  
Carlo Freitas*

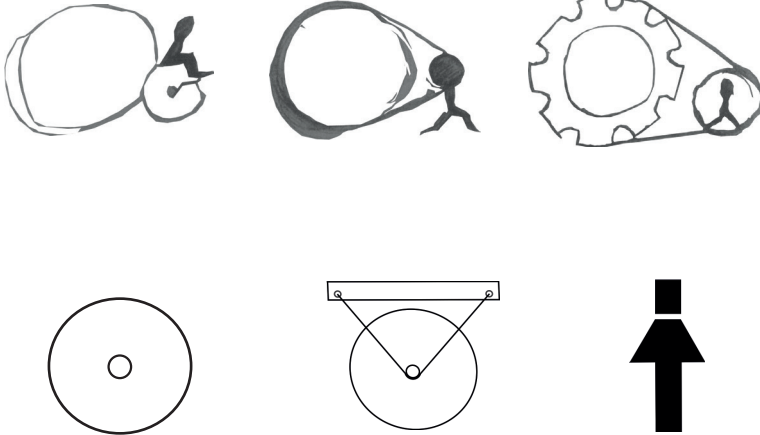
## Criação



O desenvolvimento da Marca começa na busca por referências. Referências estas, que tiveram como base a Rocha de Fiar, ferramenta inserida por Gandhi na sociedade indiana como fator de inclusão social.



## Estudo Símbolo



O Estudo simbólico faz parte do desenvolvimento do processo criativo da marca. A Tipografia também faz parte deste processo.

O livro é resultado dos TCCs (Trabalhos de Conclusão de Curso) do Curso de Especialização Sociedade Inovação e Tecnologia Social, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB em 2011 e desenvolvido pelas universidades UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana no período de 2011 a 2014.



ISBN 978-85-5971-110-3

